



CONSELHO
FEDERAL DE
ODONTOLOGIA

Conselho Federal de Odontologia

Relatório de gestão do exercício 2014

Relatório de gestão do exercício 2014

Conselho Federal de Odontologia

Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 134/2013 e das orientações do órgão de controle interno

Sumário

RELAÇÃO DE SIGLAS DO RELATÓRIO	4
INTRODUÇÃO	5
1 - IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA ENTIDADE	7
1.1 Entidade - Informações sobre a entidade	7
1.2 Normas - Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Agregadas	7
1.3 Competências - Finalidade e competências institucionais da entidade jurisdicionada	8
1.4 Organograma - Apresentação do organograma funcional com descrição sucinta das competências e das atribuições das áreas	8
2 - PLANEJAMENTOS E RESULTADOS	8
2.1 Plano estratégico - Descrição sucinta do planejamento estratégico ou do plano de ação da Entidade, realçando os principais objetivos estratégicos traçados para a entidade para o exercício de referência do relatório de gestão	8
2.2 Plano estratégico - Informações sobre as ações adotadas pela entidade para atingir os objetivos estratégicos do exercício de referência do relatório de gestão	10
2.3 Resultados - Demonstração e contextualização dos resultados alcançados no exercício	28
2.4 Indicadores - Indicadores utilizados pela entidade para monitorar e avaliar a gestão, acompanhar o alcance das metas, identificar os avanços e as melhorias na qualidade dos serviços prestados, identificar necessidade de correções e de mudanças de rumos, etc.	31
3 - ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	32
3.1 Estrutura de governança da entidade	32
3.2 Auditoria	33
3.3 Informações sobre a estrutura e as atividades do sistema de correição	34
3.4 Dirigentes e membros de conselhos	34
3.5 Remuneração paga aos administradores, membros da diretoria e Conselho	35
4 - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	37
4.1 Demonstração da receita	37
4.2.1 Programação de Despesas Correntes e de Capital	39
4.2.2 Execução das despesas por modalidade de Contratação	41
4.2.3 Execução Orçamentária das Despesas Correntes e de Capital	42
4.2.4 Indicadores institucionais para medir o desempenho orçamentário	53
4.3 Transferências	53
5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS	54
5.1.1 Força de trabalho	54
5.1.2 Processo de ingresso de funcionários na entidade no exercício	54
5.1.3 - Qualificação da força de trabalho de acordo com a estrutura de cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	55

5.1.4 Qualificação da força de trabalho por faixa etária	55
5.1.5 Qualificação da força de trabalho por Nível de Escolaridade	57
5.2 Desoneração da folha de pagamento	59
6 - RECOMENDAÇÕES	59
6.1 Recomendações TCU	59
6.2 Recomendações Internas	59
6.3 Danos Erários	60
7 - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	60
7.1 Adoção NCASP	60
7.2 Demonstrações Contábeis	60
7.3 Relatório da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis	60
8 - RELAÇÕES COM A SOCIEDADE	60
8.1 Relações com a Sociedade	60
9 - OUTRAS INFORMAÇÕES	61
9.1 Outras informações consideradas relevantes pela entidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício	61
BALANÇO FINANCEIRO CONSOLIDADO	74
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO	78
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	90
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	91
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO	92
DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO	95
DEMONSTRATIVO DE VARIAÇÕES PATRIMONIAIS CONSOLIDADO	97
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS (DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)	109
CONCLUSÕES	110
ANEXOS	111

Relação de Siglas do Relatório

Introdução

O Conselho Federal de Odontologia e os 27 Conselhos Regionais de Odontologia, criados pela Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964 e, posteriormente, instituídos pelo Decreto nº 68.704, de 3 de junho de 1971, formam em seu conjunto uma Autarquia.

Tanto o CFO quanto cada CRO são dotados de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira.

Nossa principal finalidade é a supervisão da ética odontológica em todo o território nacional, cabendo-nos zelar e trabalhar pelo bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente. Para cumprir essa missão, o CFO legisla por meio de [Atos Normativos](#), julga Processos Éticos e centraliza as informações sobre [cursos de Especialização](#) registrados e reconhecidos, bem como sobre o [número de inscritos em todo o Brasil](#), entre Cirurgiões-Dentistas, Auxiliar de Saúde Bucal, Técnicos em Saúde Bucal, Técnicos em Prótese Dentária, Auxiliares de Prótese Dentária e Clínicas Odontológicas.

O Portal do CFO viabiliza o acesso às informações e ações concentradas por esta Autarquia, além de oferecer uma série de serviços online. Isso possibilita o contato mais direto e próximo tanto para a classe odontológica como para a população em geral, que, em última análise, é a razão de existir do CFO e [CROs](#).

2012 – 2015 - Mandato

No dia 20 de abril de 2012 foi publicado no Diário Oficial da União, o Edital nº 1, fixando a data de eleição para renovação dos Membros do Conselho Federal de Odontologia, para o período de 08.12.2012 a 07.12.2015. A Assembleia dos Delegados-Eleitores foi marcada para às 18:00 horas do dia 19 de outubro de 2012, na sede do CFO, no Rio de Janeiro-RJ.

Inicialmente, duas chapas se inscreveram para concorrer ao pleito. A chapa nº 1 foi assim composta: Membros Efetivos: Ailton Diogo Morilhas Rodrigues – CRO-MS-1201; Benício Paiva Mesquita – CRO-CE-1427; Cesar José Campagnoli – CRO-PR-1916; Ericson Leão Bezerra – CRO-AM-1039; Genésio Pessôa de Albuquerque Júnior – CRO-TO-375; José Mário Moraes Mateus – CRO-MG-12392; José Ricardo Dias Pereira – CRO-PE-2815; Leonardo Marconi Cavalcanti de Oliveira – CRO-PB-721; e, Rubens Côrte Real de Carvalho – CRO-SP-8261. Membros Suplentes: Ataíde Mendes Aires – CRO-MA-294; Dalter Silva Favarete – CRO-MT-2831; Eimar Lopes de Oliveira – CRO-RN-1352; Maria Izabel de Souza Ávila Ramos – CRO-AP-33; Mário Dourado Queiroz – CRO-BA-1552; Messias Gambôa de Melo – CRO-PA-930; Murilo Rosa – CRO-SC-1515; Paulo Sérgio Moreira da Silva – CRO-AL-749; e, Tito Pereira Filho – CRO-AC-096.

Esta chapa designou o Cirurgião-Dentista Roberto Eluard da Veiga Cavali para receber toda e qualquer comunicação.

Os subscritores foram: Roberto Eluard da Veiga Cavali, do Paraná; Hildeberto Cordeiro Lins, de Alagoas; Abraão Alves de Oliveira, da Paraíba; Flávio Borella, do Rio Grande do Sul; e, Antonildes Medeiros Mota Gomes, do Maranhão.

A chapa nº 2 foi composta por: Membros Efetivos: Afonso Fernandes Rocha – CRO-RJ-7914; Arnaldo de Almeida Garrocho – CRO-MG-3871; Augusto Tadeu Ribeiro Santana – CRO-SE-311; Elio Silva Lucas – CRO-ES-1307; Fabiano Augusto Sfier de Mello – CRO-PR-10989; Henrique Cesar Marçal de Oliveira – CRO-GO-3618; Marcondes Martins da Silva Júnior – CRO-PI-1419; Ricardo Araújo da Silva – CRO-BA-5210; e, Robson Bizarro – CRO-SP-35412. Membros Suplentes: Ana Cláudia da Silva Araújo – CRO-PE-5113; André Gustavo Almeida de Castro Lima – CRO-MA-1542; Antonio Ricardo Calazans Duarte – CRO-RN-916; Elizeu Insaurralde – CRO-MS-226; Heládio de Souza Gomes – CRO-AM-1159; José Cleomir Tognonato Filho – CRO-DF-2133; Paulo Sérgio Carriço Correa – CRO-PA-616; Ricardo Lombardi de Farias – CRO-PB-1004; e, Roosevelt Carvalho da Silva – CRO-MG-13715.

Os subscritores dessa chapa indicaram o CD-Luiz Carlos Torres Martins para receber toda e qualquer comunicação referente à chapa em apreço.

Foram em número de 20 os subscritores da chapa: José Antonio Valério, de Minas Gerais; Alberto Magno da Rocha Silva, de Minas Gerais; Marcel Lautenschlager Arriga, da Bahia; Carlos Sérgio de Souza Araújo, do Rio de Janeiro; Norberto Francisco Lubiana, do Espírito Santo; Luiz Carlos Torres Martins, de Minas Gerais; Romilda de Melo Alves Branco, de Minas Gerais; Beatriz de Souza Araújo Barros, de Minas Gerais; Antonio Augusto de Barros, de Minas Gerais; Gerdal Roberto de Sousa, de Minas Gerais; Eucide Souza, de Minas Gerais; Leandro Medeiros dos Santos, de Minas Gerais; Edmar Figueiredo de Brito, de Minas Gerais; Dulcinea Dirce Salgado Mattar, de Minas Gerais; Edmee Almeida, de Minas Gerais; Ieda Píramo Moreira Santiago, de Minas Gerais; Débora Teixeira Starling, de Minas Gerais; Wellington Pacheco, de Minas Gerais; Oswaldo Costa Filho, de Minas Gerais; e, Orlando Santiago Júnior, de Minas Gerais.

Às vésperas do pleito a chapa 2 se retirou da disputa. No dia 19 de outubro, às 18:00 horas, foi realizada, então, a Assembleia dos Delegados-Eleitores.

Compareceram e votaram os seguintes Delegados-Eleitores: Isabelly Lemos Basto de Oliveira Rosas, Tiago Gusmão Muritiba, CRO-AL; Moizes Pereira dos Santos, CRO-AP; Vera Lúcia Louzada Ferreira, CRO-AM; Francisco Xavier Paranhos Coêlho Simões, CRO-BA; Marlio Ximenes Carlos, CRO-CE; Wagner Vaz Cardozo, CRO-DF; Luzimar Gomes de Oliveira Pinheiro, CRO-ES; Mauro Machado do Prado, CRO-GO; Raimundo Matias França de Lima, CRO-MA; João Milanez Moreira Júnior, CRO-MT; Francisco Carlos Grilo, CRO-MS; Lívio de Barros Silveira, CRO-MG; Armando Minenori Tují, CRO-PA; Maria de Oliveira Alves Cavalcanti, CRO-PB; Aguinaldo Coelho de Farias, CRO-PR; Fausto Aureliano Meira Ferreira, CRO-PI; Jaldir da Silva Cortez, CRO-RN; José Elvídio Giffoni Pinto de Moraes, CRO-RS; Paulo Murilo Oliveira da Fontoura, CRO-RJ; Luiz Fernando Rodrigues Rosa, CRO-RO; Rodrigo Ivo Matoso, CRO-RR; Élito Araújo, CRO-SC; Rada El Achkar da Silva, CRO-SP; Marcos Luís Macedo de Santana, CRO-SE; e, Juliano do Vale, CRO-TO.

Terminada a votação foram designados os Delegados-Eleitores de Santa Catarina, Maranhão e Espírito Santo para a função de escrutinadores. O Resultado da eleição foi o seguinte: a chapa 1 obteve 19 votos. Foram 7 nulos e 1 ausência. Obtida a maioria dos votantes, o Presidente da Assembleia proclamou eleita a chapa 1 concorrente para o triênio que vai de 08.12.2012 a 07.12.2015.

No dia 7 de dezembro foi realizada a Reunião Extraordinária do Plenário para a eleição da Diretoria e da Comissão de Tomada de Contas, para a gestão de 2012/2015. A Diretoria eleita e empossada foi a seguinte: Presidente – Ailton Diogo Morilhas Rodrigues; Vice-Presidente – Leonardo Marconi Cavalcanti de Oliveira; Secretário-Geral – Genésio Pessôa de Albuquerque Júnior; e, Tesoureiro – Rubens Côrte Real de Carvalho.

A Comissão de Tomada de Contas eleita e empossada foi a seguinte: Presidente – Benício Paiva Mesquita, e Membros: José Ricardo Dias Pereira e Ericson Leão Bezerra.

Este Relatório contempla os atos de gestão praticados pelo Conselho Federal de Odontologia, durante o exercício do ano de 2013, cujo detalhamento das estratégias de atuação adotados, das atividades desenvolvidas e dos resultados atingidos, está consubstanciado ao longo do presente peça Administrativa.

O documento foi elaborado de acordo com as normas editadas pelo Tribunal de Contas da União e as determinações da Diretoria do CFO.

1 - Identificação e Atributos da Entidade

1.1 Entidade - Informações sobre a entidade

DENOMINAÇÃO COMPLETA	Conselho Federal de Odontologia		
DENOMINAÇÃO ABREVIADA	CFO	CNPJ	61.919.643/0001-28
NATUREZA JURÍDICA	110-4 - Autarquia Federal	CONTATO	21-2122-2200
CÓDIGO CNAE	84.11-6-00		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	mendonca@org.br		
PÁGINA INTERNET	www.cfo.org.br		
ENDEREÇO POSTAL	Logradouro		
CIDADE	Rio de Janeiro	UF	RJ
BAIRRO	Centro	CEP	20020100
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	84.11-6-00 - Administração Publica em geral		

1.2 Normas - Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Agregadas

Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas:

O **CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA**, como unidade central, e os Conselhos Regionais de Odontologia, como unidades a ele vinculadas, criados pela Lei n.º 4.324, de 14 de abril de 1964, regulamentada pelo Decreto n.º 68.704, de 03 de junho de 1971, constituem em seu conjunto uma Autarquia Federal, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira.

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas

Lei n.º 5.081 de 24 de Agosto de 1966 - Regula o Exercício da Odontologia;

Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas:

Resolução CFO 034/2002 Regimento Interno do Conselho Federal de Odontologia;

Resolução CFO 059/2004 Código de Processo Ético Odontológico;

Resolução CFO 063/2005 Consolidação das Normas para Procedimentos nos Conselhos de Odontologia;

Resolução CFO 080/2007 Regimento Eleitoral; e,

Resolução CFO 118/2012 Código de Ética Odontológica.

Informações adicionais:

O Conselho Federal de Odontologia, através da atual Diretoria, vem desenvolvendo um trabalho de elaboração do manual de rotinas administrativas e de controles internos com vistas a adequação as mais recentes normas da administração pública, em especial as novas normas de contabilidade

aplicada ao setor público bem como as boas práticas administrativas no cenário internacional a fim de ir ao encontro do processo de convergência das Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público (IPSAS) e a inserção do Brasil nesse contexto.

1.3 Competências - Finalidade e competências institucionais da entidade jurisdicionada

Finalidade e competências institucionais da entidade jurisdicionada

A jurisdição da unidade central – **CFO** – abrange todo o território nacional.

O Conselho Federal de Odontologia é a unidade central e dirigente da entidade, responsável direta, por si e através dos Conselhos Regionais, pelo efetivo atendimento dos objetivos legais de interesse público que determinaram sua criação.

São **finalidades** do Conselho Federal de Odontologia, dentre outras, em todo o território nacional:

- I - supervisionar a ética;
- II - zelar pelo bom conceito da profissão de cirurgião-dentista;
- III - orientar, aperfeiçoar, disciplinar e fiscalizar o exercício da Odontologia, com a promoção e utilização dos meios de maior eficácia presumida;
- IV - defender o livre exercício da profissão de cirurgião-dentista;
- V - julgar, dentro de sua competência, as infrações à lei e a ética profissional;
- VI - funcionar como órgão consultivo do Governo, no que se referir ao exercício e aos interesses do cirurgião-dentista;
- VII - contribuir para o aprimoramento da Odontologia e de seus profissionais.

1.4 Organograma - Apresentação do organograma funcional com descrição sucinta das competências e das atribuições das áreas

- Anexo I - Organograma

2 - Planejamentos e Resultados

2.1 Plano estratégico - Descrição sucinta do planejamento estratégico ou do plano de ação da Entidade, realçando os principais objetivos estratégicos traçados para a entidade para o exercício de referência do relatório de gestão

Apresentação da técnica de planejamento estratégico adotada

O Planejamento Estratégico do CFO - 2014 se reveste no principal instrumento de aprimoramento da gestão, visto que inspira e norteia o roteiro de trabalho, orientado-o para resultados efetivos com relevância social e de interesse da Classe Odontológica.

A estratégia global definida para o Sistema Conselhos de Odontologia para os próximos anos está focada, principalmente, na conquista de mercado pelo profissional da odontologia e na visibilidade da Entidade junto à sociedade e as esferas políticas do Brasil.

Visão

Atuar como uma entidade representativa na sociedade brasileira, impactando o mercado de trabalho de forma a assegurar espaço para a atuação plena dos profissionais da odontologia.

Missão

Promover a valorização e o exercício ético das profissões odontológicas, atuando na defesa, formulação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas de saúde bucal no Brasil.

Valores

Agir com ética, integridade e responsabilidade na administração do CFO, visando atender as expectativas da classe odontológica do Brasil.

Análise de ambiente interno

O CFO elaborou um documento que acompanha a Proposta Orçamentaria do exercício de 2013, que é composto de projetos que visam auxiliar a execução dos serviços, voltados as suas finalidade legais. Vejamos:

Reforma da Sede do CFO, Jornal Informativo, Solenidade de Entrega da Medalha de Honra da Medalha ao Mérito Odontológico Nacional, Aquisição de Imóvel na Capital Federal, Capacitação dos quadros funcionais do CFO e dos CROs, Aquisição de mobiliário de escritório, Reuniões com categoria e especialistas, Fóruns institucionais de fiscalização do exercício profissional da Odontologia, Desenvolvimento de Sistemas voltados a área de governança - processos Plenário, Informatização do Plenário do CFO, Adequação da infraestrutura de informática do CFO.

Análise de ambiente externo

Tem-se no ambiente externo as entidade de Classe que laboram em paralelo com os Conselhos de Odontologia acompanhando as atividades políticas voltados para o segmento Conselhos de Fiscalização do Exercício Profissional, dentre os quais encontra-se o Fórum de Conselhos Profissionais (Conselhão), as entidades da classe odontológica que buscam, em conjunto, soluções para as demandas da sociedade brasileira.

A comissão parlamentar do CFO, que se mobiliza para a aprovações dos projetos de interesse da Odontologia.

Fatores críticos para o sucesso do planejamento estratégico

No ambiente interno, temos os pontos fortes e fracos, dentre eles capacitação do pessoal, estruturando a ambiência do trabalho dotando a entidade de ferramentas modernas, como Softwares necessários as rotinas de trabalho.

No contexto externo a identificação de ameaças que vem de variáveis incontrolláveis, sobretudo nos cenários politico e legislativo . Também se busca constantemente, nos mesmos cenários, as oportunidades, afim de satisfazer a finalidade social da entidade que é promover Odontologia.

Identificação da estratégia atual

Monitoramentos:

Ambiente de Controle, Avaliação de Riscos, Atividades de Controle, Informações e Comunicações, dos processos da Administração.

Identificação da estratégia futura

Revisões de Alto Nível, Gerenciamento Direto Funcional e de Atividades, Processos de Informações, Controles Gerais, Qualidade da informação, Monitoramento contínuo.

Macro-objetivos, objetivos e Metas
MACRO-OBJETIVO Audiencia na Câmara dos Deputados Discussão da legalidade dos Conselhos de saúde
MACRO-OBJETIVO Encontro Nacional de Conselhos Profissionais Forum
MACRO-OBJETIVO Força de trabalho das especialidades odontológicas Busca de parcerias
MACRO-OBJETIVO Forum Global sobre RH em Saúde Forum
MACRO-OBJETIVO Odontologia do Trabalho Mobilização junto a Câmara dos Deputados
MACRO-OBJETIVO Ouvidoria Implantar ferramenta de comunicação do CFO.
MACRO-OBJETIVO Reunião com os CROs por região geografica Consolidar ideias e dar velocidade nos processos decisórios
MACRO-OBJETIVO Reunião dos Coordenadores de Cursos de pós-graduação Lato Sensu Reunião
MACRO-OBJETIVO Reuniões com ANS Tratar as dificuldades enfrentadas pelos usuários dos planos de saúde
MACRO-OBJETIVO Seminario de Gestão Aprimorar o funcionamento interno da autarquia

2.2 Plano estratégico - Informações sobre as ações adotadas pela entidade para atingir os objetivos estratégicos do exercício de referência do relatório de gestão

ATIVIDADES 2014

1 - PARTICIPAÇÃO NO FÓRUM DOS CONSELHOS FEDERAIS DE PROFISSÕES REGULAMENTADAS

No dia 23 de janeiro, o Conselho Federal de Odontologia participou da Reunião do Fórum dos Conselhos Federais das Profissões Regulamentadas, realizada em Brasília (DF). Representando a Autarquia, o presidente, Dr. Ailton Diogo Morilhas Rodrigues, e o Secretário Geral, Dr. Genésio Albuquerque.

Na pauta, vários assuntos que dizem respeito a todos os Conselhos Profissionais foram debatidos, dentre eles a Audiência Pública, cujo tema foi: “Legalidade e Regulamentação das Profissões.”. o objetivo foi traçar estratégias para uma melhor organização no âmbito dos Conselhos Federais.

2 - PRESIDENTE DO CFO FOI HOMENAGEADO PELA ACADEMIA INTERNACIONAL DE MEDICINA ORAL E TOXICOLOGIA (IAOMT)

Em cerimônia com contou com a presença de profissionais da Odontologia, o Presidente do CFO foi homenageado pela Academia Internacional de Medicina Oral e Toxicologia, com a entrega de placa em agradecimento pela preocupação e engajamento na luta por um ambiente livre da poluição. O evento ocorreu no Rio de Janeiro, no dia 23 de janeiro. Estiveram presentes à ocasião, o Tesoureiro do CFO, Sr. Rubens Côrte Real de Carvalho, o Superintendente Executivo do CFO, Dr. Márcio Coimbra, a Presidente da IAOMT-Brasil, Doutora Martha Faissol, o Cirurgião-Dentista Olímpio Faissol e o CD-Alberto Fernandes Moreira, além da Presidente da Comissão de Saneamento Ambiental da ALERJ, Deputada Estadual Aspásia Camargo.

3 - SELO COMEMORATIVO DOS 50 ANOS DO CFO FOI LANÇADO DENTRO DA PROGRAMAÇÃO DO 32º CIOSP

Em comemoração aos 50 anos do Conselho Federal de Odontologia, o carimbo postal comemorativo e o selo personalizado do Jubileu de Ouro, foram lançados pelo Ministério das Comunicações e pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no dia 31 de janeiro, durante o 2º dia de programação do 32º Congresso Internacional de Odontologia de São Paulo.

O evento reuniu vários profissionais da área odontológica e autoridades políticas, como por exemplo, o presidente do CFO, Dr. Ailton Rodrigues; o Presidente do CROSP, Dr. Cláudio Miyake; o Presidente da APCD Central, Dr. Adriano Albano Forghieri, além do presidente da ABCD, Dr. Silvio Cecchetto; e, o presidente da Comissão Organizadora do Congresso, Dr. Wilson Chediek.

O carimbo foi apostado sobre o selo do Jubileu de Ouro.

4 - COMISSÃO NACIONAL E CONVÊNIOS E CREDENCIAMENTOS (CNCC) - REUNIU - SE

EM SÃO PAULO

A CNCC - Comissão Nacional de Convênios e Credenciamentos, reuniu-se nos dias 29 a 31 de janeiro, na Sede da APCD - São Paulo, para debater e revisar as principais ações que serão desenvolvidas neste ano de 2014. A CNCC é formada pelas seguintes Entidades Nacionais: ABCD, ABO, CFO, FIO e FNO.

5 - CFO PROPORCIONOU SEGURO COLETIVO A TODOS OS INSCRITOS

O Sistema CFO/CROs, pensando nos profissionais inscritos, proporcionou a eles um seguro coletivo. De acordo com a proposta de contratação do Seguro Coletivo de Pessoa Bradesco

Vida e Previdência, foram integradas ao grupo segurado todas as categorias de inscritos nos Conselhos Regionais de Odontologia com idade até 70 anos.

6 - O CFO PARTICIPOU DA POSSE DO MINISTRO DA SAÚDE

Representado pelo Membro da Comissão Parlamentar e da Comissão de Legislação do CFO, CD-Nilo Celso Pires, o CFO participou da posse do Ministro da Saúde, Arthur Chioro, ocorrida no dia 03 de fevereiro, no Ministério da Saúde.

7 - DIRETORIA DO CFO REALIZOU A PRIMEIRA REUNIÃO DO ANO NA SEDE DO CRO-MS

A Diretoria do CFO esteve na sede do CRO-MS, no dia 06 de fevereiro, em Campo Grande.

A modernização do CFO foi um dos assuntos discutidos na reunião. A Diretoria estudou a possibilidade de digitalização dos documentos. Outro assunto em pauta foi sobre o Seguro do CFO e os CROs estão providenciando para os profissionais.

A Diretoria examinou, também, as Comissões e Representações da Autarquia.

8 - PAGAMENTO DAS ANUIDADES DE 2014

Os boletos referentes às anuidades de 2014 também foram disponibilizados pelo site do CFO.

9 - CFO PROPOUS INCLUSÃO DO CIRURGIÃO-DENTISTA NO SIMPLES NACIONAL

No dia 26 de fevereiro, o vice-presidente do CFO, Dr. Leonardo Marconi de Oliveira, o Membro da Comissão Parlamentar e da Comissão de Legislação do CFO, Dr. Nilo Celso Pires, acompanhados do deputado federal Geraldo Thadeu, estiveram reunidos com o Ministro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Guilherme Afif Domingos, em Brasília (DF), para tratar do Projeto de Lei da Câmara nº 237/2012, cuja finalidade era a inclusão do cirurgião-dentista no Simples Nacional.

A proposta foi prontamente acolhida pelo Sr. Ministro.

10 - CFO PARABENIZOU AS MULHERES PELO SEU DIA INTERNACIONAL

No dia 08 de março, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, instituído em 1977, pela ONU - Organização das Nações Unidas, com o objetivo de lembrar as conquistas sociais, políticas e econômicas, além de alertar, combater discriminações e violência sofridas pelas mulheres em todo o mundo, o CFO prestou homenagem a todas as mulheres e, em especial, a todas aquelas que representam a profissão e ajudam a construir milhares de novos sorrisos todos os dias.

11 - ENTREGA DO PRÊMIO BRASIL SORRIDENTE 2013 AO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO (SP).

No dia 14 de março, em São Bernardo do Campo (SP), foi entregue ao Município, pelo Presidente do CFO, um consultório odontológico equipado, já que São Bernardo do Campo, foi vencedor do Prêmio Brasil Sorridente, na categoria acima de 300 mil habitantes.

O vice-prefeito Frank Aguiar agradeceu o prêmio recebido e lembrou os avanços que a saúde bucal tem alcançado nos últimos anos.

Também estiveram presentes ao evento, o Coordenador Nacional de Saúde Bucal, Dr. Gilberto Alfredo Pucca Júnior, a gerente regional da empresa Dabi Atlante, Janaína Nogueira; o assessor

especial do CFO, Dr. Ermensson Luis Jorge; o presidente do CROSP, Dr. Cláudio Miyake; o presidente da ABCD, Dr. Silvio Cecchetto; o presidente da APCD, Dr. Adriano Albano Foghieri; o Presidente da FIO, Dr. José Ferreira Campos Sobrinho, além da secretária Municipal de Saúde, Odete Gialdi; o Coordenador de Saúde Bucal do Município, Francisco Angelo Biagiani; o presidente da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, vereador Tião Mateus, dentre outros vereadores, autoridades da Saúde Pública e lideranças da classe odontológica.

12 - CFO REUNIU-SE COM LÍDERES DE ENTIDADES ODONTOLÓGICAS

O Coordenador Nacional de Saúde Bucal, Dr. Gilberto Alfredo Pucca Júnior, se reuniu, em 13 de março, na Sede da APCD São Paulo, com representantes de várias entidades odontológicas nacionais. O objetivo do encontro foi transmitir uma mensagem do Ministro da Saúde, Dr. Arthur Chioro, destacando total compromisso do Governo Federal com a ampliação e fortalecimento do Programa Brasil Sorridente, elencado como uma das prioridades ministeriais.

Participaram do encontro o Presidente da ABCD, o Presidente da ABO, o Presidente do CFO, o Presidente da FIO, O Presidente do CROSP, o Presidente da Comissão de Ética do CROSP, Dr. Wilson Chediek, O Assessor Especial da Presidência do CFO, DR. Ermensson Luis Jorge, e o Diretor de Benefícios da ABO, Dr. Marcelo Januzzi Santos.

Durante o encontro, os representantes das Entidades destacaram alguns pontos fundamentais: a necessidade de manter os investimentos realizados pela gestão pública que colaboram com a valorização do cirurgião-dentista; a importância dos projetos governamentais de longo prazo para o desenvolvimento da Odontologia brasileira; e a necessidade de acelerar os avanços nos tratamentos da saúde bucal da população brasileira.

13 - APRESENTADO NOVO PORTAL DE CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS

O CFO, representado pelo Tesoureiro, Dr. Rubens Côrte Real de Carvalho, participou da apresentação da Oficina do Portal de Evidências, que aconteceu no dia 11 de março, em Brasília (DF), quando foi lançado o acesso, que é gratuito, ao Portal de Evidências para alunos de Instituições de Ensino Superior.

O Site foi criado pelo Ministério da Saúde, em parceria com a CAPES/MEC, tendo como principal objetivo o fornecimento ao acesso rápido ao conhecimento científico por meio de publicações atuais e revisadas, sendo uma ferramenta disponível aos profissionais de saúde.

O CFO também foi representado no evento pelo Gerente de Tecnologia e Informação, Sr. Luciano Barreto.

14 - CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA - CFO SE REUNIU COM SENADOR VALDIR RAUPP

Em Brasília, no dia 11 de março, o CFO, juntamente com ABO nacional, esteve em uma audiência com o senador Valdir Raupp, para tratar de diversos projetos de leis de interesse da Odontologia. Dentre eles, o Projeto de Lei 422/2007, o qual estabelece que as empresas, de acordo como normas a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho, sejam obrigadas a manter serviços especializados em segurança, em medicina e em Odontologia do Trabalho, e o Projeto de Lei 034/2013, que determina a obrigatoriedade da presença de profissionais da Odontologia nas unidades de terapia intensiva de hospitais públicos e privados.

Estiveram presentes o vice-presidente do CFO, Dr. Leonardo Marconi de Oliveira, o conselheiro federal José Ricardo Dias Pereira; o membro da Comissão Parlamentar do CFO, Dr. Nilo Celso Pires; Dr. Luiz Fernando Rosa (CRO-RO); presidente da ABO nacional, Dr. Luiz Fernando Varrone, e outros profissionais.

15 - COMISSÃO PARLAMENTAR DO CFO SE REUNIU COM EX MINISTRO DA SAÚDE

Também no dia 11 de março em Brasília a Comissão Parlamentar do CFO se reuniu com o ex Ministro da Saúde, Humberto Costa, quando solicitou o apoio para aprovação do Projeto de Lei 034/2013, o qual estabelece a obrigatoriedade da presença de profissionais da Odontologia nas unidades de terapia intensiva de hospitais públicos e privados.

16 - CFO SE REUNIU COM A SOCIEDADE BRASILEIRA DE DISFUNÇÃO TÊMPOROMANDIBULAR E DOR OROFACIAL

No dia 13 de março, no Rio de Janeiro, representantes da Sociedade Brasileira de Disfunção Têmporomandibular e Dor Orofacial entregaram ao presidente do CFO, Ailton Morilhas, um parecer solicitando a revisão da autorização do Hialuronato de Sódio (HS) na área da DTN e Dor Orofacial.

De acordo com a SBDOF o ácido poderia ser aplicado no controle da dor e no restabelecimento funcional da Articulação Têmporomandibular (ATM).

17 - SENADOR AÉCIO NEVES SE REUNIU COM A COMISSÃO PARLAMENTAR DO CFO

Discutir o andamento de projetos de lei de interesse da classe odontológica, como o Projeto de Lei da Câmara 034/2013, foi um dos assuntos destacados durante a reunião dos membros da Comissão Parlamentar do CFO com o senador Aécio Neves, no dia 12 de março, em Brasília.

O senador se mostrou receptivo aos anseios do pleito, uma vez que a proposta do Projeto de Lei tem grande alcance social, o que resulta em benefícios para toda sociedade, por se tratar de cuidados especiais com pacientes internados em UTIs, além de reduzir os dias de internações e custos hospitalares.

18 - SENADORA ANA AMÉLIA E SENADOR GIM ARGELLO RECEBERAM MEMBROS DO CFO

O vice-presidente do CFO, Dr. Leonardo Marconi, acompanhado do Dr. José Alberto Cabral Botelho e do Dr. Alberto Moreira, foi recebido pela senadora Ana Amélia e pelo senador Gim Argello, em Brasília, oportunidade em que convidou os referidos senadores para a solenidade dos 50 anos de criação do CFO.

19 - CFO PARTICIPOU DA 1ª REUNIÃO DO FÓRUM DO MERCOSUL 2014

O Fórum Mercosul para o Trabalho em Saúde realizou, na sede da Organização Pan Americana da Saúde, em Brasília, no dia 25 de março, a primeira reunião com seus integrantes em 2014.

Estiveram presentes os representantes do CFO Mário Ferraro e Andrei Rosas.

O Programa Mais Médicos do Ministério da Saúde e a liberação comercial da prestação de serviços profissionais no Mercosul foram os temas expostos nessa 33ª Reunião Ordinária do Fórum do Mercosul.

20 - CFO PARTICIPOU DO FÓRUM DE PROFISSÕES REGULAMENTADAS

O CFO, representado pelo seu presidente, Ailton Diogo Morilhas Rodrigues, participou do IV Simpósio do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, realizado nos dias 03 e 04 de abril, em Pirenópolis - GO.

Foram abordados temas com a natureza jurídica dos conselhos; regime de contratação dos funcionários dos conselhos profissionais; a regulamentação das novas profissões; o risco da desregulamentação de profissões; e, o exercício profissional no Mercosul.

21 - CFO COMEMOROU 50 ANOS DE ATIVIDADES

Ao completar meio século de atividades, o CFO comemorou no dia 09 de abril, em Brasília, as conquistas alcançadas pela instituição, em prol do cidadão brasileiro e dos profissionais da Odontologia.

O evento ocorreu no Clube Naval de Brasília. Compareceram o Ministro da Saúde, Arthur Chioro, senadores, o secretário de Estado da Casa Civil do DF, Swedenberger Barbosa, representando o governador do Distrito Federal, deputados, presidentes dos Conselhos Regionais e de instituições da Odontologia, autoridades e convidados.

O CFO promoveu para os profissionais do setor, representados pelos seus Conselhos Regionais, uma noite de reconhecimentos e agradecimentos a todos aqueles que fazem parte da história da Odontologia brasileira. Seis personalidades foram agraciadas com a Comenda de Honra ao Mérito Nacional, criada pelo CFO em 1995, com o objetivo de destacar, anualmente, profissionais e autoridades por serviços prestados à Odontologia brasileira: os cirurgiões-dentistas Moysés Morenos, Uston Holder da Silva, Elza Maria Gurgel de Macedo, Gilberto Alfredo Pucca Júnior, Emil Adib Razuk e o deputado estadual, também cirurgião-dentista, Luiz Eduardo Cherém. Também foram homenageados os ex-presidentes e o atual do Conselho Federal além do superintendente executivo com a Medalha Comemorativa do Jubileu de Ouro da Autarquia.

Em momento importante do evento, foi lançada a nova logomarca do CFO, que traduz graficamente conceitos inseparáveis à sua atuação, tais como coesão, conciliação, ética e saúde bucal.

22 - GRUPO DE TRABALHO DO FÓRUM MERCOSUL DISCUTIU PROFISSÕES TÉCNICAS DA SAÚDE

O Grupo de Trabalho do Fórum Mercosul, na área da saúde, se reuniu no Ministério da Saúde em Brasília, no dia 15 de abril, com os técnicos do Departamento de Gestão e Regulação do Trabalho, sob a coordenação da consultora do ministério da Saúde, Silvia Portela, com objetivo de formular uma primeira avaliação de quatro profissões de nível técnico, comuns nos países do Mercosul: técnico em radiologia, técnico em enfermagem, análises clínicas e técnico em prótese dentária. Esteve presente o representante do CFO, Dr. Mário Ferraro.

23 - CFO BUSCOU APROVAÇÃO DO PL SIMPLES NACIONAL

O vice-presidente do CFO e presidente da Comissão Parlamentar do CFO, Dr. Leonardo Marconi Oliveira, acompanhados dos membros Dr. Nilo Pires, Dr. José Ricardo, além do Dr. José Alberto Cabral, estiveram reunidos, no dia 08 de abril, com o ministro chefe da Secretaria de Micro e Pequena Empresa, Guilherme Afif Domingos, com o coordenador do Fórum da Profissões Regulamentadas, José Augusto Neto e com o secretário executivo da Secretaria de Racionalização e Simplificação, José Constantino Júnior, para tratar do Projeto de Lei da Câmara nº 237/2012, cujo objetivo é inclusão do cirurgião-dentista no Simples Nacional.

24 - ODONTOLOGIA DO TRABALHO FOI TEMA DE AUDIÊNCIA DO CFO NA CÂMARA

A presença de um profissional da Odontologia no ambiente corporativo traz maior segurança ao colaborador. Foi baseado nesta constatação que a Comissão Parlamentar do CFO se reuniu em audiência no dia 08 de abril, com o deputado federal Paes Landim, por intermédio de deputado federal

Damião Feliciano, para tratar do PL 422/2007, que diz respeito à Odontologia do Trabalho.

25 - CFO APOIOU OS CIRURGIÕES-DENTISTAS NO QUE SE REFERE À AUTONOMIA PARA PEDIDO DE EXAMES

O CFO apoiou os cirurgiões-dentistas ao concordar com matéria veiculada no programa da TV Globo, Bom Dia Brasil, no dia 23 de abril, onde clientes de seguros de saúde reclamavam que as operadoras negavam exames quando os pedidos eram feitos por dentistas.

A ANS assegurou que negar um exame assinado por cirurgião-dentista é ilegal, no que concordou o Conselho Federal.

26 - CFO HOMENAGEOU CIRURGIÕES-DENTISTAS POR OCASIÃO DO DIA DO TRABALHO

“A dignidade do homem vem do seu trabalho e de sua cidadania. O amor ao ofício vem de sua alma ao promover o bem estar ao próximo”.

Dessa forma vivem profissionais da Saúde Bucal, que, muitas vezes, abrem mão de seu descanso para proporcionar a autoestima do cidadão.

Com esta mensagem, o CFO formalizou o reconhecimento pelo trabalho de todos aqueles que compõem o CFO, os CROs e todos os profissionais da Odontologia.

27 - INSTITUIÇÕES TRABALHARAM JUNTAS EM PROL DA SAÚDE BUCAL

A Odontologia brasileira ganhou força entre as instituições da categoria. Encontro da presidente da FNO, Dr^a Joana Lopes, com o presidente do CFO, na sede da autarquia em Brasília, no dia 07 de maio, consolidou a união das entidades em prol dos objetivos da Odontologia.

A reunião contou com a presença do secretário geral da FNO, Dr. Ernani Bezerra da Silva, e do presidente do Sindicato dos Cirurgiões-Dentistas do estado do Tocantins, Dr. Ricardo Martinez Camolesi.

28 - VITÓRIA! ODONTOLOGIA SE INTEGRA AO SIMPLES NACIONAL

Universalização do Supersimples para o setor de serviços, onde se inclui a Odontologia, e o fim da substituição tributária.

Com estas conquistas, plenário da Câmara dos Deputados aprovou por unanimidade, no dia 07 de maio, o texto base do Projeto de Lei Complementar 221/2012 do Supersimples, do deputado Vaz de Lima.

Para o CFO foi mais uma grande conquista, que se somou a tantas outras, ao longo dos 50 anos de existência dos Conselhos.

29 - DENTISTA PARA QUEM PRECISA

O Brasil enfrenta um problema sério na área da Odontologia: faltam dentistas no interior do país, e isto acontece na maioria dos estados brasileiros.

A falta de estrutura e os baixos salários, na maioria das cidades do interior, são motivos para que os profissionais desistam de ir para estas localidades.

Outro motivo que também contribui para o afastamento dos profissionais das cidades que são desassistidas é a dificuldade de acesso às comunidades, aonde, em muitos casos, só se chega de barco.

A situação começa a mudar. Um programa do Ministério da Saúde beneficiou mais de trezentos municípios brasileiros com a chegada de 525 cirurgiões-dentistas, que se integraram às equipes de atenção básica, em locais onde há falta destes profissionais.

Esta foi iniciativa que valorizou a interiorização da profissão.

30 - II CONGRESSO INTERNACIONAL DO AMAPÁ - PARTICIPAÇÃO DO CFO

O “meio do mundo” reuniu profissionais e acadêmicos da área no II Congresso de Odontologia do Amapá. A cidade de Macapá, capital do estado, é cortada pela linha do Equador e dá a exata sensação do que é estar, literalmente, no meio do mundo, por isso o nome do Congresso que aconteceu de 15 a 17 de maio, no auditório de SEBRAI: Odontologia em debate no meio do mundo.

O presidente do CFO participou da abertura do evento, ao lado do coordenador de Saúde Bucal do Ministério da Saúde, Gilberto Pucca, e do presidente do CRO-AP, Moisés dos Santos, dentre outras autoridades.

31 - CFO E O GOVERNO DO AMAPÁ UNIRAM FORÇAS NA ODONTOLOGIA

Em encontro na tarde de quinta-feira, 15 de maio, com o governador do Amapá, Camilo Capiberibe, o presidente do Conselho Federal de Odontologia solicitou algumas reivindicações da classe no sentido de melhores condições ao trabalhador de saúde bucal e melhor atendimento de toda a classe para a população.

Também participaram da reunião os presidentes da FIO, ABO, o vice-presidente do CFO, o presidente do CRO-Amapá e a chefe do Centro Odontológico do Amapá.

O governador foi muito receptivo no contato considerado importante para toda classe odontológica, pois esta contribuição valoriza e fortalece a Odontologia no estado que atende a população que precisa.

Na ocasião, assim se expressou o governador: “A saúde bucal é de extrema importância e deve ser levada também para as pessoas de baixa renda e isso o governo do Amapá está fazendo de forma muito eficaz.”

32 - CFO PRESTIGIOU TRABALHO DE SAÚDE BUCAL DA APAE-SP

O tesoureiro Rubens Côrte Real de Carvalho visitou, a convite, na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de São Paulo no dia 20 de maio, o setor de Serviço de Apoio ao Envelhecimento, pioneiro nesse trabalho no país. Na ocasião pelos excelentes trabalhos prestados à sociedade na área de saúde bucal, o CFO concedeu à instituição a Medalha Comemorativa dos 50 anos da autarquia.

O CFO contou com a parceria da empresa Oral B, representada pela assessora de relações profissionais, Andreia Morales.

Na ocasião, o presidente do CFO deu uma palestra mostrando a importância da escovação e de uma higiene bucal bem feita.

A solenidade selou um trabalho sério realizado pelas instituições em prol da sociedade, valorizando ações da Odontologia, com benefícios ao cidadão.

33 - CFO ESCLARECEU À CLASSE ODONTOLÓGICA

Em face de publicação em diversos veículos de comunicação de matéria sobre o programa Mais Dentistas o CFO esclareceu à classe odontológica de que a mesma não se correlacionava com o

Portaria 734/2014 assinada pelo Ministro da Saúde do Brasil, no dia 02 de maio.

Disse, na nota, desconhecer qualquer movimentação por parte do governo federal para implementação do programa Mais Dentista.

34 - COM ATUAÇÃO DO CFO A CLASSE ODONTOLÓGICA CONQUISTOU UMA GRANDE VITÓRIA

No dia 27 de maio a Câmara dos Deputados aprovou o PL 3939/12, que institui, anualmente, a primeira semana do mês de novembro, como a Semana Nacional de Prevenção ao Câncer Bucal.

A vitória foi uma amostra do trabalho do CFO promove junto ao Congresso em prol do cidadão e dos profissionais da Odontologia.

O objetivo da semana é estimular ações preventivas e educativas, promover debates e outros eventos sobre as políticas públicas de atendimento integral a portadores de câncer bucal, apoiar atividade organizadas e desenvolvidas pela sociedade civil em prol do controle decimal que envolve milhares de brasileiros, além de difundir os avanços técnico-científicos relacionados à doença.

35 - O CFO TRABALHA COM O OBJETIVO DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI 422/2007

Promover, prevenir e preservar a saúde bucal do trabalhador, pois muitos sofrem acidentes, afecções ou doenças adquiridas na boca durante o exercício profissional, foi o motivo pelo qual o CFO lutou, por meio de sua Comissão Parlamentar de Odontologia, para melhorar a autoestima do cidadão, diminuindo sua falta ao trabalho, aumentando a produtividade da indústria por meio do PL 422/2007. O projeto trata da presença do um profissional da Odontologia no ambiente de trabalho.

36 - CFO PARTICIPOU DO 3º CONGRESSO PARAIBANO DE ODONTOLOGIA - CRO-PB

A cidade de Campina Grande, localizada no agreste do estado da Paraíba, foi sede do 3º Congresso Paraibano de Odontologia, nos dias 05, 06 e 07 de junho.

O evento foi realizado pelo Projeto de Educação Permanente do Conselho Regional de Odontologia da Paraíba.

O CFO participou promovendo uma reunião plenária dentro do Congresso.

37 - SAÚDE BUCAL: CFO E MINISTÉRIO DA SAÚDE JUNTOS EM PROL DA POPULAÇÃO E PROFISSIONAIS

Em encontro realizado no dia 04 de junho, o presidente do CFO conversou com o Coordenador Nacional de Saúde Bucal do Ministério da Saúde, sobre o fortalecimento nas ações entre as instituições.

Na pauta, assuntos ligados às políticas públicas de saúde bucal para a população e programas idealizados pelo CFO a serem implementados junto com a Coordenação de Saúde Bucal do Ministério da Saúde, para que os profissionais sejam sempre os maiores beneficiados.

38 - CFO E CROs UNIDOS EM PROL DA CLASSE ODONTOLÓGICA

Com a disposição de auxiliar os Conselhos Regionais de Odontologia, procurando fortalecer a profissão em todo Brasil, o presidente do CFO compareceu ao Paraná, em 02 de julho de 2014, participando da plenária do Regional.

Na ocasião o presidente falou do exemplo que o CRO-PR dá com as inúmeras ações desenvolvidas em benefício da classe odontológica e de toda população, tendo o presidente do CRO-PR reiterado a confiança do trabalho conjunto, realizado com o CFO em prol da Odontologia brasileira.

39 - ENTIDADES DA CLASSE TRABALHAM JUNTAS PELA SAÚDE BUCAL

Assuntos de interesse da classe odontológica são determinantes para um trabalho em conjunto.

Em Brasília no dia 15 de julho, na sede do CFO, estiveram reunidos o presidente da FIO, Dr. José Campos; o presidente da ABCD, Dr. Silvio Checchetto; o representante da ABO, Dr. Tarcísio Pinto; o presidente do CFO, Dr. Ailton Rodrigues; a presidente da FNO, Dr^a Joana Lopes; o secretário geral da FNO, Dr. Ernani Bezerra; e, o vice presidente da APCD, Dr. Wilson Chediek.

A reunião teve por objetivo discutir projeto de lei de interesse da classe, assim como o oferecimento de cursos de pós-graduação por essas entidade e ações que deverão ser tomadas em conjunto com as instituições em prol da classe odontológica e da sociedade.

40 - REUNIÃO PLENÁRIA DO CFO TRATOU DE ASSUNTOS DE INTERESSE DA ODONTOLOGIA NACIONAL

No dia 17 de julho de 2014, no seu escritório no Rio de Janeiro, o CFO promoveu reunião plenária para debater importantes assuntos referentes à Odontologia nacional.

41 - CFO PARTICIPOU DE REUNIÃO DA ABENO E REALIZOU PLENARIA COM OS CROS DO NORDESTE

De 30 de julho a 1º de agosto, em João Pessoa (PB), com a participação do CFO foi realizada a 49ª Reunião Anual da Associação Brasileira de Ensino Odontológico - ABENO.

Com o objetivo de procurar melhorar, cada vez mais, a atuação do cirurgião-dentista no país, o CFO entendeu que deveria apoiar a ABENO, pois é fundamental que toda a classe odontológica trabalhe unida em prol da sociedade, formando profissionais capazes de atender bem ao cidadão.

Na ocasião foi realizada uma plenária com os presidentes dos Conselhos Regionais do nordeste. O objetivo da reunião foi conhecer os anseios e as reivindicações de cada conselho dos estados nordestinos.

O CFO procurou ouvir os Regionais para juntos buscarem atender às necessidades apontadas pelos presidentes e pela sociedade.

O CFO trabalha em prol da saúde bucal do cidadão ao lado do profissional da classe, portanto, prestigia todas as ações que tornem mais efetivas as ações da área da Odontologia.

A plenária realizada entre o CFO e os CROs do nordeste foi extremamente produtiva.

42 - GraduaCEO; MAIS ATENDIMENTO PARA A POPULAÇÃO

O CFO, através de seu presidente, participou no dia 05 de julho do lançamento do novo programa do Ministério da Saúde, que integra estudantes de Odontologia com o Sistema Único de Saúde (SUS).

O GraduaCEO, realizado em parceria com o Ministério da Educação, possibilita que estudantes dos cursos de Odontologia de instituições de ensino superior(IES) públicas e privadas, a começar pelas públicas, acompanhem o trabalho das equipes de saúde bucal desde o início do curso, acompanhando os procedimentos, até o último ano de formação, realizando atendimentos aos pacientes, sobre orientação de universidade.

Na ocasião o Ministro da Saúde, Arthur Chioro, agradeceu pela parceria que tem tido nos trabalhos com o CFO, desde a implantação do Programa Brasil Sorridente.

Ao Ministério da Educação cabe garantir a implantação nos currículos acadêmicos dos princípios de cuidado integral do SUS.

Na GraduaCEO são desenvolvidas, ainda, ações de promoção e prevenção, atenção básica, atenção secundária, reabilitação oral e educação permanente.

43 - BRASÍLIA SEDIU PRIMEIRA REUNIÃO DE COMISSÕES DO CFO DE 2014

Em 06 de agosto, em Brasília, o plenário do CFO promoveu a primeira reunião das Comissões, em 2014.

O objetivo do encontro foi integrar o trabalho que cada comissão desenvolve, entre seus participantes, pois o mesmo é essencial, pois cada uma, com o seu valor, contribui com o CFO em prol da Odontologia e da população.

44 - PRÊMIO BRASIL SORRIDENTE/CONSELHOS DE ODONTOLOGIA - 2014

No dia 28 de agosto, o CFO divulgou os vencedores do Prêmio Brasil Sorridente/Conselhos de Odontologia - 2014, que é concedido pela autarquia, com o patrocínio da empresa de equipamentos odontológicos Dabi Atlante, como reconhecimento às cidades que realizam trabalhos em prol da população na área de saúde bucal.

A Comissão de Políticas Públicas de Saúde - Prêmio Brasil Sorridente/Conselhos de Odontologia se reuniu na sede do CFO, em Brasília, e divulgou os vencedores.

Em primeiro lugar, dentre os municípios com população até 50 mil habitantes, o vencedor foi Canindé de São Francisco (SE); dentre os municípios com população de 50001 a 300 mil habitantes o primeiro lugar foi concedido a Resende (RJ); e o município de Vitória (ES) foi o vencedor na categoria de população acima de 300 mil habitantes.

A solenidade de entrega da 9ª edição do Prêmio Brasil Sorridente/Conselhos de Odontologia foi realizada em agosto em Florianópolis (SC).

Estiveram presentes na solenidade, além do presidente do CFO, Ailton Rodrigues; o Coordenador Nacional de Saúde Bucal do Ministério da Saúde, Gilberto Pucca; a secretária de saúde de Santa Catarina, Tânia Eberhardt – representando o governados do Estado; o prefeito de Florianópolis, Cesar Souza Júnior; o diretor industrial da empresa Dabi Atlante, Caetano Biagi; a diretoria e os conselheiros do CFO; os presidentes dos CROs; os prefeitos e os secretários de saúde das cidades vencedoras; a assessora de Relações Profissionais da Colgate, Flávia Aldarvis; e, autoridades.

Os municípios que ganharam o primeiro lugar de cada categoria receberam das mãos do presidente e dos diretores do CFO, acompanhados do diretor industrial da empresa de equipamentos odontológicos Dabi Atlante um troféu em homenagem ao prêmio, um consultório de Odontologia completo e, também, cinco mil kits de higienização da Colgate.

Os municípios participantes selecionados nacionalmente, até o quinto lugar ganharam um quadro com menção honrosa.

Vencedores: municípios com população até 50 mil habitantes: 1º lugar - Canindé de São Francisco (SE); 2º lugar - Arapoti (PR); 3º lugar - Porto União (SC); 4º lugar - Capitólio (MG); e, 5º - Vassouras (RJ).

Municípios com população entre 50.001 a 300 mil habitantes: 1º lugar - Resende (RJ); 2º lugar - Chapecó (SC); 3º lugar - Varginha (MG); 4º lugar - Presidente Prudente (SP); e, 5º lugar - Cambé (PR).

Municípios com população acima 300 mil habitantes: 1º lugar - Vitória (ES); 2º lugar - Florianópolis (SC); 3º lugar - Manaus (AM); 4º lugar - Ponta Grossa (PR); e, 5º lugar - Jundiá (SP).

45 - MUSEUS DE ODONTOLOGIA: O LADO CULTURAL DA SAÚDE BUCAL

Em comemoração aos 50 anos de criação dos Conselhos de Odontologia e em agradecimento ao valor cultural à preservação da memória odontológica, o CFO entregou, no dia 08 de agosto, ao Museu de Odontologia Dr. Solon de Miranda Galvão, em Natal (RN) a medalha comemorativa e diploma de

menção honrosa.

Também, foi decidido entregar a medalha comemorativa e o diploma de menção honrosa aos demais museus brasileiros que tratam do tema Odontologia, nos estados de São Paulo, Paraná, Ceará, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

46 - CFO PARTICIPOU DE FÓRUM DE ODONTOLOGIA HOSPITALAR

O CFO, representado por seu presidente, Ailton Morilhas, e pelo assessor especial, Ermensson Luiz Jorge, participou no dia 27 de agosto, do Fórum de Odontologia Hospitalar, realizado em São Paulo.

O encontro aconteceu entre diversas entidades do setor odontológico, que debateram o tema: Cirurgiões-Dentistas nos Hospitais e contou com a presença exclusivas das entidades de classe da Odontologia, gestores, e administradores de hospitais para o alinhamento de ideias antes de uma segunda etapa, na qual deverão ser convidados os cirurgiões-dentistas brasileiros.

47 - FLORIANÓPOLIS SEDIA PLENÁRIA DO SISTEMA CFO/CROs

No dia 29 de agosto, Florianópolis (SC) sediou reunião plenária entre os conselhos federal e regionais de Odontologia para traçar e planejar as diretrizes gerais a serem desenvolvidas em conjunto pelo Sistema Conselhos,

Na reunião houve apresentação para todos os presidentes dos CROs do resultado da pesquisa nacional encomendada ao Datafolha pelo CFO sobre hábitos e comportamento da população na área de saúde bucal e do aplicativo Colgate, para localização de dentistas por meio de Iphone e Ipad.

A reunião, também, contou com assuntos internos de cada CRO para decisões a serem tomadas em grupo.

48 - CFO PARTICIPOU DO LANÇAMENTO DA CARTILHA COM ORIENTAÇÕES DO TCU PARA OS CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO

O CFO participou no dia 28 de agosto, em Brasília, do lançamento da Cartilha de Orientações para os Conselhos de Fiscalização de Atividades Profissionais, elaborada pelo TCU.

O documento busca contribuir para a excelência da gestão pública. Além de apresentar esclarecimentos a respeito dos sistemas de controle existentes na administração brasileira e mostrar coletâneas sistematizadas da jurisprudência do Tribunal, sobre diversos aspectos, ela, a Cartilha, dedica atenção especial à prestação de contas e aos relatórios de gestão.

49 - CFO REUNIU INSTITUIÇÕES ODONTOLÓGICAS, EM BRASÍLIA

No dia 03 de setembro, o CFO reuniu, em sua sede, os representantes do Colégio Brasileiro de Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial, Luciano Del Santo e Fabrício David Jorge, e da Sociedade Brasileira de Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial (SOBRACIBU), Daniel de Luca e Daniel Zerbimatti.

Por parte do CFO, compareceram o presidente Ailton Morilhas, o vice-presidente Leonardo Marconi, o tesoureiro Rubens Côrte Real e o procurador jurídico, Luiz Maron.

No encontro foram debatidos assuntos relativos, não só à especialidade, como também, sobre a conduta ética dos profissionais que se formam nessa área, que por ser uma atividade desenvolvida, principalmente, dentro do ambiente hospitalar, atuando diretamente na saúde das pessoas e dos traumatizados, apresenta grande preocupação por parte do CFO e de entidades que trabalham nessa especialidade.

Ao final, ficou acordado que as duas instituições enviarão ao CFO suas demandas e propostas presentes nos anseios dos profissionais que trabalham na área de buco-maxilo.

50 - POSSE DA DIRETORIA COLEGIADA DA ANS CONTOU COM REPRESENTAÇÃO DO CFO

Os conselheiros federais Benício Mesquita e Tito Pereira Filho representaram o CFO, no dia 1º de setembro, na cerimônia de posse dos novos integrantes da diretoria colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), no Rio de Janeiro.

A cerimônia contou com a presença do Ministro da Saúde, Arthur Chioro, além de várias representações da saúde suplementar, políticos, servidores da ANS e outros.

51 - CFO RECEBEU MENÇÃO HONROSA NA CÂMARA

Em sessão solene na Câmara dos Deputados, no dia 05 de setembro, em Brasília, o CFO foi homenageado por seus trabalhos prestados em prol da sociedade e de todo cidadão brasileiro, recebendo um diploma de menção honrosa.

52 - ENTIDADES DE CLASSE E O CFO REUNIRAM-SE COM O MEC

Assuntos de interesse da classe odontológica são determinantes para um trabalho em conjunto.

No dia 08 de setembro, na sede do Ministério da Educação, em Brasília, reuniram-se a secretária de Regulação e Supervisão da Educação Superior, Márcia Abramo, acompanhada da coordenadora, Luana Medeiros; os representantes: do CFO, Rubens Côrte Real; da FIO, José Carrijo; da ABCD, Cláudio Fontes; da ABCD - DF, Reinaldo Maia; da ABO, José Ribamar; da FNO, Joana Batista Lopes; e, da APCD, Wilson Chediek.

O intuito da reunião foi mostrar ao MEC a experiência de 50 anos das entidades de classe, que promovem o maior número de cursos de especialização e ficaram de fora de norma recém-expedida pelo MEC. A secretária do MEC, Marta Abramo, explicou que o tema encontrava-se em discussão tanto no CNE como no MEC, que se sensibilizaram com o questionamento das entidades.

53 - CFO ENTREGOU PROPOSTAS DA CLASSE AOS PRESIDENCIÁVEIS

Propostas da classe foram embasadas nos dados da pesquisa do CFO, realizada pelo Datafolha.

No dia 14 de setembro, os representantes do CFO foram recebidos pela candidata à presidência de República, Marina Silva. A ela foi entregue um documento intitulado “O que esperamos do próximo presidente do Brasil”. O documento traz, ainda, as propostas da classe quanto ao atendimento do cidadão brasileiro nas esferas pública e privada e uma avaliação de como anda a saúde bucal do brasileiro.

“O que esperamos do próximo presidente do Brasil” também foi entregue aos assessores de mais dois candidatos, Aécio Neves e Dilma Rousseff.

54 - O CFO RECEBEU HOMENAGEM EM CONGRESSO NO SUL

O presidente do CFO participou do 1º Congresso Brasileiro de Toxina Botulínica e preenchimento na Odontologia, quando, na ocasião, a autarquia foi homenageada com uma Medalha de Honra ao Mérito.

O evento foi realizado nos dias 12 e 13 de setembro, na sede da ABO (RS).

55 - A 3ª ASSEMBLEIA NACIONAL DAS ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS

A 3ª ASSEMBLEIA NACIONAL DAS ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS – ANEO foi um saldo positivo para a sociedade. Instituições de ensino, associações de entidades profissionais ligadas a todos os segmentos da Odontologia se reuniram na busca de soluções para prestarem melhores serviços a população brasileira.

Nos dias 13 e 14 de outubro, em São Paulo, o CFO promoveu a 3ª ANEO com o apoio dos CROs. Com grande adesão, os participantes debateram a atualização das normas gerais do CFO sobre as especialidades por meio de discussão ampla e participativa.

Foi consenso entre os participantes o reconhecimento do modelo democrático adotado de forma consultiva, que propiciou um diálogo de extrema relevância para a classe odontológica e para a sociedade civil.

A 3ª ANEO contou com dois painéis principais: “O estado atual da pós graduação em Odontologia - Lato e Stricto Sensu” com palestras da chefe do Departamento de Odontologia de UFRN, Prof.^a Rosana de Almeida Freitas. O segundo painel: “Odontologia – área e abrangências de suas especialidades” foi da presidente da ABENO, Prof.^a Maria Celeste Morita.

Na mesa de honra da abertura estiveram presentes os presidentes do CFO, Ailton Rodrigues, e do CRO-SP, Dr. Cláudio Miyake; o relator geral de 3ª ANEO, Eduardo Sakai; o presidente da Comissão de Ensino do CFO, Eimar Lopes; a presidente da ABENO, Maria Celeste Morita; a chefe do Departamento de Odontologia da UFRN, Rosana de Almeida Freitas; o representante da ABCD, Luciano Acioli; o representante da FNO, Ricardo Camolesi; o representante da FIO, Luciano Elói Santos, o presidente da Academia Brasileira de Odontologia, Placidino Guerrieri Brigagão; e, o representante da APCD, Jucelino Kijima.

A 3ª ANEO chegou ao fim com a votação das propostas para mudança de nome das especialidades e de titulação do coordenador de cursos; exigência para cirurgia; mudança de competências de especialidades; alteração da carga horária de cursos de especialização; e, prazo para cursos e habilitações.

56 - CFO PARTICIPOU DE REUNIÃO COM CONSELHOS QUE INTEGRAM O FCFAS

No dia 12 de novembro, o CFO recebeu em sua sede em Brasília o Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde, em sua 99ª Reunião Ordinária. O CFO, que pela primeira vez foi o anfitrião, integrou a discussão de temas comuns aos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas.

Além do presidente do CFO, Ailton Morilhas, estiveram presentes os membros dos Conselhos de: Odontologia - Luiz Fernando Rosa; Biologia - Deise Bonora; Biomedicina - Edgard Garcez Júnior; Enfermagem - Ivone de Oliveira; Farmácia - Zilamar Fernandes; Fisioterapia e Terapia Ocupacional - Amanda Bartolomeu; Fonoaudiologia - Valdirene Costa; Medicina Veterinária - Lúcia Pereira; Nutrição - Vanessa Figueiredo; e, Psicologia - Mariza Borges e Daniela Mundim.

O encontro contou ainda com a presença da palestrante do Fórum Nacional das Profissões da Área da Saúde, Vera Lúcia Garcia, que falou sobre a cartografia do profissional de saúde no Brasil e da importância de se fazer o mapa para conhecer esses profissionais e suas especialidades no âmbito de todos os municípios. Na cartografia o importante será um perfil do profissional, onde ele está, que especialidade ele tem e exerce para direcionar ações em universidades e para projetos.

O Fórum também discutiu sobre: diretrizes curriculares para as residências multidisciplinares; residência multidisciplinar; projeto de leis dos profissionais nos Simples Nacional.

57 - I FÓRUM DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL E DOCUMENTOS ELETRÔNICOS EM SAÚDE TEVE APOIO DO CFO

Certificação Digital: utilização da Tecnologia da Informação (TI) em saúde e a complexidade da transição do mundo real para o virtual.

Estas questões foram debatidas no dia 13 de novembro no Fórum de Certificação Digital e

Documentos Eletrônicos em Saúde, realizado pelo CRO-MG com total apoio do CFO.

O encontro realizado no auditório do Conselho Regional em Belo Horizonte, contou com a presença do presidente do CFO, Ailton Rodrigues, do presidente do CRO-MG; Luciano Elói Santos, do conselheiro federal, José Mário Mateus; do vice-presidente do CFO, Leonardo Marconi; e, do assessor especial da Presidência do CFO, Ermensson Jorge. Teve ainda as presenças de entidades de várias partes do país, entre elas representantes dos Conselhos de Odontologia de Minas Gerais, do Distrito Federal, do Espírito Santo, da Paraíba, do Paraná, da Bahia, de Roraima, do Rio Grande do Norte, de Goiás, do Ceará, de Sergipe e de Pernambuco.

Dentre os palestrantes estavam os senhores Luciano Barreto, Gerente do CPD e Juan Rodrigues, procurador jurídico, ambos do CFO.

58 - PROPOSTA DE TRABALHO REUNIU MEMBROS DA COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO CFO

O presidente da Comissão do CFO, Marco Manfredini, e a integrante Gabriela da Silveira Gaspar, abordaram, em reunião no dia 14 de novembro, em Brasília, o Prêmio Brasil Sorridente 2015, em seus dez anos de premiação. Na oportunidade sugeriram o lançamento oficial do prêmio em Brasília no início do ano em 2015, pelo presidente do CFO, acompanhado de representante do Ministério da Saúde, do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (CONASS), do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde.

A ideia do lançamento teve o intuito de proporcionar aos municípios um tempo de trabalho adequado para elaboração da documentação para apreciação do CRO. Com isso, o CFO espera estimular os municípios para uma grande participação de todos.

59 - ENCONTROS PERIÓDICOS FORTALECEM O CFO

Encontro realizado pelo CFO no dia 14 de novembro reuniu diretoria, conselheiros federais e representantes estaduais, em Brasília, com a finalidade de fortalecer a instituição e para a democratização de ideia e ações.

Um dos pontos abordados foi a necessidade de acompanhamento, por parte das entidades e profissionais de Odontologia, dos projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional.

Foi ressaltada, na oportunidade, a importância da troca de informações promovidas no encontro, bem como foi solicitado aos presentes que, no próximo evento, continuem a apresentar sugestões para valorização da profissão e proteção à sociedade, missão maior dos Conselhos de Odontologia.

60 - “PACTO PELA BOA GOVERNÂNCIA” CONTOU COM A PARTICIPAÇÃO DO CFO

O CFO participou, a convite do Tribunal de Contas da União (TCU), do grande projeto nacional Retratos do Brasil: Contribuições dos Tribunais de Contas e da Sociedade para o Desenvolvimento Integrado da Nação.

O encontro realizado no Museu Nacional de Brasília, no dia 17 de novembro, a qual esteve presente o presidente do CFO, Ailton Morilhas, foi aberto pelo presidente da República em exercício, Michel Temer, e pelo presidente do TCU, João Augusto Nardes.

A solenidade de abertura contou também com a presença do presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Alves; do vice-presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas, Valter Albano; do governador eleito do DF, Rodrigo Rollemberg; do presidente do Instituto Rui Barbosa, Sebastião Helvécio; entre outros.

Retratos do Brasil: Contribuições dos Tribunais de Contas e da Sociedade para o Desenvolvimento Integrado da Nação faz parte de um projeto nacional com o objetivo de promover o diálogo interinstitucional federativo, com foco no aperfeiçoamento da administração pública e no desenvolvimento integrado da nação, sempre em benefício da sociedade.

61 - 2º SEMINÁRIO PELA VALORIZAÇÃO DA ODONTOLOGIA: OS DESAFIOS ATUAIS DA PROFISSÃO

O Conselho Federal de Odontologia, representado por seu tesoureiro, Rubens Côrte Real de Carvalho, participou do 2º Seminário pela Valorização da Odontologia: Os Desafios Atuais da Profissão, promovido pelo CRO-SP nos dias 17 e 18 de novembro, na sede da APCD, em São Paulo.

O evento reuniu cerca de setecentas pessoas em palestras e debates e encontros com objetivo de discutir os desafios atuais da profissão e fomentar ações de melhorias para a classe.

62 - CFO PARTICIPOU DO ENCONTRO EXTRAORDINÁRIO DOS COMITÊS DE ÉTICA E PESQUISA

O Conselho Federal de Odontologia participou, por meio de sua Comissão de Educação, do Encontro Extraordinário dos Comitês de Ética e Pesquisa, realizado na cidade de Atibaia (SP) de 17 a 19 de novembro.

O encontro debateu, dentro do Sistema de Comitês de Ensino e Pesquisa/Comissão Nacional de Ensino e Pesquisa, temas referentes à Resolução 466/2012 – para Acreditação dos Comitês de Ética e Pesquisa, Tipificação e Gradação de Risco da Pesquisa; sobre pesquisa nas Ciências Sociais e Humanas e, ainda, sobre pesquisa de interesse estratégico para o Sistema Único de Saúde.

A Resolução do Conselho Nacional de Saúde contém as diretrizes e normas a serem obedecidas pelos projetos de pesquisa que envolvam seres humanos.

63 - CFO TRABALHA EM PROL DA QUALIDADE DA ODONTOLOGIA BRASILEIRA

O presidente do CFO, Ailton Morilhas, e o tesoureiro, Rubens Côrte Real, estiveram, no dia 20 de novembro, na sede do CRO-PI para discutir melhorias para a categoria.

O CFO pretende visitar os conselhos e sindicatos de cada estado com objetivo de unir cada vez mais estas entidades em prol da classe odontológica, com todas trabalhando e caminhando juntas em busca de melhorias para a categoria.

Nos últimos anos o CFO vem defendendo projetos de leis, lutando pela implantação do Plano de Carreiras, Cargos e Salários dos cirurgiões-dentistas nos municípios e reivindicando, junto à ANS, a implantação de uma remuneração digna para os profissionais.

A maior luta do CFO é mostrar aos poderes constituídos a importância da Odontologia para o contexto da saúde.

64 - CFO PARTICIPOU DE DEBATE PROMOVIDO PELA EDITORA ABRIL EM PARCERIA COM A COLGATE

No dia 24 de novembro, em São Paulo, o CFO, na pessoa de seu presidente, participou do debate de apresentação da pesquisa “O que os brasileiros sabem sobre saúde bucal e o que os dentistas deveriam contar”, da Editora Abril, com profissionais e especialistas da área da Odontologia e convidados.

Também estiveram presentes o coordenador nacional de Saúde Bucal do Ministério da saúde, Gilberto Pucca; a diretora de redação da revista “Saúde é Vital” da Editora Abril, Lúcia Helena de Oliveira,; do tesoureiro do CFO Rubens Côrte Real; do assessor especial da presidência do CFO, Ermensson Jorge; o presidente do CROSP, Cláudio Miyake; o presidente da ABCD, Silvio Cecchetto; a diretora de Relações Profissionais Brasil e Cone Sul da Colgate, Patrícia Bella Costa, acompanhada dos gerentes de Relações Profissionais, Flávia Palone Aldarvis e Rodrigo Rubio.

65 - CFO ALERTOU A POPULAÇÃO QUANTO AO CUIDADO COM O CÂNCER BUCAL

O CFO, no dia 29 de novembro, através da mídia, fez um alerta sobre o principal cuidado

individual com a saúde bucal que é a prevenção: escovação duas vezes ao dia com creme dental com flúor e principalmente, visitas regulares ao cirurgião-dentista.

Na oportunidade, o CFO alertou a população de que o câncer bucal pode matar, mas tem tratamento quando diagnosticado no início.

Preocupado com a doença, o CFO acompanhou na Comissão de Seguridade Social e Família na Câmara dos Deputados o projeto que criou a Semana Nacional de Prevenção do Câncer Bucal (PL 3939/12), a ser celebrada todos os anos na primeira semana de novembro. O objetivo é estimular ações preventivas e educativas, promover debates e outros eventos sobre as políticas públicas de atendimento integral a portadores de câncer bucal, apoiar atividades organizadas e desenvolvidas pela sociedade civil em prol do controle deste mal que envolve milhares de brasileiros, além de difundir os avanços técnico-científicos relacionados à doença.

66 - CFO MARCOU PRESENÇA EM REUNIÃO DA CÂMARA DE SAÚDE SUPLEMENTAR

Foi realizada, no dia 04 de dezembro, no Rio de Janeiro, 81ª Reunião da Câmara de Saúde Suplementar, na qual esteve presente o representante do CFO, Tito Pereira Filho.

Na reunião foram realizados um pequeno balanço das realizações da Agência em 2014 e algumas apresentações sobre temas específicos.

Estiveram presentes os diversos seguimentos com representação na Câmara de Saúde Suplementar. Entre estas apresentações, foi divulgado o Índice de Desempenho na Saúde Suplementar (IDSS), ano base 2013, que é um dos componentes do Programa de Qualificação da Saúde Suplementar da ANS e confere notas às operadoras de saúde.

O CFO sempre comparece às reuniões da Câmara Suplementar de Saúde, procurando atuar junto à instituição selando pela população em prol da saúde bucal.

67 - CFO E DABI ATLANTE RENOVARAM TERMO DE COOPERAÇÃO

No dia 04 de dezembro, o CFO e a empresa de equipamentos odontológicos, Dabi Atlante, renovaram o Termo de Cooperação e Parceria para a entrega do consultório odontológico, cedido pela empresa, para os ganhadores, de cada categoria, do Prêmio Brasil sorridente/Conselhos de Odontologia.

O objetivo da renovação do acordo foi continuar cultivando a parceria entre a empresa e o conselho em prol da qualidade de produtos voltados à Odontologia entregue na premiação.

68 - 34ª REUNIÃO DO FÓRUM PERMANENTE MERCOSUL PARA O TRABALHO EM SAÚDE CONTOU COM A PRESENÇA DO CFO

Representantes do Fórum MERCOSUL, na área de saúde, reuniram-se no Ministério da Saúde, em Brasília, no dia 04 de dezembro, com os técnicos do Departamento de Gestão e Regulação do Trabalho do MS, da Organização Mundial de Saúde (OPOS/OMS) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e os conselhos das profissões regulamentadas.

O objetivo foi debater sobre as ações que vêm sendo realizadas pelo MERCOSUL no SGT 11 e as novas formulações do próprio Fórum.

Esteve presente o presidente da Comissão do MERCOSUL do CFO, Mário Ferraro, que fez uma explanação sobre as atividades e regulações do Conselho Federal de Odontologia.

A reunião contou ainda com uma apresentação da Coordenação de Regulação e Negociação do Trabalho em Saúde do MS, Carlos Alberto de Matos, que explanou sobre ações e atividades relativas ao sistema de avaliações das profissões regulamentadas e acreditadas no MERCOSUL; ao MERCOSUL Educacional, à inclusão de cursos, ao marco regulatório e outras atividades a serem desenvolvidas no Fórum.

69 - CFO PARTICIPOU DE REUNIÃO DO FÓRUM DOS CONSELHOS FEDERAIS

O presidente do CFO, Ailton Rodrigues, participou no dia 09 de dezembro, na sede do Conselho Federal de Corretores de Imóveis, em Brasília, da 21ª Reunião Extraordinária do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas.

Na ocasião, foram discutidos temas comuns a todos os conselhos, como a aproximação junto ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público, no sentido de estreitar relações.

O objetivo dessa aproximação é ter uma melhor orientação para os trabalhos dos conselhos, junto a estas instituições, proporcionando maior entendimento e um bom funcionamento de todas as atividades desenvolvidas.

A reunião ainda debateu temas relativos ao Grupo de Trabalho do Fórum, sobre o trabalho conjunto dessas instituições com o objetivo de levantar proposições e assuntos referentes a projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional e que envolvam o interesse dos conselhos profissionais.

70 - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO DO CFO ELABOROU PROPOSTAS

Com o objetivo de planejar as atividades de 2015 para a realização de grandes ações, a Comissão de Comunicação do CFO realizou encontro no dia 09 de dezembro,

Na ocasião, entre várias ações foi debatida também a instituição de um prêmio com finalização da elaboração até fevereiro de 2015. O Prêmio Nacional CFO de Imprensa visa contemplar as comunicações divulgadas na mídia brasileira que destaquem a importância da saúde bucal dos cidadãos, valorizando o trabalho da Odontologia no Brasil.

Dentre várias ações realizadas no ano de 2014, a Comissão contemplo uma nova forma de interação com a sociedade, na publicação da “Odontologia em Revista”, novo veículo de comunicação do CFO que com linguagem simples e coloquial foi muito elogiada pela população.

71 - CFO PARTICIPOU DO FÓRUM DOS CONSELHOS FEDERAIS

Representado pelo seu presidente o CFO participou no dia 09 de dezembro, na sede do Conselho Federal dos Corretores de Imóveis, em Brasília, da 21ª Extraordinária do Fórum dos Conselhos Federais das Profissões Regulamentadas.

Na ocasião, foram discutidos temas comuns a todos os conselhos como a aproximação junto ao TCU.

Debateu ainda temas relativos ao grupo de trabalho de Fórum com objetivos de levantar proposições e assuntos referentes a projetos de leis que tramitam no Congresso Nacional.

72 - CFO PRESTOU HOMENAGEM AO DIA DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

O CFO marcou a data ao lembrar que “Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos”.

Em mensagem divulgada no dia 10 de dezembro, através da imprensa, o CFO reconheceu que a dignidade do cidadão é essencial a todos os povos, com direitos iguais no fundamento da justiça e do direito de cada brasileiro ser bem atendido na promoção de sua saúde bucal.

73 - CFO DIVULGOU MENSAGEM PELO DIA DO TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL E DO AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL

O CFO instituiu o dia 24 de dezembro como o dia do Técnico em Saúde Bucal e do Auxiliar em Saúde Bucal, por meio da Resolução CFO-107/2010. Assim, neste ano de 2014, o CFO transmitiu mensagem cumprimentando os auxiliares pelo seu dia.

2.3 Resultados - Demonstração e contextualização dos resultados alcançados no exercício

Introdução aos resultados alcançados

Através de ações e reuniões foram alcançados os resultados.

Resultado: Audiência na Câmara dos Deputados

■ **Ação:**

Audiência

■ **Resultado:**

Totalmente atingido

■ **Valor Planejado:**

0,00

■ **Descrição:**

Foi reconhecida a legalidade da existência dos Conselhos Profissionais da área de saúde e suas competências.

Resultado: Encontro Nacional de Conselhos Profissionais

■ **Ação:**

Forum

■ **Resultado:**

Totalmente atingido

■ **Valor Planejado:**

0,00

■ **Descrição:**

Foi apresentada a palestra proposta para os profissionais

Resultado: Força de trabalho das especialidades odontológicas

■ **Ação:**

Parceria entre CFO e Escola Nacional de Saude Publica da Fundação Oswaldo Cruz

■ **Resultado:**

Totalmente atingido

■ **Valor Planejado:**

0,00

Descrição:

Foi feito o censo demografico

Resultado: Forum Global sobre RH em Saude

Ação:

Forum

Resultado:

Totalmente atingido

Valor Planejado:

0,00

Descrição:

Foi promovido o debate de forma satisfatória.

Resultado: Odontologia do Trabalho

Ação:

Odontologia do Trabalho

Resultado:

Totalmente atingido

Valor Planejado:

0,00

Descrição:

Foram conquistados votos favoráveis a odontologia do trabalho

Resultado: Ouvidoria

Ação:

Nova ferramenta de comunicação do CFO

Resultado:

Totalmente atingido

Valor Planejado:

0,00

Descrição:

As demandas estão sendo analisadas e respondidas a contento.

Resultado: Reunião com os CROs por região geografica

Ação:

Reuniões com os CROs

Resultado:

Totalmente atingido

Valor Planejado:

0,00

Descrição:

As reuniões proporcionam maior dinâmica nas decisões da assembleia conjunta.

Resultado: Reunião dos Coordenadores de Cursos de pós-graduação Lato Sensu

Ação:

Reunião

Resultado:

Totalmente atingido

Valor Planejado:

0,00

Descrição:

Foi produzido relatório final contendo as principais demandas das especializações.

Resultado: Reuniões com ANS

Ação:

Reunião ANS

Resultado:

Totalmente atingido

Valor Planejado:

0,00

Descrição:

Foram apresentadas as principais dificuldades enfrentadas pelos usuários dos planos de saúde e um documento contendo uma pauta de reivindicações de todas as entidades nacionais de odontologia.

Resultado: Seminario de Gestão

Ação:

Principais aspectos técnicos, Jurídicos e históricos

Resultado:

Totalmente atingido

Valor Planejado:

0,00

Descrição:

Foi apresentados aos Gestores dos CROs os principais aspectos técnicos, jurídicos e históricos que compõem o Sistema Conselhos de Odontologia.

2.4 Indicadores - Indicadores utilizados pela entidade para monitorar e avaliar a gestão, acompanhar o alcance das metas, identificar os avanços e as melhorias na qualidade dos serviços prestados, identificar necessidade de correções e de mudanças de rumos, etc.

Introdução aos indicadores utilizados pela entidade

Em desenvolvimento

MACRO-OBJETIVO	OBJETIVO	META
	Indicador:	
	Atividade parlamentar	
	Ação:	
	Audiencia	
	Meta do período:	Período de Realização:
	100%	
	Unidade de Medida:	Periodicidade de Atualização:
	Escala de 1 a 5	Anual
	Resultado:	
	Totalmente atingido	
	Descrição:	
	Presença dos representantes do CFO	
	Tipo de Indicador:	
	Efetividade	
	Valor Planejado:	
	0,00	
	Fórmula de Cálculo:	
	está sendo desenvolvido	
	Legenda da fórmula de cálculo:	
	idem	
	Análise Crítica:	
	não se aplica	

MACRO-OBJETIVO	OBJETIVO	META
	Indicador:	
	não se aplica	
	Ação:	
	Forum	

Meta do período: não se aplica	Período de Realização: não se aplica
Unidade de Medida: Escala de 1 a 5	Periodicidade de Atualização: Anual
Resultado: Totalmente atingido	
Descrição: não se aplica	
Tipo de Indicador: Eficácia	
Valor Planejado: 0,00	
Fórmula de Cálculo: não se aplica	
Legenda da fórmula de cálculo: não se aplica	
Análise Crítica: não se aplica	
Observações: não se aplica	

3 - Estrutura de governança e de autocontrole da gestão

3.1 Estrutura de governança da entidade

O Conselho Federal de Odontologia é constituído por 9 (nove) membros efetivos, designados pelo título de Conselheiro e 9 membros de suplentes, eleitos na forma prevista no regimento interno por escrutínio secreto e por maioria absoluta de votos em assembléia de delegados dos Conselhos Regionais.

A administração do Conselho Federal de Odontologia é exercida por uma Diretoria, com mandato trienal, composta de 1(um) Presidente, 1 (um) Vice-Presidente, 1(um) Secretário-Geral e 1(um) Tesoureiro, eleitos, também, na forma prevista no regimento interno, por escrutínio secreto e maioria de votos, pelos membros efetivos, e dentre eles escolhidos.

O Plenário, em seus períodos de atividades, funciona como a seguinte estrutura:

I - Mesa Diretora, integrada pelos 4 (quatro) Conselheiros em exercício dos cargos da Diretoria;

II - Corpo de vogais, constituído pelos 5 (cinco) Conselheiros não integrantes da Diretoria;

III - Corpo de Assistentes, compreendendo os Suplentes e outras pessoas convocadas ou convidadas, a critério da Diretoria;

IV - Assessoria Técnica

V - Assessoria Executiva

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

A Comissão de Tomada de Contas é um órgão assessor do Plenário de caráter consultivo e fiscal.

Integram a Comissão de tomada de Contas 3 (três) Conselheiros eleitos pelo Plenário, em escrutínio secreto, por maioria de votos.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Superintendencia Executiva

Consultoria Jurídica e Procuradoria Jurídica

Gerencia Administrativa

Gerencia de Tecnologia da Informação

Setor de Registro

Setor de Especialidades

Gerencia Financeira

Setor de gráfica

Setor de Pessoal

Setor Compras e Serviços

Gerencia Contábil

O Conselho Federal de Odontologia não institui Unidade de Auditoria Interna, Comitê de Auditoria, Comitês de Avaliação, Comitê de Controle Interno e Compliance, Sistema de Correição no âmbito do CFO.

3.2 Auditoria

Descrição do processo de escolha do dirigente da unidade:

Não temos Auditoria Interna;

Posicionamento na estrutura da entidade:

Não temos Auditoria Interna;

Sistemática de monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna:

Não temos Auditoria Interna;

Redesenhos da estrutura organizacional da unidade de auditoria e ganhos operacionais deles decorrentes:

Não temos Auditoria Interna;

Demonstração da execução do plano anual de auditoria, avaliação comparativa entre as atividades planejadas e realizadas:

Não temos Auditoria Interna;

Opinião do auditor interno sobre a qualidade dos controles internos relacionados à apuração dos resultados dos indicadores da governança:

Não temos Auditoria Interna;

Síntese das conclusões da auditoria independente sobre os controles internos:

A Entidade não finalizou a implantação do Sistema de Controle Interno, estando em fase de implementação. A conclusão do trabalho de Perícia Contábil é que os Controles Internos são frágeis.

3.3 Informações sobre a estrutura e as atividades do sistema de correção

Descrição da execução das atividades de correção, principais eventos apurados e as providências adotadas:

No Conselho Federal de Odontologia, não existe estrutura de Correção (Corregedoria).

3.4 Dirigentes e membros de conselhos

Ailton Diogo Morilhas Rodrigues	
CPF	065.541.211-53
Registro profissional	CD 1201
Data inicial do mandato	08/12/2012
Data final do mandato	07/12/2015
Data do ato de designação	07/12/2012
Ato de designação	Decisão CFO-58/2012
Entidade que representa	Conselho Regional de Odontologia do Mato Grosso do Sul
Informações adicionais	Registrado 5º Ofício de Títulos e Documentos 883425 RCPJ 164816
Cargo	Presidente

Rubens Corte Real de Carvalho	
CPF	199.221.758-00
Registro profissional	CD 8261

Data inicial do mandato	08/12/2012
Data final do mandato	07/12/2015
Data do ato de designação	07/12/2012
Ato de designação	Decisão CFO-58/20121
Entidade que representa	Conselho Regional de Odontologia de São Paulo
Informações adicionais	Registrado 5º Ofício de Titulos e Documentos 883425 RCPJ 164816
Cargo	Tesoureiro

Leonardo Marconi Cavalcanti de Oliveira

CPF	071.080.014-20
Registro profissional	CD 721
Data inicial do mandato	08/12/2012
Data final do mandato	07/12/2015
Data do ato de designação	07/12/2012
Ato de designação	Decisão CFO-58/2012
Entidade que representa	Conselho Regional de Odontologia da Paraíba
Cargo	Vice-Presidente

Genésio Pessoa de Albuquerque Júnior

CPF	285.401.584-34
Registro profissional	CD 375
Data inicial do mandato	08/12/2012
Data final do mandato	07/12/2015
Data do ato de designação	07/12/2012
Ato de designação	Decisão CFO-58/2012
Entidade que representa	Conselho Regional de Odontologia de Tocantins
Informações adicionais	Registrado 5º Ofício de Titulos e Documentos 883425 RCPJ 164816
Cargo	Secretário-Geral

3.5 Remuneração paga aos administradores, membros da diretoria e Conselho

Presidente: Ailton Diogo Morilhas Rodrigues - Recebimentos de Diárias - Valor Total de R\$ 167.013,00

Vice-Presidente: Leonardo Marconi Cavalcanti de Oliveira - Recebimentos de Diárias - Valor

Total de R\$ 122.584,00

Secretário-Geral: Genésio Pessoa de Albuquerque Júnior - Recebimentos de Diárias - Valor
Total de R\$ 237.930,00

Tesoureiro: Rubens Côrte Real de Carvalho - Recebimentos de Diárias - Valor Total de
R\$ 238.546,00

LEI No 4.324, DE 14 DE ABRIL DE 1964_Art. 5º O mandato dos membros do Conselho Federal de Odontologia será meramente honorífico, exigida como requisito para eleição a qualidade de cirurgião-dentista devidamente legalizado.

4 - Informações sobre a gestão

4.1 Demonstração da receita

Conta contábil	Orçado (dotações + reformulações + transposições até 31/12)	Receita Bruta (total das receitas efetivas)	Diferença (Orçado - Arrecadado)
6.2.1.2 - 6.2.1.2 - RECEITA REALIZADA	68.994.400,00	37.383.778,98	31.610.621,02
6.2.1.2.1 - 6.2.1.2.1 - RECEITA CORRENTE	49.354.400,00	37.383.778,98	11.970.621,02
6.2.1.2.1.03 - 6.2.1.2.1.03 - COTA PARTE	45.982.368,88	35.696.801,18	10.285.567,70
6.2.1.2.1.03.01 - 6.2.1.2.1.03.01 - Conselho Regional AC	90.995,34	81.845,03	9.150,31
6.2.1.2.1.03.02 - 6.2.1.2.1.03.02 - Conselho Regional AL	544.617,81	359.195,97	185.421,84
6.2.1.2.1.03.03 - 6.2.1.2.1.03.03 - Conselho Regional AM	649.830,93	460.644,76	189.186,17
6.2.1.2.1.03.04 - 6.2.1.2.1.03.04 - Conselho Regional AP	146.383,34	66.133,84	80.249,50
6.2.1.2.1.03.05 - 6.2.1.2.1.03.05 - Conselho Regional BA	2.126.082,25	1.153.796,38	972.285,87
6.2.1.2.1.03.06 - 6.2.1.2.1.03.06 - Conselho Regional CE	1.229.562,92	983.951,65	245.611,27
6.2.1.2.1.03.07 - 6.2.1.2.1.03.07 - Conselho Regional DF	1.357.616,63	1.054.931,77	302.684,86
6.2.1.2.1.03.08 - 6.2.1.2.1.03.08 - Conselho Regional ES	1.000.481,08	726.976,33	273.504,75
6.2.1.2.1.03.09 - 6.2.1.2.1.03.09 - Conselho Regional GO	1.901.466,13	1.327.246,29	574.219,84
6.2.1.2.1.03.10 - 6.2.1.2.1.03.10 - Conselho Regional MA	978.465,63	391.609,68	586.855,95
6.2.1.2.1.03.11 - 6.2.1.2.1.03.11 - Conselho Regional MG	6.440.868,00	4.285.709,32	2.155.158,68
6.2.1.2.1.03.12 - 6.2.1.2.1.03.12 - Conselho Regional MS	494.110,21	488.172,98	5.937,23
6.2.1.2.1.03.13 - 6.2.1.2.1.03.13 - Conselho Regional MT	912.100,46	552.143,53	359.956,93
6.2.1.2.1.03.14 - 6.2.1.2.1.03.14 - Conselho Regional PA	851.178,59	663.211,84	187.966,75
6.2.1.2.1.03.15 - 6.2.1.2.1.03.15 - Conselho Regional PB	785.310,77	470.219,86	315.090,91

6.2.1.2.1.03.16 - 6.2.1.2.1.03.16 - Conselho Regional PE	806.434,92	958.904,07	-152.469,15
6.2.1.2.1.03.17 - 6.2.1.2.1.03.17 - Conselho Regional PI	493.928,56	313.475,90	180.452,66
6.2.1.2.1.03.18 - 6.2.1.2.1.03.18 - Conselho Regional PR	2.011.481,30	2.406.362,63	-394.881,33
6.2.1.2.1.03.19 - 6.2.1.2.1.03.19 - Conselho Regional RJ	3.955.051,69	3.478.580,93	476.470,76
6.2.1.2.1.03.20 - 6.2.1.2.1.03.20 - Conselho Regional RN	645.319,56	425.454,56	219.865,00
6.2.1.2.1.03.21 - 6.2.1.2.1.03.21 - Conselho Regional RO	378.664,23	250.431,44	128.232,79
6.2.1.2.1.03.22 - 6.2.1.2.1.03.22 - Conselho Regional RR	144.861,11	85.807,61	59.053,50
6.2.1.2.1.03.23 - 6.2.1.2.1.03.23 - Conselho Regional RS	4.369.348,28	2.325.800,00	2.043.548,28
6.2.1.2.1.03.24 - 6.2.1.2.1.03.24 - Conselho Regional SC	1.965.367,07	1.558.307,28	407.059,79
6.2.1.2.1.03.25 - 6.2.1.2.1.03.25 - Conselho Regional SE	331.307,90	297.897,84	33.410,06
6.2.1.2.1.03.26 - 6.2.1.2.1.03.26 - Conselho Regional SP	10.980.000,00	10.290.989,48	689.010,52
6.2.1.2.1.03.27 - 6.2.1.2.1.03.27 - CONSELHO REGIONAL TO	391.534,17	239.000,21	152.533,96
6.2.1.2.1.04 - 6.2.1.2.1.04 - RECEITA PATRIMONIAL	1.012.031,12	0,00	1.012.031,12
6.2.1.2.1.04.02 - 6.2.1.2.1.04.02 - RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.012.031,12	0,00	1.012.031,12
6.2.1.2.1.04.02.01 - 6.2.1.2.1.04.02.01 - Dividendos Recebidos	1.012.031,12	0,00	1.012.031,12
6.2.1.2.1.06 - 6.2.1.2.1.06 - FINANCEIRAS	1.000.000,00	1.474.738,09	-474.738,09
6.2.1.2.1.06.05 - 6.2.1.2.1.06.05 - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	1.000.000,00	1.474.738,09	-474.738,09
6.2.1.2.1.06.05.02 - 6.2.1.2.1.06.05.02 - REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.000.000,00	1.474.738,09	-474.738,09
6.2.1.2.1.06.05.02.001 - 6.2.1.2.1.06.05.02.001 - Jrs e Corr Monet Poupança	1.000.000,00	1.474.738,09	-474.738,09
6.2.1.2.1.09 - 6.2.1.2.1.09 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.360.000,00	212.239,71	1.147.760,29
6.2.1.2.1.09.02 - 6.2.1.2.1.09.02 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.360.000,00	38.242,14	1.321.757,86
6.2.1.2.1.09.02.01 - 6.2.1.2.1.09.02.01 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.360.000,00	38.242,14	1.321.757,86

6.2.1.2.1.09.02.01.001 - 6.2.1.2.1.09.02.01.001 - Indenizações	0,00	30.000,00	-30.000,00
6.2.1.2.1.09.02.01.002 - 6.2.1.2.1.09.02.01.002 - Restituições	0,00	8.242,14	-8.242,14
6.2.1.2.1.09.02.01.003 - 6.2.1.2.1.09.02.01.003 - Carteira custo	1.360.000,00	0,00	1.360.000,00
6.2.1.2.1.09.03 - 6.2.1.2.1.09.03 - RECEITAS DIVERSAS	0,00	173.997,57	-173.997,57
6.2.1.2.1.09.03.02 - 6.2.1.2.1.09.03.02 - Outras Receitas Diversas	0,00	173.997,57	-173.997,57
6.2.1.2.2 - 6.2.1.2.2 - RECEITA DE CAPITAL	19.640.000,00	0,00	19.640.000,00
6.2.1.2.2.01 - 6.2.1.2.2.01 - OPERAÇÕES DE CREDITO	14.560.000,00	0,00	14.560.000,00
6.2.1.2.2.01.01 - 6.2.1.2.2.01.01 - EMPRESTIMOS TOMADOS	14.560.000,00	0,00	14.560.000,00
6.2.1.2.2.01.01.02 - 6.2.1.2.2.01.01.02 - Empréstimos P/ Aquisição, Constr. e Reforma de Sede	14.560.000,00	0,00	14.560.000,00
6.2.1.2.2.02 - 6.2.1.2.2.02 - ALIENACAO DE BENS	5.080.000,00	0,00	5.080.000,00
6.2.1.2.2.02.01 - 6.2.1.2.2.02.01 - ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	80.000,00	0,00	80.000,00
6.2.1.2.2.02.01.01 - 6.2.1.2.2.02.01.01 - Veículos	80.000,00	0,00	80.000,00
6.2.1.2.2.02.02 - 6.2.1.2.2.02.02 - ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00
6.2.1.2.2.02.02.01 - 6.2.1.2.2.02.02.01 - Edifícios	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00

4.2.1 Programação de Despesas Correntes e de Capital

Conta contábil	Dotação Inicial		Suplementação		Redução		Orçado Final	
	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual
6.2.2.1.1 - CRÉDITO DISPONÍVEL DA DESPESA	42.800.000,00	68.994.400,00	9.928.000,00	38.774.000,00	9.928.000,00	38.774.000,00	42.800.000,00	68.994.400,00
6.2.2.1.1.01 - CRÉDITO	36.750.000,00	45.904.400,00	9.628.000,00	24.674.000,00	5.528.000,00	22.954.000,00	40.850.000,00	47.624.400,00

DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE								
6.2.2.1.1.01.01 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.730.277,78	15.471.805,56	1.920.000,00	2.120.000,00	3.480.000,00	5.190.000,00	15.170.277,78	12.401.805,56
6.2.2.1.1.01.01.01 - REMUNERAÇÃO PESSOAL	12.869.444,45	11.901.388,89	1.920.000,00	2.120.000,00	3.480.000,00	4.450.000,00	11.309.444,45	9.571.388,89
6.2.2.1.1.01.01.02 - ENCARGOS PATRONAIS	3.860.833,33	3.570.416,67	0,00	0,00	0,00	740.000,00	3.860.833,33	2.830.416,67
6.2.2.1.1.01.04 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.596.668,94	22.077.581,10	6.667.000,00	19.030.000,00	1.448.000,00	14.008.000,00	20.815.668,94	27.099.581,10
6.2.2.1.1.01.04.01 - BENEFÍCIOS A PESSOAL	2.240.216,13	2.039.000,00	260.000,00	650.000,00	0,00	330.000,00	2.500.216,13	2.359.000,00
6.2.2.1.1.01.04.03 - OUTRAS VR PATRIM. DIMINUT. PESSOAL ENCARGOS	250.000,00	130.000,00	0,00	250.000,00	100.000,00	210.000,00	150.000,00	170.000,00
6.2.2.1.1.01.04.03.001 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	250.000,00	130.000,00	0,00	250.000,00	100.000,00	210.000,00	150.000,00	170.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04 - USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	10.232.500,00	16.747.233,01	5.887.000,00	16.530.000,00	1.278.000,00	12.273.000,00	14.841.500,00	21.004.233,01
6.2.2.1.1.01.04.04.001 - DIÁRIA CIVIL	2.600.000,00	2.920.000,00	1.460.000,00	1.550.000,00	30.000,00	1.090.000,00	4.030.000,00	3.380.000,00
6.2.2.1.1.01.04.04.002 - MATERIAL DE CONSUMO	534.000,00	2.140.800,00	489.000,00	220.000,00	21.000,00	1.470.000,00	1.002.000,00	890.800,00
6.2.2.1.1.01.04.04.003 - SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	105.500,00	282.133,01	0,00	0,00	0,00	235.000,00	105.500,00	47.133,01
6.2.2.1.1.01.04.04.003.001 - REMUNERACAO DE SERVICOS PESSOAIS	105.500,00	282.133,01	0,00	0,00	0,00	235.000,00	105.500,00	47.133,01
6.2.2.1.1.01.04.04.004 - SERVIÇOS - PESSOA JURÍDICA	6.993.000,00	11.404.300,00	3.938.000,00	14.760.000,00	1.227.000,00	9.478.000,00	9.704.000,00	16.686.300,00
6.2.2.1.1.01.04.05 - PASSAGENS	2.873.952,81	3.161.348,09	520.000,00	1.600.000,00	70.000,00	1.195.000,00	3.323.952,81	3.566.348,09

E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO								
6.2.2.1.1.01.05 - CONTRIBUIÇÕES	3.300.000,00	3.773.613,34	600.000,00	180.000,00	520.000,00	158.000,00	3.380.000,00	3.795.613,34
6.2.2.1.1.01.07 - SERVIÇOS BANCÁRIOS	1.050.000,00	4.455.000,00	420.000,00	3.300.000,00	80.000,00	3.475.000,00	1.390.000,00	4.280.000,00
6.2.2.1.1.01.09 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CONTRIBUTIVAS	58.053,28	63.900,00	10.000,00	4.000,00	0,00	21.000,00	68.053,28	46.900,00
6.2.2.1.1.01.10 - SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	46.000,00	0,00	0,00	0,00	46.000,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.11 - DEMAIS DESPESAS CORRENTES	15.000,00	16.500,00	11.000,00	40.000,00	0,00	56.000,00	26.000,00	500,00
6.2.2.1.1.02 - CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	6.050.000,00	23.090.000,00	300.000,00	14.100.000,00	4.400.000,00	15.820.000,00	1.950.000,00	21.370.000,00
6.2.2.1.1.02.01 - INVESTIMENTOS	6.050.000,00	23.090.000,00	300.000,00	14.100.000,00	4.400.000,00	15.820.000,00	1.950.000,00	21.370.000,00
6.2.2.1.1.02.01.03 - EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	1.050.000,00	5.090.000,00	300.000,00	0,00	400.000,00	4.640.000,00	950.000,00	450.000,00
6.2.2.1.1.02.01.04 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	5.000.000,00	18.000.000,00	0,00	14.100.000,00	4.000.000,00	11.180.000,00	1.000.000,00	20.920.000,00
TOTAIS:	42.800.000,00	68.994.400,00	9.928.000,00	38.774.000,00	9.928.000,00	38.774.000,00	42.800.000,00	68.994.400,00

4.2.2 Execução das despesas por modalidade de Contratação

Introdução à execução das despesas por modalidade de Licitação

Os recursos foram aplicados conforme quadro abaixo.

Análise crítica

não temos análise crítica.

Modalidade de Contratação	2013	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f) - TOTALIZADOR	8.783.344,08	19.774.970,16
a) Convite	1.240.662,19	1.027.182,28
b) Tomada de Preços	353.483,85	2.323.873,21
c) Concorrência	0,00	0,00
d) Pregão	4.593.753,63	10.166.119,05
e) Concurso	0,00	0,00
f) Consulta	2.595.444,41	6.257.795,62
2. Contratações Diretas (g+h) - TOTALIZADOR	7.343.862,41	8.119.681,25
g) Dispensa	7.343.862,41	8.119.681,25
h) Inexigibilidade	0,00	0,00
3. Regime de Execução Especial - TOTALIZADOR	208.500,00	105.506,72
i) Suprimento de Fundos	208.500,00	105.506,72
4. Pagamento de Pessoal (j+k) - TOTALIZADOR	16.432.702,90	18.323.348,06
j) Pagamento em Folha	12.891.995,03	14.967.566,59
k) Diárias	3.540.707,87	3.355.781,47
5. Outros	3.393,00	0,00
l) Outros	3.393,00	0,00
6. Total (1+2+3+4+5)	32.771.802,39	46.323.506,19

4.2.3 Execução Orçamentária das Despesas Correntes e de Capital

Conta contábil	Orçado		Empenhado		Liquidado		Restos a pagar		Pago	
	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual
6.2.2.1.1.01 - CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	40.850.000,00	47.624.400,00	32.265.444,61	47.310.589,07	32.189.826,03	43.980.469,88	793.151,19	292.429,97	31.396.674,84	43.688.039,91
6.2.2.1.1.01.01 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.170.277,78	12.401.805,56	11.748.301,47	12.283.729,11	11.748.301,47	12.275.664,99	256.345,36	248.627,98	11.491.956,11	12.027.037,01
6.2.2.1.1.01.01.01 - REMUNERAÇÃO PESSOAL	11.309.444,45	9.571.388,89	8.883.871,46	9.530.256,36	8.883.871,46	9.530.256,36	0,00	0,00	8.883.871,46	9.530.256,36
6.2.2.1.1.01.01.01.00 1 - Salários	7.820.000,00	6.450.000,00	5.960.581,17	6.443.086,19	5.960.581,17	6.443.086,19	0,00	0,00	5.960.581,17	6.443.086,19
6.2.2.1.1.01.01.01.00 2 - Gratificação de Natal 13º Salário	941.666,67	790.833,33	739.876,43	783.699,00	739.876,43	783.699,00	0,00	0,00	739.876,43	783.699,00
6.2.2.1.1.01.01.01.00 3 - Férias 1/3 (CF/88)	313.888,89	200.277,78	201.034,31	193.938,73	201.034,31	193.938,73	0,00	0,00	201.034,31	193.938,73
6.2.2.1.1.01.01.01.00 4 - Abono Pecuniário de Férias (10 dias)	313.888,89	220.277,78	163.783,38	216.099,55	163.783,38	216.099,55	0,00	0,00	163.783,38	216.099,55
6.2.2.1.1.01.01.01.00 5 - Gratificação por Exercício de Cargos	600.000,00	520.000,00	551.145,33	510.054,83	551.145,33	510.054,83	0,00	0,00	551.145,33	510.054,83
6.2.2.1.1.01.01.01.00 6 - Gratificação por Tempo de Serviço	1.300.000,00	1.370.000,00	1.266.218,84	1.364.436,06	1.266.218,84	1.364.436,06	0,00	0,00	1.266.218,84	1.364.436,06
6.2.2.1.1.01.01.01.01 0 - Diárias de Funcionários (acima de 50%)	20.000,00	20.000,00	1.232,00	18.942,00	1.232,00	18.942,00	0,00	0,00	1.232,00	18.942,00

6.2.2.1.1.01.01.02 - ENCARGOS PATRONAIS	3.860.833,33	2.830.416,67	2.864.430,01	2.753.472,75	2.864.430,01	2.745.408,63	256.345,36	248.627,98	2.608.084,65	2.496.780,65
6.2.2.1.1.01.01.02.00 1 - INSS	2.702.583,33	1.899.291,67	1.998.558,30	1.845.484,67	1.998.558,30	1.845.484,67	157.857,20	144.979,86	1.840.701,10	1.700.504,81
6.2.2.1.1.01.01.02.00 2 - FGTS	1.029.555,56	832.111,11	772.564,26	817.119,32	772.564,26	817.119,32	90.870,65	103.648,12	681.693,61	713.471,20
6.2.2.1.1.01.01.02.00 3 - PIS Sobre Folha de Pagamento	128.694,44	99.013,89	93.307,45	90.868,76	93.307,45	82.804,64	7.617,51	0,00	85.689,94	82.804,64
6.2.2.1.1.01.04 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.815.668,94	27.099.581,10	16.527.567,30	26.906.783,37	16.451.948,72	23.590.848,30	536.805,83	43.801,99	15.915.142,89	23.547.046,31
6.2.2.1.1.01.04.01 - BENEFÍCIOS A PESSOAL	2.500.216,13	2.359.000,00	2.344.083,38	2.343.123,66	2.344.083,38	2.342.878,56	106.903,54	0,00	2.237.179,84	2.342.878,56
6.2.2.1.1.01.04.01.00 1 - Vale Transporte	343.000,00	285.000,00	271.756,51	275.988,06	271.756,51	275.742,96	0,00	0,00	271.756,51	275.742,96
6.2.2.1.1.01.04.01.00 2 - Plano de Saúde	1.236.000,00	1.220.000,00	1.228.675,53	1.213.234,17	1.228.675,53	1.213.234,17	106.903,54	0,00	1.121.771,99	1.213.234,17
6.2.2.1.1.01.04.01.00 3 - Plano Odontológico	36.216,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.04.01.00 4 - Auxílio Alimentação	885.000,00	854.000,00	843.651,34	853.901,43	843.651,34	853.901,43	0,00	0,00	843.651,34	853.901,43
6.2.2.1.1.01.04.03 - OUTRAS VR PATRIM. DIMINUT. PESSOAL ENCARGOS	150.000,00	170.000,00	475,22	161.268,95	475,22	161.268,95	0,00	0,00	475,22	161.268,95
6.2.2.1.1.01.04.03.00 1 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	150.000,00	170.000,00	475,22	161.268,95	475,22	161.268,95	0,00	0,00	475,22	161.268,95

6.2.2.1.1.01.04.03.00 1.001 - Indenizações Trabalhistas	50.000,00	10.000,00	475,22	8.149,00	475,22	8.149,00	0,00	0,00	475,22	8.149,00
6.2.2.1.1.01.04.03.00 1.002 - Multa do FGTS	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.04.03.00 1.003 - Multas Rescisórias	50.000,00	160.000,00	0,00	153.119,95	0,00	153.119,95	0,00	0,00	0,00	153.119,95
6.2.2.1.1.01.04.04 - USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	14.841.500,00	21.004.233,01	11.078.289,83	20.838.169,99	11.002.671,25	17.533.064,95	331.791,75	43.801,99	10.670.879,50	17.489.262,96
6.2.2.1.1.01.04.04.00 1 - DIÁRIA CIVIL	4.030.000,00	3.380.000,00	3.517.716,30	3.340.524,47	3.517.716,30	3.333.324,97	0,00	0,00	3.517.716,30	3.333.324,97
6.2.2.1.1.01.04.04.00 1.001 - Funcionários	680.000,00	610.000,00	608.797,77	603.256,50	608.797,77	598.944,50	0,00	0,00	608.797,77	598.944,50
6.2.2.1.1.01.04.04.00 1.002 - Conselheiros	1.870.000,00	1.650.000,00	1.587.887,85	1.637.455,00	1.587.887,85	1.635.145,00	0,00	0,00	1.587.887,85	1.635.145,00
6.2.2.1.1.01.04.04.00 1.003 - Convidados	1.230.000,00	940.000,00	1.180.264,29	930.160,00	1.180.264,29	930.160,00	0,00	0,00	1.180.264,29	930.160,00
6.2.2.1.1.01.04.04.00 1.004 - Ajudas de Custo	220.000,00	130.000,00	140.766,39	123.221,97	140.766,39	122.644,47	0,00	0,00	140.766,39	122.644,47
6.2.2.1.1.01.04.04.00 1.005 - Jeton	30.000,00	50.000,00	0,00	46.431,00	0,00	46.431,00	0,00	0,00	0,00	46.431,00
6.2.2.1.1.01.04.04.00 2 - MATERIAL DE CONSUMO	1.002.000,00	890.800,00	431.399,92	796.012,57	430.127,92	790.809,23	0,00	0,00	430.127,92	790.809,23
6.2.2.1.1.01.04.04.00 2.001 - Artigos de Expediente	110.000,00	76.000,00	41.295,93	74.608,18	40.875,93	73.786,64	0,00	0,00	40.875,93	73.786,64
6.2.2.1.1.01.04.04.00 2.002 - Artigos e	50.000,00	5.000,00	8.944,98	1.255,87	8.944,98	1.255,87	0,00	0,00	8.944,98	1.255,87

Materiais para Higiene										
6.2.2.1.1.01.04.04.00 2.003 - Materiais para Manutenção de Bens Móveis	8.000,00	10.000,00	0,00	7.326,73	0,00	7.326,73	0,00	0,00	0,00	7.326,73
6.2.2.1.1.01.04.04.00 2.004 - Materiais para Acondicionamento e Embalagem	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.04.04.00 2.005 - Combustíveis e Lubrificantes	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.04.04.00 2.006 - Gêneros de Alimentação	38.000,00	23.000,00	20.991,00	22.948,09	20.991,00	18.566,29	0,00	0,00	20.991,00	18.566,29
6.2.2.1.1.01.04.04.00 2.007 - Materiais para Manutenção de Bens Imóveis/Instalações	18.000,00	50.000,00	5.434,14	1.419,90	5.434,14	1.419,90	0,00	0,00	5.434,14	1.419,90
6.2.2.1.1.01.04.04.00 2.008 - Vestuário, Uniformes, Calçados, Roupas de Cama e Aviamentos	111.000,00	8.800,00	4.551,25	0,00	4.551,25	0,00	0,00	0,00	4.551,25	0,00
6.2.2.1.1.01.04.04.00 2.009 - Materiais para Fotografias, Filmagens, Audio e Radiografias	6.000,00	0,00	5.600,00	0,00	5.600,00	0,00	0,00	0,00	5.600,00	0,00
6.2.2.1.1.01.04.04.00 2.010 - Materiais Elétricos e de Telefonia	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.04.04.00 2.011 - Material de Copa e Cozinha	5.000,00	5.000,00	0,00	553,68	0,00	553,68	0,00	0,00	0,00	553,68

6.2.2.1.1.01.04.04.00 2.012 - Materiais de Informática	140.000,00	170.000,00	56.513,12	169.391,87	55.661,12	169.391,87	0,00	0,00	55.661,12	169.391,87
6.2.2.1.1.01.04.04.00 2.013 - Materiais de Vacinação	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.04.04.00 2.014 - Carteiras e materiais de Identificação Profissional	360.000,00	480.000,00	271.270,00	470.395,00	271.270,00	470.395,00	0,00	0,00	271.270,00	470.395,00
6.2.2.1.1.01.04.04.00 2.015 - Bens Móveis Não Ativáveis	35.000,00	5.000,00	0,00	2.799,00	0,00	2.799,00	0,00	0,00	0,00	2.799,00
6.2.2.1.1.01.04.04.00 2.016 - Prêmios, Condecoração, Troféus, Diplomas e Medalhas	28.000,00	22.000,00	9.845,50	21.180,00	9.845,50	21.180,00	0,00	0,00	9.845,50	21.180,00
6.2.2.1.1.01.04.04.00 2.017 - Materiais de Divulgação e Distribuição Gratuita	18.000,00	8.000,00	6.954,00	0,00	6.954,00	0,00	0,00	0,00	6.954,00	0,00
6.2.2.1.1.01.04.04.00 2.099 - Outros Materiais De Consumo	50.000,00	25.000,00	0,00	24.134,25	0,00	24.134,25	0,00	0,00	0,00	24.134,25
6.2.2.1.1.01.04.04.00 3 - SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	105.500,00	47.133,01	38.800,06	36.197,29	38.122,06	36.197,29	0,00	0,00	38.122,06	36.197,29
6.2.2.1.1.01.04.04.00 3.001 - REMUNERACAO DE SERVIÇOS PESSOAIS	105.500,00	47.133,01	38.800,06	36.197,29	38.122,06	36.197,29	0,00	0,00	38.122,06	36.197,29
6.2.2.1.1.01.04.04.00 3.001.001 -	50.000,00	3.581,00	19.019,26	1.295,12	19.019,26	1.295,12	0,00	0,00	19.019,26	1.295,12

Remuneração de Serviços Pessoais										
6.2.2.1.1.01.04.04.00 3.001.002 - Encargos sobre Serviços Prestados	10.500,00	8.552,01	0,00	2.803,00	0,00	2.803,00	0,00	0,00	0,00	2.803,00
6.2.2.1.1.01.04.04.00 3.001.003 - Bolsa Complementar Estágio	45.000,00	35.000,00	19.780,80	32.099,17	19.102,80	32.099,17	0,00	0,00	19.102,80	32.099,17
6.2.2.1.1.01.04.04.00 4 - SERVIÇOS - PESSOA JURÍDICA	9.704.000,00	16.686.300,00	7.090.373,55	16.665.435,66	7.016.704,97	13.372.733,46	331.791,75	43.801,99	6.684.913,22	13.328.931,47
6.2.2.1.1.01.04.04.00 4.001 - Assinatura de Jornais e Periódicos	30.000,00	17.000,00	15.891,10	16.784,02	15.891,10	16.429,69	0,00	0,00	15.891,10	16.429,69
6.2.2.1.1.01.04.04.00 4.002 - Serviços de Energia Elétrica e Gás	250.000,00	156.000,00	115.793,43	155.535,37	103.344,25	141.682,85	0,00	0,00	103.344,25	141.682,85
6.2.2.1.1.01.04.04.00 4.003 - Serviços de Asseio e Higiene	264.000,00	314.000,00	108.903,10	310.159,91	108.903,10	305.595,14	0,00	0,00	108.903,10	305.595,14
6.2.2.1.1.01.04.04.00 4.004 - Serviços de Internet e Telefonia em Geral	450.000,00	313.000,00	256.850,98	310.350,11	254.567,43	298.471,90	4.923,48	0,00	249.643,95	298.471,90
6.2.2.1.1.01.04.04.00 4.005 - Fretes e Carretos	20.000,00	5.000,00	5.735,18	4.946,60	5.735,18	4.946,60	0,00	0,00	5.735,18	4.946,60
6.2.2.1.1.01.04.04.00 4.006 - Locação de Bens Imóveis e Condomínios	920.000,00	842.000,00	833.986,66	841.223,82	789.250,24	798.541,00	564,32	0,00	788.685,92	798.541,00
6.2.2.1.1.01.04.04.00 4.007 - Locação de Equipamentos e Materiais	40.000,00	10.000,00	2.500,00	9.172,52	2.500,00	9.172,52	0,00	0,00	2.500,00	9.172,52

Permanentes										
6.2.2.1.1.01.04.04.00 4.008 - Reparos, Adaptações e Conservação de Bens Móveis e Imóveis	250.000,00	462.000,00	116.321,34	461.280,44	112.971,73	455.401,50	0,00	0,00	112.971,73	455.401,50
6.2.2.1.1.01.04.04.00 4.009 - Seguros em Geral	23.000,00	16.000,00	10.691,07	15.320,12	10.691,07	15.320,12	0,00	0,00	10.691,07	15.320,12
6.2.2.1.1.01.04.04.00 4.010 - Serviços de Divulgação, Impressão, Encadernação e Fotocópias	700.000,00	1.252.000,00	582.477,99	1.250.941,49	577.077,99	1.248.361,49	128.177,44	0,00	448.900,55	1.248.361,49
6.2.2.1.1.01.04.04.00 4.011 - Congressos, Convenções, Conferências e Simpósios	440.000,00	244.000,00	376.566,76	243.626,06	376.566,76	243.626,06	160.500,00	0,00	216.066,76	243.626,06
6.2.2.1.1.01.04.04.00 4.012 - Despesas Miúdas de Pronto Pagamento	310.000,00	71.000,00	205.297,92	70.493,28	205.297,92	70.493,28	0,00	0,00	205.297,92	70.493,28
6.2.2.1.1.01.04.04.00 4.013 - Despesas com Software	524.000,00	613.000,00	454.607,99	612.704,19	452.615,27	611.567,56	37.457,76	43.801,99	415.157,51	567.765,57
6.2.2.1.1.01.04.04.00 4.014 - Serviços de Medicina do Trabalho	20.000,00	11.000,00	9.782,99	10.679,96	9.782,99	10.679,96	0,00	0,00	9.782,99	10.679,96
6.2.2.1.1.01.04.04.00 4.015 - Serviços Domésticos	3.000,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.04.04.00 4.016 - Festividades, Recepções e Hospedagens	690.000,00	1.550.000,00	538.250,13	1.548.007,84	538.250,13	1.548.007,84	0,00	0,00	538.250,13	1.548.007,84

6.2.2.1.1.01.04.04.00 4.017 - Indenizações, Restituições e Reposições	750.000,00	461.000,00	670.113,50	460.203,36	669.949,50	458.361,84	168,75	0,00	669.780,75	458.361,84
6.2.2.1.1.01.04.04.00 4.018 - Cursos e Treinamentos	80.000,00	4.000,00	25.867,00	3.975,55	22.573,90	3.975,55	0,00	0,00	22.573,90	3.975,55
6.2.2.1.1.01.04.04.00 4.019 - Serviço de Assessoria Contábil	290.000,00	398.000,00	223.011,19	397.233,61	223.011,19	397.233,61	0,00	0,00	223.011,19	397.233,61
6.2.2.1.1.01.04.04.00 4.020 - Serviço de Assessoria Jurídica	320.000,00	169.000,00	250.009,77	168.331,57	250.009,77	168.331,57	0,00	0,00	250.009,77	168.331,57
6.2.2.1.1.01.04.04.00 4.021 - Serviço de Assessoria e Consultoria de Comunicação	250.000,00	1.980.000,00	169.068,48	1.979.150,70	169.068,48	1.979.150,70	0,00	0,00	169.068,48	1.979.150,70
6.2.2.1.1.01.04.04.00 4.022 - Serviços de Informática	270.000,00	54.000,00	70.107,01	53.979,91	70.107,01	52.310,21	0,00	0,00	70.107,01	52.310,21
6.2.2.1.1.01.04.04.00 4.023 - Serviços de Segurança Predial e Preventiva	12.000,00	8.000,00	9.436,95	7.851,10	9.436,95	0,00	0,00	0,00	9.436,95	0,00
6.2.2.1.1.01.04.04.00 4.024 - Postagem de Correspondência de Cobrança	160.000,00	6.000,00	0,00	5.517,10	0,00	5.517,10	0,00	0,00	0,00	5.517,10
6.2.2.1.1.01.04.04.00 4.025 - Postagem de Correspondência Institucional	1.980.000,00	1.595.000,00	1.593.325,45	1.594.064,21	1.593.325,45	1.301.986,40	0,00	0,00	1.593.325,45	1.301.986,40
6.2.2.1.1.01.04.04.00 4.026 - Despesas com Alimentação	96.000,00	25.000,00	16.698,93	24.438,76	16.698,93	24.438,76	0,00	0,00	16.698,93	24.438,76
6.2.2.1.1.01.04.04.00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

4.027 - Serviços de Microfilmagem de Documentos										
6.2.2.1.1.01.04.04.00 4.029 - Despesas Judiciais	3.000,00	0,00	1.900,00	0,00	1.900,00	0,00	0,00	0,00	1.900,00	0,00
6.2.2.1.1.01.04.04.00 4.099 - Outros Serviços e Encargos	549.000,00	6.110.000,00	427.178,63	6.109.464,06	427.178,63	3.203.130,21	0,00	0,00	427.178,63	3.203.130,21
6.2.2.1.1.01.04.05 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	3.323.952,81	3.566.348,09	3.104.718,87	3.564.220,77	3.104.718,87	3.553.635,84	98.110,54	0,00	3.006.608,33	3.553.635,84
6.2.2.1.1.01.04.05.00 1 - Passagens Aéreas, Terrestres	3.045.952,81	3.377.548,09	2.897.009,02	3.376.663,32	2.897.009,02	3.366.078,39	98.110,54	0,00	2.798.898,48	3.366.078,39
6.2.2.1.1.01.04.05.00 2 - Locação de Veículos (taxi-van)	270.000,00	177.000,00	207.709,85	176.243,45	207.709,85	176.243,45	0,00	0,00	207.709,85	176.243,45
6.2.2.1.1.01.04.05.00 3 - Outras Despesas Com Locomoção	8.000,00	11.800,00	0,00	11.314,00	0,00	11.314,00	0,00	0,00	0,00	11.314,00
6.2.2.1.1.01.05 - CONTRIBUIÇÕES	3.380.000,00	3.795.613,34	2.994.834,99	3.795.462,16	2.994.834,99	3.789.342,16	0,00	0,00	2.994.834,99	3.789.342,16
6.2.2.1.1.01.05.01 - Auxílio Financeiro aos CRO'S	3.300.000,00	3.795.613,34	2.931.634,99	3.795.462,16	2.931.634,99	3.789.342,16	0,00	0,00	2.931.634,99	3.789.342,16
6.2.2.1.1.01.05.02 - Auxílio Financeiro a Outras Entidades	80.000,00	0,00	63.200,00	0,00	63.200,00	0,00	0,00	0,00	63.200,00	0,00
6.2.2.1.1.01.07 - SERVIÇOS BANCÁRIOS	1.390.000,00	4.280.000,00	927.457,53	4.279.562,16	927.457,53	4.279.562,16	0,00	0,00	927.457,53	4.279.562,16
6.2.2.1.1.01.07.01 - Taxa Sobre Serviços Bancários	40.000,00	40.000,00	17.443,80	39.717,92	17.443,80	39.717,92	0,00	0,00	17.443,80	39.717,92

6.2.2.1.1.01.07.02 - Despesas Com Cobrança	1.350.000,00	4.240.000,00	910.013,73	4.239.844,24	910.013,73	4.239.844,24	0,00	0,00	910.013,73	4.239.844,24
6.2.2.1.1.01.09 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CONTRIBUTIVAS	68.053,28	46.900,00	42.079,62	45.052,27	42.079,62	45.052,27	0,00	0,00	42.079,62	45.052,27
6.2.2.1.1.01.09.01 - IPTU	49.053,28	35.000,00	32.381,67	34.260,27	32.381,67	34.260,27	0,00	0,00	32.381,67	34.260,27
6.2.2.1.1.01.09.02 - IPVA	5.000,00	3.500,00	3.253,28	2.965,77	3.253,28	2.965,77	0,00	0,00	3.253,28	2.965,77
6.2.2.1.1.01.09.03 - Impostos Taxas e Pedágios	14.000,00	8.400,00	6.444,67	7.826,23	6.444,67	7.826,23	0,00	0,00	6.444,67	7.826,23
6.2.2.1.1.01.11 - DEMAIS DESPESAS CORRENTES	26.000,00	500,00	25.203,70	0,00	25.203,70	0,00	0,00	0,00	25.203,70	0,00
6.2.2.1.1.01.11.01 - Despesas de Exercícios Anteriores	26.000,00	500,00	25.203,70	0,00	25.203,70	0,00	0,00	0,00	25.203,70	0,00
6.2.2.1.1.02 - CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	1.950.000,00	21.370.000,00	582.900,36	21.251.766,54	581.976,36	6.251.766,54	77.356,00	0,00	504.620,36	6.251.766,54
6.2.2.1.1.02.01 - INVESTIMENTOS	1.950.000,00	21.370.000,00	582.900,36	21.251.766,54	581.976,36	6.251.766,54	77.356,00	0,00	504.620,36	6.251.766,54
6.2.2.1.1.02.01.03 - EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	950.000,00	450.000,00	570.400,36	440.136,18	569.476,36	440.136,18	77.356,00	0,00	492.120,36	440.136,18
6.2.2.1.1.02.01.03.00 1 - Veículos	100.000,00	0,00	58.909,00	0,00	58.909,00	0,00	0,00	0,00	58.909,00	0,00
6.2.2.1.1.02.01.03.00 2 - Máquinas Motores e Aparelhos	650.000,00	350.000,00	505.277,36	348.456,00	505.277,36	348.456,00	77.356,00	0,00	427.921,36	348.456,00

6.2.2.1.1.02.01.03.00 4 - Mobiliário em Geral e Utensílios de Escritório	200.000,00	100.000,00	6.214,00	91.680,18	5.290,00	91.680,18	0,00	0,00	5.290,00	91.680,18
6.2.2.1.1.02.01.04 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	1.000.000,00	20.920.000,00	12.500,00	20.811.630,36	12.500,00	5.811.630,36	0,00	0,00	12.500,00	5.811.630,36
6.2.2.1.1.02.01.04.00 1 - Edifícios	0,00	20.100.000,00	0,00	20.000.000,00	0,00	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000.000,00
6.2.2.1.1.02.01.04.00 3 - Obras e Instalações	1.000.000,00	820.000,00	12.500,00	811.630,36	12.500,00	811.630,36	0,00	0,00	12.500,00	811.630,36
Total -	42.800.000,00	68.994.400,00	32.848.344,97	68.562.355,61	32.771.802,39	50.232.236,42	870.507,19	292.429,97	31.901.295,20	49.939.806,45

4.2.4 Indicadores institucionais para medir o desempenho orçamentário

Não foram instituídos.

4.3 Transferências

- Anexo II - Auxílio Financeiro CROs - Transferências

5. Gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos

5.1.1 Força de trabalho

Introdução

É adotado pelo CFO o regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), nas relações de trabalho com seus empregados.

Os salários obedecem à tabela de cargos e salários definidos em Portaria emitida, constando também, promoções por merecimento e nomeação para cargos.

As gratificações das funções foram definidas pela Portaria CFO-DP-223 de 11/09/1996 e correspondem:

50% - Diretor Executivo, 30% - Chefe de Setor, 20% - Subchefe / Responsável de setor / Assessor de Diretoria

O CFO instituiu a Gratificação por Tempo de Serviço que corresponde a 1% ao ano de serviço prestado a entidade sobre o salário correspondente ao cargo conforme Portaria CFO-45 de 20/12/1986.

Análise Crítica

Não temos análise crítica

Informações adicionais

Todas as obrigações acessórias, tais como RAIS, Informe de Rendimentos, CAGED, PCMSO/PPRA foram cumpridas pelo setor competente.

Tipologia do cargo	Lotação autorizada	Lotação efetiva	Ingresso no exercício	Egresso no exercício
1. Provimento de Cargo Efetivo	88	88	0	2
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	88	88	0	2
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0
Total:	88	88	0	2

5.1.2 Processo de ingresso de funcionários na entidade no exercício

Contratação direta, através de processo seletivo simplificado.

5.1.3 - Qualificação da força de trabalho de acordo com a estrutura de cargos em Comissão e das Funções Gratificadas

Introdução

As qualificações obedecem à tabela de cargos e salários definidos em Portaria emitida, sendo pré-requisito também para promoções por merecimento e nomeação para cargos.

Tipologia do Cargo	Lotação autorizada	Lotacao efetiva	Ingressos no exercício	Egressos no exercício
1. Cargos em Comissão	76	76	0	2
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.1.1 Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	76	76	0	2
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	76	76	0	2
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	12	12	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	12	12	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
Total:	88	88	0	2

Análise crítica

Não temos análise crítica

Informações adicionais

Não temos informações adicionais

5.1.4 Qualificação da força de trabalho por faixa etária

Introdução

O Conselho Federal de Odontologia conta com 88 Servidores conforme faixa estaria abaixo.

Análise crítica

Não temo análise crítica.

Informações adicionais:

Não temos informações adicionais.

Nome	Até 30 anos	De 31 à 40 anos	De 41 à 50 anos	De 51 à 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	8	22	26	17	15
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	8	22	26	17	15
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0
Total:	8	22	26	17	15

5.1.5 Qualificação da força de trabalho por Nível de Escolaridade

Introdução

Nível de escolaridade conforme quadro abaixo.

Análise crítica

não temos análise crítica.

Informações adicionais

não temos informações adicionais.

Tipologia do cargo	Analfabeto	Alfabetizado sem cursos regulares	Primeiro grau incompleto	Primeiro grau	Segundo grau ou técnico	Superior	Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação	Mestrado	Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência	Não Classificada
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	0	12	36	35	5	0	0	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	12	36	35	5	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Superior										
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total:	0	0	0	12	36	35	5	0	0	0

5.2 Desoneração da folha de pagamento

Não se aplica.

6 - Recomendações

6.1 Recomendações TCU

Não houve recomendações do TCU para o exercício

6.2 Recomendações Internas

O Conselho Federal de Odontologia não se encontra vinculado a nenhum órgão de Controle Interno.

6.3 Danos Erários

Não houve danos ao Erários.

7 - Informações Contábeis

7.1 Adoção NCASP

Parcialmente - Justificativa: O CFO não executou a avaliação, o ajuste ao valor justo e a depreciação no exercício de 2014, com base nas normativas vigentes - STN Portaria 406/2011 alterada pela Portaria 828/2011.

A motivação da não adoção está pautada na falta de condições operacionais.

Foi programado para 2012 e 2013 a instalação e maturação do PCASP e treinamento e amadurecimento do novo sistema de Contabilidade e os procedimentos patrimoniais.

O ano de 2013 foi no sentido de treinamento e sedimentação dos procedimentos orçamentários e patrimoniais básicos, conforme preconiza a Portaria 406/2011.

No tocante ao Patrimônio será preparado o levantamento e inventario para se fazer o ajuste ao valor justo e posterior depreciação no exercício de 2015/2016.

No que se refere a Divida Ativa, deverá também ser ativada e controlada contabilmente a partir do exercício 2015.

Dessa forma estamos buscando aperfeiçoar os procedimentos para podermos cumprir o que preconiza as Resoluções do CFC e o MCASP.

7.2 Demonstrações Contábeis

Anexo III - Balanço Financeiro.pdf - Balanço Financeiro

Anexo IV - Balanço Orçamentário.pdf - Balanço Orçamentário

Anexo V - Balanço Patrimonial.pdf - Balanço Patrimonial

Anexo VI - Demonstrativo do Fluxo de Caixa.pdf - Demonstrativo do Fluxo de Caixa

Anexo VII - Demonstrativo das Variações Patrimoniais.pdf - Demonstrativo das Variações Patrimoniais

7.3 Relatório da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis

- Anexo VIII - Certificado de Pericia Contabil - Parecer sobre as demonstrações financeiras

8 - Relações com a Sociedade

8.1 Relações com a Sociedade

Não se aplica à entidade

9 - Outras informações

9.1 Outras informações consideradas relevantes pela entidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício

O Conselho Federal de Odontologia sempre demonstrou preocupação em possuir sistemas tecnológicos que pudessem gerir e garantir os seus processos de trabalho.

O PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA DO CFO, dentre outras colocações, expõe que a contínua ausência de investimentos em tecnologia da informação, expondo o Conselho Federal de Odontologia a obsolescência tecnológica de sua plataforma computacional, o colocando diante do risco iminente de paralização total do Sistema de Informação Corporativo.

Essa preocupação pode ser vista em todo o PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, mas em especial, no seu PRODUTO 01 – DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, item 6.3 - Principais Pontos de Melhoria na área de TI, subitem 6.3.11 - **Antiguidade do MUMPS - “A antiguidade da plataforma MUMPS põe em risco a operacionalidade do sistema, a elaboração de novas funcionalidades e integração com as funcionalidades oferecidas pela computação moderna”**.

Para tanto, a contratação de uma empresa especializada para fornecimento de softwares destinados a informatização dos grupos de processos de trabalho desempenhados pelos Conselhos de Odontologia, Federal e Regionais torna-se necessário.

APRESENTAÇÃO

O presente documento tem, por principal objetivo, apresentar de forma clara e consolidada, as demandas em soluções tecnológicas apresentadas pelas Gerências e Setores organizacionais do Conselho Federal de Odontologia.

INTRODUÇÃO

Em reunião com a Gerência de Tecnologia da Informação do CFO, as Gerências de Administração, Contábil, Registro e Inscrição, além dos Setores de Compras, Passagens e Hospedagem, apresentaram os seus respectivos Documentos de Demandas. Nesses documentos são transcritas suas demandas por soluções em tecnologia da informação, considerando, prioritariamente, os seus principais objetivos estratégicos. São descritos, ainda, as motivação e os resultados a serem alcançados com as soluções propostas, além da indicação da previsibilidade da fonte de recursos financeiros.

Por fim, esse documento ainda possui a indicação do nome do funcionário que a representará na Equipe de Planejamento da Contratação.

JUSTIFICATIVAS

A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº4 (IN-4) disciplina, em seu art.4, que todas as contratações de soluções na área de Tecnologia da Informação, devem ser, obrigatoriamente, precedidas de planejamento.

Esse planejamento deve ser elaborado em harmonia com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação, com o planejamento estratégico das áreas solicitantes e, principalmente, com o planejamento estratégico da Autarquia. Entretanto, no caso específico do Conselho Federal de Odontologia, não existe documento formal que expresse suas estratégias e de suas respectivas áreas. No entanto, dois outros documentos oficiais, fornecem as orientações necessárias a esse objetivo.

O primeiro deles é o Regimento Interno do Conselho Federal de Odontologia. Devidamente aprovado pela Resolução CFO Nº 34/2002 e publicado no DOU em 31/10/2002, seção 1, págs.183 a 189 e no DOU de 16/09/2003, retificação à pág. 116, seção 1, ele descreve o arcabouço organizacional do Conselho Federal de Odontologia e das suas Gerências e Setores. De forma complementar ao Regimento Interno, um segundo documento nos serve de orientador. É a Consolidação das Normas para Procedimentos nos Conselhos de Odontologia, devidamente aprovada pela Resolução CFO 63/2005. Por meio dessa Consolidação é possível transformar/traduz todo o arcabouço organizacional, instituído pelo Regimento Interno, em um compêndio de normas e procedimentos, de forma balizar e orientar, a operacionalização, através de normas e procedimentos, para o perfeito funcionamento das Autarquias (Conselhos de Odontologia, Federal e Regionais).

Por conseguinte, é importante ressaltar que, grande parte desse trabalho se balizou por esses dois documentos institucionais, não obstante a contribuição importante de outros tantos documentos oficiais, devidamente citados.

FUNDAMENTAÇÕES

O Conselho Federal de Odontologia sempre demonstrou preocupação em possuir sistemas tecnológicos que pudessem gerir e garantir os seus processos de trabalho.

No começo eram sistemas simples para o gerenciamento do Cadastro Nacional dos profissionais e entidades da Odontologia. Entretanto, com o aumento do número de processos de trabalho executados pelos Conselhos de Odontologia, aliado a evolução da tecnologia e a intensão de sua área de TI em identificar objetivos de negócios a serem operacionalizados, se construiu o cenário ideal para o desenvolvimento de sistemas integrados que suportem os principais processos de trabalho dos Conselhos de Odontologia.

Para retratar essa evolução alguns marcos importantes devem ser destacados, pois demonstram a preocupação e o comprometimento da Gerência de Tecnologia da Informação do CFO na busca de soluções e instrumentos que consubstancie seus trabalhos.

Um bom exemplo dessa iniciativa foi o PROJETO DE INTERLIGAÇÃO DAS BASES DE DADOS DOS CONSELHOS DE ODONTOLOGIA, iniciada em 1999 e concluído em 2003, que

produziu um grande avanço para a estruturação e para a disponibilização de sistemas informatizados que atendessem aos objetivos fins dos Conselhos de Odontologia. Esse projeto interligou, através de sistemas informatizados, todos os Conselhos de Odontologia em um único Sistema informatizado de Gestão, promovendo a padronização e a integração dos seus processos de trabalho e base de dados, agregando ganhos organizacionais significativos e importantes não só aos Conselhos de Odontologia, Federal e Regionais, mas à classe Odontologia, principalmente os profissionais e pessoas físicas registradas e inscritas.

Outras duas iniciativas, também merecem destaques. A primeira foi à elaboração do PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA DO CFO. Esse documento foi desenvolvido em parceria com a Fundação Vanzolini-USP-SP, e possuía como objetivo precípuo a avaliação da situação atual, projetar as necessidades de tecnologia da informação e comunicação e recomendar processo mais adequado para realizá-lo de forma a permitir a instauração de contínuas melhorias na área de tecnologia da informação do CFO. Ele é constituído por três documentos, a saber: 1) Diagnóstico da Situação Atual: É um documento que evidencia as principais falhas no uso da tecnologia da informação e suas causas potenciais, bem como os pontos fortes atendidos até o momento da elaboração; 2) Plano Diretor de Informática: É o documento que contém as estratégias fundamentais de gestão e uso da informática e são orientadas para a adoção das novas tecnologias da informação e modernização dos sistemas de informação; 3) Plano de Ação: É o documento que propõem as principais ações gerenciais e operacionais necessárias a elaboração dos projetos de implantação das melhorias indicadas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação. A segunda iniciativa foi o PROJETO DE LEVANTAMENTO E PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DA ARQUITETURA CORPORATIVA DOS CONSELHOS DE ODONTOLOGIA. Também através de uma nova parceria com a Fundação Vanzolini-USP-SP, essa ação pautou-se pelo levantamento e mapeamento da atual situação das operações em nível regional e federal, proporcionando uma visão clara da execução de todos os processos fim dos Conselhos de Odontologia.

Entretanto, não obstante os esforços da Gerência de Tecnologia da Informação em cumprir eficaz e eficientemente sua missão, traduzida na expressiva quantidade de funcionalidades do acervo computacional, a ausência de contínuos investimentos em tecnologia da informação nos últimos anos, expôs o Conselho Federal de Odontologia a uma obsolescência tecnológica de sua plataforma computacional, o colocando diante de um problema de alta magnitude, que é o risco iminente de paralização total do Sistema de Informação Corporativo. Essa preocupação pode ser vista em todo o PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, em especial, em seu PRODUTO 01 – DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, item 6.3 - Principais Pontos de Melhoria na área de TI, subitem 6.3.11 - Antiguidade do MUMPS - “A antiguidade da plataforma MUMPS põe em risco a operacionalidade do sistema, a elaboração de novas funcionalidades e integração com as funcionalidades oferecidas pela computação moderna. Foi comentado que o sistema Solaris não pode ser atualizado para não comprometer o funcionamento do MUMPS. Além disso, existem poucos profissionais capacitados a trabalhar nesta plataforma”.

AS DEMANDAS

Em reunião com a Gerência de Tecnologia da Informação do CFO, as Gerências de Administração, Contábil, Registro e Inscrição, além dos Setores de Compras, Passagens e Hospedagem, apresentaram os seus respectivos Documentos de Demandas por soluções em tecnologia da informação, considerando, prioritariamente, os seus principais objetivos estratégicos. Essas demandas são apresentadas e descritas, a seguir, evidenciando-se os seguintes aspectos, para as soluções propostas:

- a) Fatores Motivacionais Orientadores;
- b) Resultados a Serem Atingidos;
- c) Requisitos Funcionais;
- d) Indicação dos Funcionários que as Representarão na Equipe de Planejamento da Contratação; e,
- e) Indicação da Previsibilidade da Fonte de Recursos Financeiros.

É importante ressaltar que os aspectos Fatores Motivacionais Orientadores e Resultados a Serem Atingidos com as soluções propostas, por possuírem as mesmas fundamentações para todas as áreas, serão citados apenas uma vez, de forma comum a todas as Gerências e Setores do CFO. Em relação aos demais aspectos a serem abordados, Requisitos Funcionais, Indicação dos Funcionários que representarão as Gerências e Setores na Equipe de Planejamento da Contratação e Indicação da Previsibilidade da Fonte de Recursos Financeiros serão descritos, independentemente, para cada uma das áreas apresentadas.

a) FATORES MOTIVACIONAIS E ORIENTADORES:

Alguns fatores motivacionais e orientadores desse trabalho, a saber:

1) O risco iminente de paralização total do Sistema de Informação Corporativo, devido à obsolescência tecnológica da plataforma computacional MUMPS utilizada pelos Conselhos de Odontologia, Federal e Regionais, obrigam ao Conselho Federal de Odontologia considerar que as proposições tecnológicas devem ser consideradas como as premissas fundamentais para o balizamento de todas as ações na área de tecnologia da informação, de forma a definir que todas as decisões a serem tomadas devem obrigatoriamente atender a tecnologia definida no PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CFO;

2) O mesmo PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CFO, em seu PRODUTO 01 – DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, Item 6 - Principais Pontos de Melhoria notados nos levantamentos com as demais áreas, menciona:

i. A falta de Integração nos Processos de trabalho das atividades-meio, necessitando-se haver “alinhamento” em relação às políticas adotadas entre as atividades auxiliares (ex. Estoque e Compras) e a integração entre os sistemas de informação que atendem estas atividades;

ii. A existência em dois sistemas de controles financeiros, causando transtornos, perdas de segurança e atrasos no registro das informações, além de que, o sistema financeiro desenvolvido internamente não dispõe de diversas funcionalidades e integração com o sistema contábil;

iii. A inexistência de controles sistêmicos importantes, a saber:

- a) Sistema de patrimônio;

b) Integração entre o sistema de Estoque e o sistema de Compras e licitações com a automatização do processo de compra, levando em consideração o atendimento às Leis 8666 e 4320 e o histórico de compras para orientar a emissão das cartas convite;

c) Fluxo de caixa interligado (CRO e CFO) com receitas e despesas;

d) Controle de viagens.

iv. Integração entre o Sistema de Contabilidade com o Sistema Financeiro e o Sistema de Folha de Pagamento.

3) Por outro lado, a eficácia do mesmo PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CFO depende também do atendimento a outras premissas, que estão relacionadas com a missão do CFO e às necessidades expressas das áreas de negócio e de apoio do CFO (Referência – PRODUTO 02 – PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – item 6 - Premissas para elaboração do PDTI-CFO, subitem 6.1 - Premissas Fundamentais). São elas:

i. Tecnologia: A tecnologia a ser utilizada deve:

a) Ser padrão de mercado, isto é, já estar consolidada e estabilizada (livre de erros desconhecidos), ter uma comunidade significativa de usuários;

b) Ser capaz de incorporar as atualizações incrementais e as inovações tecnológicas;

c) Ser capaz de migrar para tecnologias mais modernas;

d) Ser genuinamente WEB, desenvolvida, quando possível, de acordo com as normas do W3C;

e) Respeitar diretrizes governamentais (e-PING e e-MAG);

f) Garantir evolução de longo prazo;

g) Garantir recursos de mobilidade;

h) Garantir independência das camadas de apresentação, repositório e da aplicação;

i) Permitir portabilidade entre diferentes plataformas computacionais;

j) Ter estrutura de Portal, permitindo uso de internet e intranet.

ii. Banco de Dados: O Banco de Dados deve:

a) Ser relacional: respeitar todas as regras de integridade entidade-relacionamento;

b) Suportar dados não estruturados (textos, sons e imagens);

c) Ser robusto, tolerante a falhas, altamente confiável e padrão de mercado.

iii. Arquitetura: A arquitetura deve:

a) Garantir portabilidade entre ambientes computacionais;

b) Suportar, quando possível, software livre, de acordo com as políticas do poder público da esfera federal;

c) Permitir a execução da camada de apresentação através dos browsers mais utilizados na Internet.

iv. Componentes de Software: Os componentes de software do Sistema de Informação Corporativo devem:

- a) Ser construídos de acordo com Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas (MDS) do CFO;
- b) Atender tanto quanto possível às exigências de Software livre;
- c) Garantir portabilidade, isto é, ser executável em diferentes ambientes computacionais.

v. Sistemas de Informação: Os Sistemas de Informação devem:

- a) Ser aderentes ao e-PING;
- b) Atender às exigências do SPED fiscal e contábil.

vi. Nível de qualidade dos serviços de TI: O nível de qualidade dos serviços prestados pela Gerência da Tecnologia da Informação e dos novos produtos de software construídos pela nova tecnologia de informação devem, inicialmente, se igualar ao nível atual de qualidade;

vii. Prazo de implantação: Os gestores do CFO devem estar totalmente comprometidos com o projeto e incentivá-lo ostensivamente junto à comunidade de interesse. Por outro lado deve dar seu apoio irrestrito à gestão do CFO, sendo ao mesmo tempo enérgica na cobrança dos resultados. Além disso, deve, ao tomar suas decisões, priorizar os aspectos de qualidade em detrimento do prazo de conclusão do projeto, compreendendo que a instabilidade é momentânea;

viii. Coexistência de Tecnologia: O nível de qualidade atingido com a tecnologia atual é um fator extremamente positivo que garante aos Conselhos de Odontologia, Federal e regionais, uma mudança tecnológica segura e controlada, propiciando que as decisões sempre privilegiem a qualidade em relação ao prazo;

ix. Implantação gradual: A implantação do Sistema deve ser feita de forma gradual e organizada, priorizando as funcionalidades de alto impacto e que sejam rápidas de serem implantadas junto a comunidade do Conselho de Odontologia, garantindo, no entanto, plena adequação com o atual Sistema de Informação Corporativo. O novo sistema deve garantir a reputação e os níveis de qualidade atingidos pelo atual Sistema Corporativo, atentando para o cumprimento de todos os prazos e responsabilidades do Conselho Federal de Odontologia em relação à comunidade de Odontologia;

x. Proatividade dos sistemas de informação: A implantação deve atuar fortemente sobre a perda natural de produtividade que sempre ocorre na mudança de sistemas de informação através do comprometimento, envolvimento e treinamento adequados dos usuários de cada uma das funcionalidades implementadas. O novo sistema deve levar em conta também os aspectos ergonômicos priorizando aqueles que simplificam e agilizam a operação dos sistemas. Por outro lado, o novo sistema deve estimular a visão “processo” de cada funcionalidade, estimulando a participação ativa dos envolvidos no sistema;

xi. Redução da quantidade de papel em trânsito: Anova sistemática deve contemplar o uso de tecnologia de Gerenciamento Eletrônico de Documentos

(GED) contribuindo para reduzir o trânsito de documentos em papel, priorizando sempre que possível o uso da versão eletrônica dos mesmos;

xii. Reputação frente a outros órgãos: O novo Sistema de Informação Corporativo deve manter a alta reputação que goza junto a Conselhos de outras categorias.

4) Finalmente, em relação ao PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CFO, em seu PRODUTO 03 – PLANO DE AÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, em seu Item 6.4 - Estratégia adotada para continuidade no Desenvolvimento do Sistema de Informação, aponta a opção de uma equipe mista de profissionais como a mais indicada - “Após avaliação das quatro opções para a continuidade dos trabalhos de Desenvolvimento do novo Sistema Corporativo do CFO, indicadas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação, optou-se pela alternativa 4 que consiste na formação de uma equipe mista de trabalho constituída por profissionais atualmente existentes na GerTI e por profissionais de mercado com experiência necessária nos diversos perfis necessários. Esta modalidade de trabalho irá propiciar a transferência de conhecimento necessário a atual equipe de TI para, quando da conclusão dos trabalhos, efetuar a necessária manutenção em todo acerto de TI gerado.”

Além disso, a formação de equipe mista de trabalho habilitará:

i. Mesclagem das habilitações e talentos das equipes com experiência técnica (externa) e com experiência no negócio (interna). Desta forma, a falta de experiência em análise de negócio e outras disciplinas exigidas pela nova tecnologia da equipe interna são superadas ao longo do trabalho;

ii. Preservação do conhecimento já gerado no Sistema Piloto, ao utilizar a mesma equipe externa;

iii. Preservação da estrutura metodológica (forma de executar);

iv. Redução do risco do desenvolvimento, fazendo com que a gestão e a garantia de qualidade seja feita por terceiros;

v. Liberação dos recursos internos para participação efetiva no processo, aprendendo fazendo;

vi. Garantia do aprendizado seguro e eficaz da equipe interna (aprender fazendo);

vii. Permissão de uma gestão de custos de acordo com a agilidade exigida pelo CFO.

5) Em consonância com os novos desafios organizacionais impostos aos Conselhos de Fiscalização Profissional, através de Normatizações governamentais (Ex: Acórdão 2666/2012) que afetam, diretamente, as áreas contábil e financeira dos Conselhos, estabelecendo normas de organização e de apresentação dos relatórios de gestão e das peças complementares que constituirão os processos de contas, torna-se necessário contribuir para a melhoria da gestão e do desempenho das respectivas áreas. Portanto, é necessário buscar melhorias que permitam alcançar esses objetivos e, sem dúvida, intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação é a melhor forma de proporcionar eficiência, eficácia e efetividade aos processos de trabalho, além de gestão e transparência;

6) A Gerência Financeira do CFO utiliza-se de um Sistema desenvolvido pela Gerência de Tecnologia da Informação. Trata-se do Sistema de Gerência Financeira. Apesar de contemplar as necessidades da Gerência, temos como fatores inviabilizadores, o fato de ele possuir pouca, ou quase nenhuma, interação com o Sistema de Contabilidade, o que obriga a digitação dos dados vulnerabilizando o processo em decorrência de erros de digitação e retrabalho. Outro fator negativo a ser considerado, é a pouca usabilidade que a linguagem MUMPS permite, o que dificulta o seu aprendizado e uso.

b) RESULTADOS A SEREM ATINGIDOS

1) Cumprir a DECISÃO CFO Nº 15/2011, conseqüentemente, atendendo ao escopo disposto no PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CFO;

2) Integração e coexistência, durante o período de desenvolvimento e implantação, entre os sistemas desenvolvidos e o legado, e integração as sistemas já desenvolvidos/adquiridos em nova tecnologia (Contabilidade, Especialização e RH).

c) REQUISITOS FUNCIONAIS

1. Gerência Financeira

1.1. Seção de Tesouraria: Em conformidade com o Regimento Interno do CFO, em seu art.69, item I, que defini as atividades pertinentes a Seção de Tesouraria do CFO. Portanto, pela definição, compete a Seção:

1.1.1.Fluxo de caixa: Desenvolver um pequeno resumo sobre o Fluxo de Caixa. Abaixo, as funcionalidades que deverão ser contempladas para o atendimento das necessidades da Gerência Financeira, em suas Seções de Tesouraria.

- a) Cadastrar de Favorecidos e fornecedores (PF e PJ);
- b) Cadastrar de Plano de contas financeiro;
- c) Cadastrar de Lançamentos de despesa;
- d) Cadastrar de Lançamentos de receitas;
- e) Cadastrar de Lançamentos de transferências financeiras;
- f) Cadastrar de Saldos iniciais por conta financeira;
- g) Possibilitar Integração com as seguintes funcionalidades:
 - i. Leitura do plano de contas do sistema de contabilidade existente para relacionamento às contas do plano de contas financeiro;
 - ii. Importação dos pagamentos do sistema de controle orçamentário para geração de lançamentos financeiros de contas a pagar (despesas);
 - iii. Importação das movimentações financeiras do sistema de controle orçamentário para geração de lançamentos financeiros de transferências;
 - iv. Importação dos recebimentos do sistema de controle orçamentário para geração de lançamentos financeiros de contas a receber (receitas);
 - v. Importação dos registros de conciliação bancária do sistema de controle orçamentário para efetivação das datas de compensação dos lançamentos financeiros; e,
 - vi. Cadastro de Fornecedores unificado entre

todos os módulos do sistema.

1.1.2.Centros de Custos: Desenvolver um pequeno resumo sobre o Centro de Custos. Abaixo, as funcionalidades que deverão ser contempladas para o atendimento das necessidades da Gerência Financeira, em suas Seções de Tesouraria.

- a) Manter cadastro de dotações iniciais por conta e centros de custos simultaneamente;
- b) Manter cadastro de Reformulações orçamentárias por conta e centros de custos simultaneamente;
- c) Manter cadastro de Transposições orçamentárias por conta e centros de custos simultaneamente;
- d) Possibilitar Integração com as seguintes funcionalidades:
 - i. Consulta da disponibilidade orçamentária por conta contábil e centro de custos no sistema de controle orçamentário;
 - ii. Leitura do plano de contas do sistema de contabilidade para relacionamento aos centros de custos para controle orçamentário;
 - iii. Distribuição de centros de custos nos empenhos e anulações de empenhos do sistema de controle orçamentário;
 - iv. Distribuição de centros de custos nas liquidações e cancelamentos de liquidações do sistema de controle orçamentário;
 - v. Distribuição de centros de custos nos pagamentos e estornos do sistema de controle orçamentário; e,
 - vi. Distribuição de eventos nos pagamentos e estornos do sistema de controle orçamentário;

1.1.3.Contratos: Desenvolver um pequeno resumo sobre contratos, BEM COMO SABER SE ESSE ITEM PERTENCE A TESOURARIA. Abaixo, as funcionalidades que deverão ser contempladas para o atendimento das necessidades da Gerência Financeira, em suas Seções de Tesouraria.

- a) Emissão de alerta de Contratos a Vencer;
- b) Emissão de alerta de Parcelas a vencer por contrato;
- c) Manter cadastro de Documentos anexos ao Contrato;
- d) Manter cadastro de Índices de reajuste do Contrato;
- e) Manter cadastro de Parcelas previstas por Contrato;
- f) Manter cadastro de Termos aditivos ao Contrato;
- g) Manter cadastro de Tipos de Contrato;
- h) Manter cadastro do Termo de recebimento de Nota fiscal;
- i) Manter cadastro do Termo de repactuação do Contrato;
- j) Manter cadastro dos Empenhos do Contrato integrado ao controle orçamentário;
- k) Acompanhamento financeiro dos contratos

2. Gerência Contábil

2.1. Seção de Almoxarifado e Arquivo: Em conformidade com o Regimento Interno do CFO, em seu art.69, § 3º, que defini as atividades pertinentes a Seção de Almoxarifado e Arquivo do CFO.

Portanto, pela definição, compete a Seção:

- a) Registrar o material recebido;
- b) Guardar e distribuir o material referido no item anterior;
- c) Controlar o estoque de todo o material permanente e de consumo;
- d) Guardar a documentação de todos os demais órgãos integrantes de estrutura do Conselho;
- e) Levantar a listagem e documentos passíveis de destruição;
- f) Possibilitar Integração com as seguintes funcionalidades:
 - i. Contabilização automática no sistema de contabilidade de todas as movimentações de estoque (entrada e saída de itens do almoxarifado);
 - ii. Leitura do plano de contas do sistema de contabilidade para relacionamento aos grupos de itens de almoxarifado visando a integração contábil;
 - iii. Importação das ordens de compras de itens de consumo registradas no sistema de compras e contratos para efetivação da entrada dos itens no estoque em função da entrega dos materiais pelo Fornecedor;
 - iv. Geração de lista de compras para o sistema de compras com a relação dos materiais de estoque a serem adquiridos;
 - v. Cadastro de Fornecedores unificado entre todos os módulos do sistema.
 - vi. Cadastro de Departamentos unificado entre todos os módulos do sistema; e,
 - vii. Cadastro de Funcionários unificado entre todos os módulos do sistema.

3. Gerência de Registro: Em conformidade com o Regimento Interno do CFO, em seu art.70, item I, que defini as atividades pertinentes a Gerência de Registro do CFO. Portanto, pela definição, compete a Gerência:

- a) Analisar todos os processos relativos ao registro de pessoas físicas e jurídicas;
- b) Proceder ao registro de pessoas físicas e jurídicas;
- c) Proceder, após análise competente, ao cadastro no computador, das pessoas físicas e jurídicas;
- d) Emitir despachos e ofícios relativos aos processos;
- e) Confirmar Diplomas e Certificados;
- f) Organizar os processos para os malotes;
- g) Sugerir baixa em diligência ou exigência, daqueles processos que o exijam;
- h) Proceder ao registro dos apostilamentos feitos nos Conselhos Regionais;
- i) Imprimir e encaminhar ao Setor de Compras e Serviços (SECOS) as folhas dos registros a serem encadernadas;
- j) Manter atualizados os arquivos referentes a Cursos de Graduação em Odontologia e de formação de outras categorias relacionadas à Odontologia; e,
- k) Manter atualizados e em bom estado os livros de registro.

4. Gerência Administrativa

a)Substituição das soluções, hoje implantadas, visando ao atendimento de seus processos de trabalho mapeados.;

b) Ser aplicação WEB, de forma a possibilitar agregar melhorias aos processos em decorrência da tecnologia disponível.

c) Consolidação das Normas + Regimento Interno

5. Setor de Compras e Licitações: Em conformidade com o Regimento Interno do CFO, em seu art. 70, item IV, que defini as atividades pertinentes ao Setor de Compras e Serviços do CFO. Portanto, pela definição, o Setor é responsável perante a Entidade por todas as sistemáticas de compras e serviços, com as seguintes atribuições:

- a) Organizar e manter atualizado um cadastro de fornecedores e de preços;
- b) Adquirir material e equipamentos;
- c) Processar coleta de preços e concorrências;
- d) Montar processo licitatório;
- e) Manter atualizado, para consultas e providências, legislação pertinente a compras e serviços;
- f) Providenciar o reparo do material em uso;
- g) Analisar e controlar os contratos de manutenção e prestação de serviços;
- h) Providenciar as medidas acauteladoras para segurança dos imóveis contra incêndio;
- i) Atestar as faturas referentes às aquisições de material e de prestação de serviços;
- j) Atender aos representantes comerciais;
- k) Responsabilizar-se pelo controle e andamento de obras e/ou reformas;
- l) Executar tarefas que lhe forem cometidas pela Superintendência Executiva;
- m) Emissão de alerta de Contratos a Vencer;
- n) Manter cadastro de Consórcio de empresas do Contrato;
- o) Manter cadastro de Contratos;
- p) Manter cadastro de Documentos anexos ao Contrato;
- q) Manter cadastro de Termos aditivos ao Contrato;
- r) Manter cadastro do Termo de repactuação do Contrato;
- s) Manter cadastro dos Atestos do Contrato;
- t) Possibilitar Integração com as seguintes funcionalidades:
 - i. Consulta da disponibilidade orçamentária por conta contábil e centro de custos no sistema de controle orçamentário;
 - ii. Geração de solicitação de reserva orçamentária (empenho e pré-empenho) a partir de processos de compras para o sistema de controle orçamentário;
 - iii. Integração com o sistema de controle orçamentário entre os Contratos e os Empenhos para acompanhamento da situação financeira;
 - iv. Integração com o sistema de controle orçamentário entre as Ordens de compras e serviços e os Empenhos para acompanhamento da situação financeira;
 - v. Exportação das ordens de compras de itens de consumo para o sistema de almoxarifado;
 - vi. Exportação das ordens de compras de bens patrimoniais para o sistema de patrimônio para incorporação;

- vii. Cadastro de Fornecedores unificado entre todos os módulos do sistema;
- viii. Cadastro de Departamentos unificado entre todos os módulos do sistema;
- ix. Cadastro de Funcionários unificado entre todos os módulos do sistema;
- x. Consulta da disponibilidade orçamentária por conta contábil e centro de custos no sistema de controle orçamentário;
- xi. Exportação dos dados dos licitantes vencedores para o módulo de controle de contratos;
- xii. Importação dos dados dos processos de compras para geração dos processos licitatórios do módulo de controle de licitações;
- xiii. Cadastro de Fornecedores unificado entre todos os módulos do sistema;
- xiv. Cadastro de Departamentos unificado entre todos os módulos do sistema; e
- xv. Cadastro de Funcionários unificado entre todos os módulos do sistema;

6. Setor de Passagens e Hospedagem: Em conformidade com o Regimento Interno do CFO, em seu art.70, item I, que defini as atividades pertinentes ao Setor de Passagens e Hospedagens. Portanto, pela definição, compete ao Setor:

- a) Organizar e manter atualizado um cadastro de fornecedores e de preços;
- b) Adquirir material e equipamentos;
- c) Processar coleta de preços e concorrências;
- d) Montar processo licitatório;
- e) Manter atualizado, para consultas e providências, a legislação pertinente a compras e serviços;
- f) Providenciar o reparo do material em uso;
- g) Analisar e controlar os contratos de manutenção e prestação de serviços;
- h) Providenciar as medidas acauteladoras para segurança dos imóveis contra incêndio;
- i) Atestar as faturas referentes às aquisições de material e de prestação de serviços;
- j) Atender aos representantes comerciais;
- k) Responsabilizar-se pelo controle e andamento de obras e/ou reformas;
- l) Executar tarefas que lhe forem cometidas pela Superintendência Executiva;
- m) Possibilitar Integração com as seguintes funcionalidades:
 - i. Consulta da disponibilidade orçamentária por conta contábil e centro de custos no sistema de controle orçamentário;
 - ii. Exportação dos dados de pagamentos autorizadores para efetivação no sistema de controle orçamentário;
 - iii. Cadastro de Fornecedores unificado entre todos os módulos do sistema;
 - iv. Cadastro de Departamentos unificado entre

todos os módulos do sistema; e,

v. Cadastro de Funcionários unificado entre

todos os módulos do sistema.

Contratado: Implanta Informática LTDA, CNPJ: 37.994.043/0001-40

Modalidade: Pregão Presencia

Objeto: Fornecimento de softwares destinados a informatização dos seguintes grupos de processos de trabalho desempenhados pelos Conselhos de Odontologia, Federal e Regionais.

Valor Global: R\$ 2.149.999,99.

Obras de adequação para o ambiente de Tecnologia da Informação:

Contratado: Ilumina Soluções prestadora de Serviço LTDA, CNPJ: 27.272.277/0001-20

Modalidade: Tomada de Preço;

Objeto: Elaboração de projeto executivo de obras de reforma no imóvel situado à Av. Nilo Peçanha 50, sala 718.

Valor Global: R\$ 811.630,36

Balanço Financeiro Consolidado

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	162.292.580,44	145.867.810,78	Despesa Orçamentária	177.160.933,62	144.858.472,26
RECEITA REALIZADA	162.292.580,44	145.867.810,78	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADADO	177.033.488,97	144.599.516,21
RECEITA CORRENTE	161.377.780,44	145.574.265,14	DESPESA CORRENTE	165.429.433,37	141.582.886,80
RECEITAS DE CONTRIBUIÇOES	91.912.803,58	81.945.718,04	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	40.177.686,02	35.106.060,51
COTA PARTE	35.696.801,18	33.131.281,79	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.275.664,99	11.748.301,47
ANUIDADES	91.912.803,58	81.945.718,04	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	81.271.277,47	74.287.000,26
RECEITA DE SERVICOS	0,00	138.000,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	31.704.804,89	20.441.524,56
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	0,00	138.000,00	DESPESA DE CAPITAL	6.251.766,54	581.976,36
RECEITA DE SERVICOS	2.754.746,35	2.806.228,82	DESPESA DE CAPITAL	3.778.013,52	871.362,71
RECEITA PATRIMONIAL	235.569,48	180.924,95	DESPESA DE CAPITAL	1.574.275,54	1.563.290,34
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	203.941,98	43.722,01	INVESTIMENTOS	883.430,34	1.105.866,31
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	1.463.086,96	1.313.721,36	INVESTIMENTOS	2.978.013,52	871.362,71
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	31.627,50	137.202,94	INVESTIMENTOS	690.845,20	455.822,46
FINANCEIRAS	1.474.738,09	1.621.798,53	INVESTIMENTOS	6.251.766,54	581.976,36
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	248.599,35	235.204,56	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	23.801,06	8.733,56
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	24.812,81	21.794,29	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	800.000,00	0,00
RECEITA DE SERVICOS	320.472,56	290.985,19	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	1.601,57
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	96.784,27	128.418,18	RESTOS A PAGAR N?O PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	19.036,84	56.459,92
RECEITA DE SERVICOS	3.419.919,65	3.090.760,40	RESTOS A PAGAR N?O PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	10.119,92	0,00

ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	1.474.738,09	1.621.798,53	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	74.486,83	193.762,57
RECEITA DE SERVICOS	418.250,50	333.370,42	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	0,00	0,00
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	176.450,15	167.926,49	RESTOS A PAGAR N?O PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	0,00	0,00
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	2.042.202,92	1.876.298,52		0,00	0,00
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	0,00	154,40	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	0,00	0,00
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	487.527,89	456.936,44		0,00	0,00
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	48.101,23	52.079,69		0,00	0,00
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	2.325.823,48	2.268.810,90		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS SOBRE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00	1.048,65		0,00	0,00
FINANCEIRAS	3.726.641,19	2.698.855,08		0,00	0,00
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS POR AUSÊNCIA ÀS ELEIÇÕES	829,73	108,33		0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	9.347,57	6.829,29		0,00	0,00
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	725.204,17	620.230,11		0,00	0,00
RENDIMENTOS	535.947,60	394.959,81		0,00	0,00
MULTA E JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	37.138,93	23.358,31		0,00	0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	2.390.018,05	1.636.695,67		0,00	0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	61.338,35	45.781,03		0,00	0,00
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	4.339.365,39	3.607.672,98		0,00	0,00

TRANSFERENCIAS CORRENTES	3.664.417,86	2.607.111,55	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	4.309,47	6.475,90	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS FÍSICAS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	3.660.108,39	2.600.635,65	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	125.015,22	137.043,67	0,00	0,00
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	124.944,13	134.261,12	0,00	0,00
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	593,72	2.222,37	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA	4.916,30	3.698,02	0,00	0,00
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	120.027,83	130.563,10	0,00	0,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	17.628.404,78	16.592.186,70	0,00	0,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	13.947.936,91	12.564.928,93	0,00	0,00
DIVIDA ATIVA FASE ADMINISTRATIVA	11.649.028,18	10.502.163,67	0,00	0,00
ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	854.400,00	93.600,00	0,00	0,00
DIVIDA ATIVA FASE EXECUTIVA	2.298.908,73	2.062.765,26	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	116.749,64	324.781,52	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	116.749,64	324.781,52	0,00	0,00
RECEITAS DIVERSAS	2.942.285,31	3.379.926,85	0,00	0,00
RECEITA DE CAPITAL	914.800,00	293.545,64	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	157.145,64	0,00	0,00
ALIENACAO DE BENS	914.800,00	136.400,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	157.145,64	0,00	0,00
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	60.400,00	42.800,00	0,00	0,00

Transferências Financeiras Recebidas	0,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários	288.861.015,12	240.551.026,30	Pagamentos Extraorçamentários	287.092.928,20	241.977.125,91
Saldo em espécie do Exercício Anterior	33.049.864,99	33.785.519,16	Saldo em espécie do Exercício Seguinte	19.473.818,98	33.051.386,59
TOTAL INGRESSOS	509.782.859,51	442.848.936,80	TOTAL DISPÊNDIOS	509.307.079,76	442.531.565,32

Balço Orçamentário Consolidado

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	198.744.130,35	199.052.730,35	161.377.780,44	37.674.949,91
RECEITAS DE CONTRIBUIÇOES	99.078.661,39	99.935.716,96	91.912.803,58	8.022.913,38
ANUIDADES	99.078.661,39	99.935.716,96	91.912.803,58	8.022.913,38
Pessoa Física	9.965.927,38	9.588.927,38	10.048.325,80	-459.398,42
Pessoa Física Contribuições	2.037.350,61	2.166.350,61	2.165.989,86	360,75
Pessoa Jurídica	866.097,54	848.597,54	885.523,99	-36.926,45
Pessoa Jurídica Contribuições	110.766,00	130.766,00	127.922,49	2.843,51
COTA PARTE	45.982.368,88	45.982.368,88	35.696.801,18	10.285.567,70
RECEITA PATRIMONIAL	1.347.600,18	1.397.600,18	235.569,48	1.162.030,70
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	166.569,06	166.569,06	31.627,50	134.941,56
Aluguéis	131.400,00	131.400,00	10.770,00	120.630,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.181.031,12	1.231.031,12	203.941,98	1.027.089,14
RECEITA DE SERVICOS	7.445.758,19	8.000.812,11	7.078.669,18	922.142,93
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇOES	3.251.171,00	3.529.874,00	3.681.740,03	-151.866,03
Pessoa Física	231.753,01	260.253,01	374.162,28	-113.909,27
Pessoa Física Inscrição	52.182,08	73.482,08	73.442,34	39,74
Pessoa Jurídica	153.696,60	153.696,60	133.979,03	19.717,57
Pessoa Jurídica Inscrição	27.504,17	28.804,17	28.744,23	59,94
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	676.307,86	702.757,86	857.724,32	-154.966,46
Pessoa Física	52.870,95	65.370,95	154.128,98	-88.758,03
Pessoa Física Carteiras	29.436,28	40.386,28	40.343,69	42,59
Pessoa Jurídica	0,00	2.000,00	7.531,24	-5.531,24

EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	216.615,06	217.015,06	48.101,23	168.913,83
Pessoa Física	50.017,00	50.017,00	13.823,60	36.193,40
Pessoa Física Certidões	4.000,00	4.400,00	4.368,21	31,79
Pessoa Jurídica Certidões	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
Pessoa Jurídica	4.500,00	4.500,00	529,18	3.970,82
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	3.301.664,27	3.551.165,19	2.491.103,60	1.060.061,59
Serviços de Listagem	26.000,00	6.500,00	0,00	6.500,00
Serviços de Divulgação	113.000,00	62.000,00	6.000,00	56.000,00
Taxa de Credenciamento de Curso de Especialização	31.430,00	23.530,00	3.766,15	19.763,85
Taxa de Visto de Alteração de Contrato Social	8.000,00	8.000,00	0,00	8.000,00
Taxa de 1º Via de Certificado - Pessoa Jurídica	18.267,90	23.667,90	22.875,31	792,59
Taxa de 1º Via de Certificado - Especialista	36.045,60	36.045,60	150,86	35.894,74
Multa Eleitoral	430.958,40	460.058,40	213.187,95	246.870,45
Taxa de 2º Via de Certificado - Especialista	2.343,50	2.343,50	0,00	2.343,50
Taxa de 2º Via de Certificado - Pessoa Jurídica	3.343,50	3.343,50	0,00	3.343,50
Taxa de Registro/Inscrição de Habilitação	4.544,24	5.044,24	5.335,53	-291,29
Outras Receitas de Serviços	122.500,00	166.200,00	191.279,30	-25.079,30
FINANCEIRAS	7.500.297,23	7.619.019,82	5.201.379,28	2.417.640,54
JUROS E ENCARGOS SOBRE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	1.153,52	1.153,52	0,00	1.153,52
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	962.536,84	1.078.536,84	734.551,74	343.985,10
MULTA E JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	10.500,00	39.050,00	37.138,93	1.911,07
Pessoa Física	57.000,00	58.500,00	83.824,01	-25.324,01
Multa sobre Pessoa Física	0,00	25.400,00	25.388,16	11,84
Pessoa Jurídica	27.000,00	27.500,00	7.162,59	20.337,41
Multa Sobre Pessoa Jurídica	0,00	2.000,00	1.143,89	856,11

Juros Sobre Pessoa Física	10.000,00	10.850,00	10.012,61	837,39
Juros Sobre Pessoa Jurídica	500,00	800,00	594,27	205,73
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS POR AUSÊNCIA ÀS ELEIÇÕES	10.041,18	10.041,18	829,73	9.211,45
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	11.000,00	11.000,00	0,00	11.000,00
Pessoa Física	8.000,00	8.000,00	0,00	8.000,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	5.997.817,19	5.879.317,19	3.892.782,77	1.986.534,42
MULTAS SOBRE ANUIDADE	507.248,50	599.792,58	535.947,60	63.844,98
MULTAS SOBRE ANUIDADES	396.615,60	423.615,60	61.338,35	362.277,25
Pessoa Física	80.500,00	59.500,00	0,00	59.500,00
Pessoa Jurídica	42.400,00	42.400,00	0,00	42.400,00
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	6.108.450,09	6.055.494,17	4.367.392,02	1.688.102,15
Jrs e Corr Monet Poupança	66.500,00	53.000,00	75.265,64	-22.265,64
Jrs e Corr Monet Poupança / Títulos de Renda	2.191.542,33	2.191.542,33	495.511,07	1.696.031,26
Rendimentos Sobre Poupanças e Aplicações Financeiras	5.000,00	23.000,00	22.982,60	17,40
JRS E CORR MONET TÍTULOS PÚBLICOS	123.524,28	123.524,28	0,00	123.524,28
Juros e Correção Monetária RF LP 90 Mil	69.646,99	69.646,99	108.568,98	-38.921,99
TRANSFERENCIAS CORRENTES	4.101.555,25	4.069.355,25	3.664.417,86	404.937,39
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	4.101.555,25	4.069.355,25	3.660.108,39	409.246,86
Contrib ou Auxílios para Desenv das Ativ da Fisc	230.555,25	198.355,25	59.116,00	139.239,25
Transferências de outras entidades	0,00	0,00	32.386,11	-32.386,11
TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	4.309,47	-4.309,47
TRANSFERENCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00	0,00	859,47	-859,47
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	182.522,28	193.793,37	125.015,22	68.778,15
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	182.522,28	193.722,28	124.944,13	68.778,15
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	159.443,28	170.643,28	103.887,54	66.755,74

MULTAS E JUROS DE MORA	23.079,00	23.079,00	21.056,59	2.022,41
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	49.673,09	51.873,09	24.137,29	27.735,80
Receitas Não Identificadas	0,00	9.000,00	5.415,06	3.584,94
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	33.105.366,95	31.854.063,78	17.463.124,66	14.390.939,12
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	23.664.434,62	23.222.203,51	13.947.936,91	9.274.266,60
DIVIDA ATIVA FASE ADMINISTRATIVA	19.418.235,10	18.984.303,99	11.649.028,18	7.335.275,81
Anuidades	2.287.246,55	1.968.846,55	952.970,77	1.015.875,78
Anuidades Divida Administrativa	772.368,16	460.768,16	317.392,00	143.376,16
Multas	45.744,93	40.244,93	13.008,74	27.236,19
Multas Divida Administrativa	15.447,36	15.447,36	6.123,99	9.323,37
Juros	345.208,39	337.208,39	256.677,93	80.530,46
Juros Divida Administrativa	92.684,18	98.684,18	97.815,63	868,55
Correção monetária sobre dívida administrativa	670,25	670,25	10,36	659,89
DIVIDA ATIVA FASE EXECUTIVA	4.246.199,52	4.237.899,52	2.298.908,73	1.938.990,79
Anuidades	689.338,09	480.638,09	137.491,64	343.146,45
Multas	12.852,38	12.852,38	24.471,22	-11.618,84
Juros	135.035,77	124.435,77	74.707,65	49.728,12
Correção Monetária sobre Dívida Executiva	0,00	0,00	7.192,05	-7.192,05
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.653.299,01	1.573.899,01	116.749,64	1.457.149,37
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.653.299,01	1.573.899,01	116.749,64	1.457.149,37
Indenizações	9.800,00	10.400,00	4.377,00	6.023,00
Restituições	15.000,00	15.000,00	5.123,68	9.876,32
RECEITAS DIVERSAS	7.787.633,32	7.057.961,26	2.777.005,19	4.280.956,07
Saldo de Exercícios Anteriores	90.000,00	247.000,00	487.702,73	-240.702,73
Outras Receitas Diversas	90.000,00	268.000,00	600.324,90	-332.324,90

RECEITA DE CAPITAL	20.602.109,03	22.996.509,03	914.800,00	22.081.709,03
OPERAÇÕES DE CREDITO	14.560.000,00	16.060.000,00	0,00	16.060.000,00
EMPRESTIMOS TOMADOS	14.560.000,00	16.060.000,00	0,00	16.060.000,00
ALIENACAO DE BENS	5.627.109,03	6.521.509,03	914.800,00	5.606.709,03
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	347.109,03	387.109,03	60.400,00	326.709,03
ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	5.280.000,00	6.134.400,00	854.400,00	5.280.000,00
Edifícios	0,00	54.400,00	54.400,00	0,00
Terrenos	0,00	800.000,00	800.000,00	0,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMO	100.000,00	100.000,00	0,00	100.000,00
Amortizacao de Emprest. a Orgaos de Fisc. de Exerc	100.000,00	100.000,00	0,00	100.000,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	35.000,00	35.000,00	0,00	35.000,00
TRANSFERÊNCIAS	35.000,00	35.000,00	0,00	35.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	280.000,00	280.000,00	0,00	280.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	280.000,00	280.000,00	0,00	280.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	170.000,00	170.000,00	0,00	170.000,00
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	219.346.239,38	222.049.239,38	162.292.580,44	59.756.658,94
DÉFICIT	0,20	0,20	39.268.150,23	0,00
TOTAL	219.346.239,58	222.049.239,58	201.560.730,67	20.488.508,71

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	185.650.995,40	190.957.871,72	169.935.264,24	165.429.433,37	164.142.783,73	21.022.607,48
PESSOAL E ENCARGOS	52.931.168,10	55.239.328,69	52.466.774,60	52.453.351,01	51.882.677,33	2.772.554,09

SOCIAIS

REMUNERAÇÃO PESSOAL	40.436.045,61	43.112.093,53	40.968.020,20	40.962.660,73	40.961.283,33	2.144.073,33
Salários	2.865.389,28	3.447.444,03	3.027.660,16	3.027.660,16	3.026.732,76	419.783,87
Gratificação de Natal 13º Salário	247.749,63	251.406,63	212.795,66	212.795,66	212.345,66	38.610,97
Férias 1/3 (CF/88)	60.499,99	112.962,99	98.993,77	98.993,77	98.993,77	13.969,22
Férias de Funcionários	15.618,04	67.618,04	66.786,41	66.786,41	66.786,41	831,63
Férias	18.000,00	41.900,00	36.239,54	36.239,54	36.239,54	5.660,46
Abono Pecuniário de Férias (10 dias)	47.500,00	24.345,00	13.958,10	13.958,10	13.958,10	10.386,90
Gratificação por Exercício de Cargos	80.000,00	63.616,00	18.260,73	18.260,73	18.260,73	45.355,27
Gratificação por Tempo de Serviço	51.000,00	51.000,00	44.423,60	44.423,60	44.423,60	6.576,40
Horas Extras	62.900,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00
Substituições	2.100,00	2.100,00	0,00	0,00	0,00	2.100,00
Adicional Noturno	525,00	525,00	0,00	0,00	0,00	525,00
Diárias de Funcionários (acima de 50%)	39.000,00	17.630,00	11.500,00	11.500,00	11.500,00	6.130,00
Férias Funcionários	90.400,00	47.900,00	34.002,70	34.002,70	34.002,70	13.897,30
ENCARGOS PATRONAIS	12.495.122,49	12.127.235,16	11.498.754,40	11.490.690,28	10.921.394,00	628.480,76
INSS	822.491,50	1.073.613,81	1.000.603,42	1.000.603,42	986.886,29	73.010,39
FGTS	278.777,71	318.877,71	256.989,55	256.989,55	256.989,55	61.888,16
PIS Sobre Folha de Pagamento	41.447,21	41.217,21	35.036,21	35.036,21	34.474,00	6.181,00
IRRF	30.600,00	33.600,00	32.511,69	32.511,69	32.511,69	1.088,31
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	76.731.614,61	83.542.219,05	71.756.398,86	67.290.996,66	66.633.224,46	11.785.820,19
BENEFÍCIOS A PESSOAL	10.730.380,49	11.827.372,75	11.076.363,68	11.075.117,78	11.028.965,20	751.009,07

Vale Transporte	145.000,00	133.100,00	108.271,24	108.271,24	108.271,24	24.828,76
Plano de Saúde	216.000,00	243.494,03	214.714,54	214.714,54	214.714,54	28.779,49
Plano Odontológico	24.180,00	19.599,94	13.039,44	13.039,44	13.002,20	6.560,50
Auxílio Alimentação	445.536,79	561.416,79	546.137,54	546.137,54	546.137,54	15.279,25
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	234.600,00	219.300,00	195.813,66	195.813,66	195.813,66	23.486,34
OUTROS BENEFÍCIOS EVENTUAIS	0,00	1.000,00	604,00	604,00	604,00	396,00
Auxílio Educação	0,00	1.000,00	604,00	604,00	604,00	396,00
OUTRAS VR PATRIM. DIMINUT. PESSOAL ENCARGOS	1.591.166,61	1.803.334,14	930.105,16	930.105,16	914.473,25	873.228,98
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	194.389,92	122.289,92	92.913,11	92.913,11	92.913,11	29.376,81
Indenizações Trabalhistas	91.142,40	47.442,40	44.032,23	44.032,23	44.032,23	3.410,17
Multa do FGTS	54.247,52	42.747,52	25.105,81	25.105,81	25.105,81	17.641,71
Multas Rescisórias	28.000,00	11.100,00	4.429,29	4.429,29	4.429,29	6.670,71
Rescisão de Contrato de Trabalho	21.000,00	21.000,00	19.345,78	19.345,78	19.345,78	1.654,22
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	58.954.005,12	63.802.263,81	54.205.509,88	49.754.004,76	49.164.959,40	9.596.753,93
DIÁRIA CIVIL	1.145.890,00	933.090,00	782.922,15	782.922,15	782.922,15	150.167,85
Funcionários	128.300,00	145.300,00	103.658,51	103.658,51	103.658,51	41.641,49
Conselheiros	574.000,00	463.500,00	396.566,41	396.566,41	396.566,41	66.933,59
Convidados	222.700,00	169.500,00	150.917,02	150.917,02	150.917,02	18.582,98
Ajudas de Custo	174.640,00	134.040,00	112.001,21	112.001,21	112.001,21	22.038,79
Jetton	46.250,00	20.750,00	19.779,00	19.779,00	19.779,00	971,00

MATERIAL DE CONSUMO	912.070,23	793.925,67	522.940,48	522.940,48	521.136,49	270.985,19
Artigos de Expediente	161.950,41	129.400,41	79.219,26	79.219,26	79.219,26	50.181,15
Artigos e Materiais para Higiene	52.182,50	46.682,50	20.950,51	20.950,51	20.950,51	25.731,99
Materiais para Manutenção de Bens Móveis	30.438,41	15.938,41	3.685,36	3.685,36	3.685,36	12.253,05
Materiais para Acondicionamento e Embalagem	9.250,00	9.250,00	0,00	0,00	0,00	9.250,00
Combustíveis e Lubrificantes	159.525,00	110.225,00	80.350,24	80.350,24	80.350,24	29.874,76
Gêneros de Alimentação	66.249,88	78.249,88	62.854,84	62.854,84	62.854,84	15.395,04
Materiais para Manutenção de Bens Imóveis/Instalações	50.373,00	32.563,00	17.061,21	17.061,21	17.061,21	15.501,79
Vestuário, Uniformes, Calçados, Roupas de Cama e Aviamentos	110.500,00	96.200,00	60.721,70	60.721,70	60.721,70	35.478,30
Materiais para Fotografias, Filmagens, Audio e Radiografias	15.705,00	7.705,00	842,00	842,00	842,00	6.863,00
Materiais Elétricos e de Telefonia	17.450,00	15.250,00	4.973,01	4.973,01	4.973,01	10.276,99
Material de Copa e Cozinha	14.850,00	23.450,00	12.616,86	12.616,86	12.616,86	10.833,14
Materiais de Informática	77.250,00	46.850,00	38.947,86	38.947,86	38.947,86	7.902,14
Materiais de Vacinação	4.100,00	4.600,00	2.335,00	2.335,00	2.335,00	2.265,00
Carteiras e materiais de Identificação Profissional	6.500,00	6.500,00	0,00	0,00	0,00	6.500,00
Bens Móveis Não Ativáveis	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00
Prêmios, Condecoração, Troféus, Diplomas e Medalhas	8.750,00	8.750,00	320,00	320,00	320,00	8.430,00
Materiais de Divulgação e Distribuição Gratuita	3.500,00	99.500,00	96.665,50	96.665,50	96.665,50	2.834,50
Outros Materiais De Consumo	120.996,03	58.111,47	39.297,13	39.297,13	37.493,14	18.814,34
Equipamentos de Segurança em Geral	0,00	2.200,00	2.100,00	2.100,00	2.100,00	100,00

SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	594.511,25	306.911,25	236.807,53	236.807,53	236.807,53	70.103,72
REMUNERACAO DE SERVICOS PESSOAIS	594.511,25	306.911,25	236.807,53	236.807,53	236.807,53	70.103,72
Remuneração de Serviços Pessoais	187.000,00	112.300,00	73.989,00	73.989,00	73.989,00	38.311,00
Remuneração de Serviços Prestados - Pessoas Físicas	188.256,00	32.256,00	31.588,39	31.588,39	31.588,39	667,61
Encargos sobre Serviços Prestados	76.017,25	25.117,25	550,00	550,00	550,00	24.567,25
Bolsa Complementar Estágio	143.238,00	137.238,00	130.680,14	130.680,14	130.680,14	6.557,86
SERVIÇOS - PESSOA JURÍDICA	5.386.774,99	5.013.771,68	3.674.833,30	3.608.409,23	3.597.457,72	1.338.938,38
Assinatura de Jornais e Periódicos	7.130,00	7.130,00	3.038,60	3.038,60	3.038,60	4.091,40
Serviços de Energia Elétrica e Gás	167.500,00	142.500,00	125.845,02	125.823,78	125.823,78	16.654,98
Serviços de Energia Elétrica Gás e Agua	28.000,00	17.340,00	17.020,53	17.020,53	17.020,53	319,47
Serviços de Asseio e Higiene	24.400,00	33.600,00	20.252,25	20.252,25	20.252,25	13.347,75
Serviços de Asseio e Higiene (Água e Esgoto)	6.000,00	6.000,00	2.905,13	2.905,13	2.905,13	3.094,87
Serviços de Internet e Telefonia em Geral	80.000,00	58.000,00	57.454,23	57.454,23	57.454,23	545,77
Serviços de Internet e Telefonia em Geral	359.000,00	415.306,69	361.644,87	356.018,80	354.012,73	53.661,82
Fretes e Carretos	9.050,00	19.050,00	6.477,04	6.477,04	6.477,04	12.572,96
Locação de Bens Imóveis e Condomínios	157.500,00	238.500,00	205.853,43	205.853,43	205.853,43	32.646,57
Locação de Equipamentos e Materiais Permanentes	81.000,00	76.000,00	66.133,60	65.608,60	65.608,60	9.866,40
Reparos, Adaptações e	128.900,00	108.400,00	53.059,13	53.059,13	53.059,13	55.340,87

Conservação de Bens Móveis e Imóveis

Seguros em Geral	84.250,00	76.250,00	44.522,00	44.522,00	44.522,00	31.728,00
Serviços de Divulgação, Impressão, Encadernação e Fotocópias	600.000,00	554.000,00	368.259,87	315.259,87	315.259,87	185.740,13
Congressos, Convenções, Conferências e Simpósios	177.791,85	188.091,85	150.220,00	150.220,00	150.220,00	37.871,85
Despesas Miúdas de Pronto Pagamento	128.300,00	119.100,00	83.177,72	83.177,72	83.177,72	35.922,28
Despesas com Software	76.350,00	102.010,00	86.175,12	86.175,12	86.175,12	15.834,88
Serviços de Medicina do Trabalho	24.430,00	25.330,00	16.312,77	16.312,77	16.312,77	9.017,23
Serviços Domésticos	7.241,58	7.241,58	150,00	150,00	150,00	7.091,58
Festividades, Recepções e Hospedagens	463.694,37	440.794,37	365.078,30	365.078,30	365.078,30	75.716,07
Indenizações, Restituições e Reposições	159.500,00	124.310,00	97.260,27	97.260,27	97.260,27	27.049,73
Cursos e Treinamentos	26.000,00	26.500,00	11.782,24	11.782,24	11.782,24	14.717,76
Serviço de Assessoria Contábil	152.500,00	133.100,00	113.429,30	113.429,30	113.429,30	19.670,70
Serviço de Assessoria Jurídica	393.060,00	358.440,00	292.210,33	292.210,33	292.210,33	66.229,67
Serviço de Assessoria e Consultoria de Comunicação	281.405,03	224.405,03	111.071,46	111.071,46	111.071,46	113.333,57
Serviços de Informática	55.500,00	54.300,00	46.519,68	46.519,68	45.882,68	7.780,32
Serviços de Segurança Predial e Preventiva	47.000,00	62.500,00	41.019,44	41.019,44	41.019,44	21.480,56
Postagem de Correspondência de Cobrança	74.000,00	59.100,00	30.059,05	29.107,29	29.107,29	29.040,95
Postagem de Correspondência Institucional	484.000,00	482.300,00	379.460,36	379.460,36	372.096,76	102.839,64
Despesas com Alimentação	12.200,00	37.500,00	22.609,50	22.609,50	22.609,50	14.890,50

Serviços de Microfilmagem de Documentos	4.000,00	3.400,00	0,00	0,00	0,00	3.400,00
Despesas com Eleições	326.500,00	208.900,00	141.857,39	141.857,39	141.857,39	67.042,61
Despesas Judiciais	32.050,00	87.250,00	76.137,85	76.137,85	76.137,85	11.112,15
Outros Serviços e Encargos	76.522,16	21.522,16	21.497,06	21.497,06	21.497,06	25,10
Outros Serviços e Encargos	652.000,00	495.600,00	256.339,76	250.039,76	249.094,92	239.260,24
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	5.221.462,39	5.889.948,35	5.348.606,48	5.335.955,30	5.329.012,95	541.341,87
Passagens Aéreas, Terrestres	323.000,00	304.641,00	277.057,62	277.057,62	277.057,62	27.583,38
Locação de Veículos (taxi-van)	133.600,00	137.700,00	104.818,82	104.818,82	104.818,82	32.881,18
Outras Despesas Com Locomoção	26.525,00	31.725,00	17.128,70	17.128,70	17.128,70	14.596,30
CONTRIBUIÇÕES	48.965.475,19	46.336.730,04	40.431.642,30	40.404.637,22	40.347.366,32	5.905.087,74
Cota Parte do CFO	6.128.338,25	6.594.901,85	5.482.444,90	5.473.236,29	5.445.777,33	1.112.456,95
VR PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	6.700,00	6.700,00	17,01	17,01	17,01	6.682,99
Juros Sobre Empréstimos	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Atualização Monetária Sobre Empréstimos	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
SERVIÇOS BANCÁRIOS	6.029.206,61	5.023.958,58	4.854.483,20	4.854.483,20	4.854.483,20	169.475,38
Taxa Sobre Serviços Bancários	33.018,80	70.524,77	38.373,35	38.373,35	38.373,35	32.151,42
Despesas Com Cobrança	20.050,00	11.503,00	4.435,36	4.435,36	4.435,36	7.067,64
TRANSFERENCIAS CORRENTES	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
Subvenções	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CONTRIBUTIVAS	267.450,00	308.151,07	211.433,79	211.433,79	210.500,93	96.717,28
IPTU	10.200,00	6.000,00	1.711,58	1.711,58	1.711,58	4.288,42

IPVA	6.000,00	6.000,00	1.684,67	1.684,67	1.684,67	4.315,33
Impostos Taxas e Pedágios	43.000,00	80.800,00	59.906,66	59.906,66	59.906,66	20.893,34
I S S PARCELAMENTO	0,00	3.648,87	3.331,53	3.331,53	3.331,53	317,34
SENTENÇAS JUDICIAIS	221.050,00	75.550,00	15.362,84	15.362,84	15.362,84	60.187,16
Sentenças Judiciais	18.000,00	19.300,00	2.292,31	2.292,31	2.292,31	17.007,69
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	489.330,89	416.234,29	199.151,64	199.151,64	199.151,64	217.082,65
Despesas de Exercícios Anteriores	156.557,50	162.640,90	116.659,36	116.659,36	116.659,36	45.981,54
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	33.694.744,16	31.090.867,84	26.893.505,69	11.604.055,60	11.514.316,75	4.197.362,15
INVESTIMENTOS	33.363.244,16	30.269.367,84	26.093.505,69	10.804.055,60	10.714.316,75	4.175.862,15
OBRAS E INSTALAÇÕES	4.053.648,98	3.184.820,43	2.172.734,72	1.883.284,63	1.883.284,63	1.012.085,71
Obras e Instalações	340.000,00	91.000,00	5.400,00	5.400,00	5.400,00	85.600,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	9.567.010,08	4.517.460,55	2.447.575,94	2.447.575,94	2.444.370,44	2.069.884,61
Veículos	505.000,00	76.000,00	43.517,00	43.517,00	43.517,00	32.483,00
Máquinas Motores e Aparelhos	195.800,00	168.800,00	77.176,99	77.176,99	77.176,99	91.623,01
Máquinas, Motores e Aparelhos	5.000,00	36.000,00	35.793,64	35.793,64	35.793,64	206,36
Insígnias Flâmulas Brasões e Bandeiras	3.016,85	3.016,85	0,00	0,00	0,00	3.016,85
Mobiliário em Geral e Utensílios de Escritório	190.000,00	97.000,00	3.655,67	3.655,67	3.655,67	93.344,33
Mobiliário em Geral	3.200,00	4.200,00	3.430,50	3.430,50	3.430,50	769,50
Mobiliário em Geral	12.455,00	12.455,00	389,00	389,00	389,00	12.066,00
Utensílios de Copa e Cozinha	51.500,00	51.500,00	656,90	656,90	656,90	50.843,10
Objetos Históricos, Obras de Arte etc.	3.630,00	3.630,00	0,00	0,00	0,00	3.630,00

Biblioteca, fitoteca e Videoteca	4.930,00	1.930,00	0,00	0,00	0,00	1.930,00
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	19.661.585,10	22.486.086,86	21.473.195,03	6.473.195,03	6.386.661,68	1.012.891,83
INTANGÍVEL	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	331.500,00	821.500,00	800.000,00	800.000,00	800.000,00	21.500,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	260.000,00	800.000,00	800.000,00	800.000,00	800.000,00	0,00
Empréstimos para Despesas de Custeio	260.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos P/ Aquisição, Constr. e Reforma de Sede	0,00	800.000,00	800.000,00	800.000,00	800.000,00	0,00
OUTRAS AMORTIZAÇÕES	71.500,00	21.500,00	0,00	0,00	0,00	21.500,00
Despesas de Exercícios Anteriores	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	219.345.739,56	222.048.739,56	196.828.769,93	177.033.488,97	175.657.100,48	25.219.969,63
SUPERÁVIT	500,02	500,02	4.731.960,74	0,00	0,00	0,00
TOTAL	219.346.239,58	222.049.239,58	201.560.730,67	177.033.488,97	175.657.100,48	20.488.008,89

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSC. EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSC. EM 31 DE DEZEMBRO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	0,00	140.260,08	126.520,65	126.520,65	9.889,43	3.850,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	133.867,25	120.127,82	120.127,82	9.889,43	3.850,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	6.392,83	6.392,83	6.392,83	0,00	0,00
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	0,00	924,00	924,00	924,00	0,00	0,00

INVESTIMENTOS	0,00	924,00	924,00	924,00	0,00	0,00
TOTAL NÃO PROCESSADO	0,00	141.184,08	127.444,65	127.444,65	9.889,43	3.850,00

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSC. EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSC. EM 31 DE DEZEMBRO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	79.476,74	1.707.356,17	1.646.733,37	36.887,98	103.211,56
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.291,01	479.258,38	476.944,52	0,00	8.604,87
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	73.185,73	1.207.412,27	1.169.319,27	36.887,98	74.390,75
CONTRIBUIÇÕES	0,00	20.215,94	0,00	0,00	20.215,94
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CONTRIBUTIVAS	0,00	469,58	469,58	0,00	0,00
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	0,00	151.477,78	144.812,38	6.665,40	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	151.477,78	144.812,38	6.665,40	0,00
TOTAL PROCESSADO	114.748,48	1.858.833,95	1.791.545,75	43.553,38	138.483,30

Balço Patrimonial Consolidado

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	49.163.291,08	32.740.873,33	PASSIVO CIRCULANTE	10.046.429,41	6.369.198,60
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	19.479.618,32	30.868.246,46	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.158.656,31	1.431.686,18
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	23.960.491,62	-4.275.181,77	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	20.222,27	28.372,25
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	3.834.702,21	4.341.192,61	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.707.017,70	584.227,84
INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	40.736,70	-338.974,05
ESTOQUES	1.779.416,44	1.386.447,43	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	4.310.607,16	3.176.198,59
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	109.062,49	420.168,60	PROVISÕES A CURTO PRAZO	1.688.729,07	129.267,39
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	137.892.627,71	133.333.335,76	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.120.460,20	1.358.420,40
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	42.606.992,56	72.606.066,24	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	113.587,43	113.637,52
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	41.980.472,82	72.004.751,58	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	100.000,00	100.000,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
ESTOQUES	526.519,74	501.314,66	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E	0,00	0,00

			ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO		
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	10.917,65	10.917,65
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	100.000,00	100.000,00
IMOBILIZADO	32.312.203,00	25.736.407,58	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	62.946.564,64	34.963.994,43	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	9.965.692,47	10.165.727,17	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	11.349.878,72	11.193.452,17	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS IMÓVEIS	23.603.490,92	15.501.498,92	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS IMÓVEIS	51.684.439,55	23.750.490,93	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
TÍTULOS E AÇÕES	0,22	0,22	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
TÍTULOS E AÇÕES	67.780,54	69.181,27	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
TÍTULOS E AÇÕES	20.051,35	20.051,33	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0,00	50,09
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-1.431.966,50	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-599,63	0,00	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
INTANGÍVEL	0,00	0,00	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INTANGÍVEL	26.867,51	26.867,51	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	2.669,78	2.669,78

INTANGÍVEL	0,00	0,00	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
INTANGÍVEL	0,00	0,00		0,00	0,00
SOFTWARES	25.511,20	25.511,20	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
MARCAS, DIREITOS E PATENTES	1.356,31	1.356,31		0,00	0,00
	0,00	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
	0,00	0,00	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
TOTAL ATIVO	36.304.958,07	31.917.732,87	TOTAL PASSIVO	5.931.530,38	5.589.527,92

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Patrimônio Social e Capital Social	85.993.505,35	-85.993.505,35
Resultados Acumulados	90.835.509,84	-85.993.505,35
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	176.829.015,19	159.616.672,35

TOTAL ATIVO	187.055.918,79	166.074.209,09	TOTAL PASSIVO	186.989.032,03	166.099.508,47
ATIVO FINANCEIRO	57.985.387,39	92.466.542,09	PASSIVO FINANCEIRO	28.162.598,84	5.693.768,07
ATIVO PERMANENTE	129.070.531,40	73.607.667,00	PASSIVO PERMANENTE	1.789.236,89	928.757,54
SALDO PATRIMONIAL				0,00	0,00

ESPECIFICAÇÃO Saldo do Atos Potenciais Ativos	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO Saldo do Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual	Exercício Anterior
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

Demonstrativo de Fluxo de Caixa Consolidado

NOME DA CONTA	EXERCICIO ATUAL	EXERCICIO ANTERIOR
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	0,00	0,00
INGRESSOS	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE	84.738.025,35	78.531.151,54
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	37.042.799,84	33.333.883,69
ANUIDADES	37.042.799,84	33.333.883,69
COTA PARTE	35.696.801,18	33.131.281,79
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	1.573,79
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	0,00	800,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	773,79
RECEITA DE SERVICOS	2.235.118,02	2.154.119,83
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	1.345.551,94	1.194.141,39
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	249.009,05	223.634,42
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	21.541,19	22.809,84
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	619.015,84	713.534,18
FINANCEIRAS	2.637.400,21	2.454.722,49
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	214.810,67	176.785,84
MULTA E JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	37.138,93	23.358,31
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS POR AUSÊNCIA ÀS ELEIÇÕES	829,73	67,15
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	2.384.620,88	2.254.511,19
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	61.338,35	45.101,92
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.323.282,53	2.209.409,27
TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.234.342,19	1.311.853,03
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.230.892,19	1.305.377,13
TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	3.450,00	6.475,90
TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS FÍSICAS	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	23.131,30	38.515,73
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	23.131,30	38.515,73
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	18.215,00	34.817,71
MULTAS E JUROS DE MORA	4.916,30	3.698,02
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	5.868.432,61	6.105.201,19
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	4.984.332,51	5.012.939,49
DIVIDA ATIVA FASE ADMINISTRATIVA	4.467.745,47	4.468.358,55
DIVIDA ATIVA FASE EXECUTIVA	516.587,04	544.580,94
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	74.195,81	171.710,26

INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	74.195,81	171.710,26
RECEITAS DIVERSAS	809.904,29	920.551,44
INGRESSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	154.821.035,43	127.098.686,79
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
DESPESA CORRENTE	91.348.395,78	75.484.830,99
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	27.577.011,15	25.420.809,17
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	63.771.384,63	50.064.021,82
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	89.471,60	202.396,38
RESTOS A PAGAR N?O PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	0,00	0,00
DESEMBOLSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	153.602.787,00	131.659.287,36
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-5.481.593,60	-1.716.676,40
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	0,00	0,00
INGRESSOS	0,00	0,00
RECEITA DE CAPITAL	914.800,00	110.400,00
ALIENACAO DE BENS	914.800,00	110.400,00
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	60.400,00	16.800,00
ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	854.400,00	93.600,00
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
DESPESA CORRENTE	1.045.803,65	936.815,23
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	239.681,01	220.111,93
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	806.122,64	716.703,30
DESPESA DE CAPITAL	7.991.188,04	1.192.306,47
INVESTIMENTOS	7.191.188,04	1.192.306,47
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	800.000,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-8.113.885,74	-2.015.699,21
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
INGRESSOS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	0,00	0,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-13.595.479,34	-3.732.375,61
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	16.611.465,60	20.346.863,70
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	3.015.986,26	16.614.488,09

Demonstrativo de Variações Patrimoniais Consolidado

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR		EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	180.226.626,19	160.778.664,24	VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	177.473.602,12	142.966.290,44
CONTRIBUIÇÕES	132.908.953,58	118.110.747,55	PESSOAL E ENCARGOS	65.856.368,05	56.711.711,61
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	132.908.953,58	118.110.747,55	REMUNERACAO DE PESSOAL	41.544.744,68	35.474.026,75
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	132.908.953,58	118.110.747,55	REMUNERACAO A PESSOAL - RPPS	41.544.744,68	35.474.026,75
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	7.525.114,54	6.978.109,63	ENCARGOS PATRONAIS	11.476.663,58	11.600.396,89
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	7.525.114,54	6.978.109,63	ENCARGOS PATRONAIS - RPPS	11.476.663,58	11.600.396,89
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	7.525.114,54	6.978.109,63	BENEFÍCIOS A PESSOAL	11.003.147,92	8.826.346,37
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	5.307.755,17	4.322.394,69	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	9.961.170,52	7.826.915,58
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	2.910,65	1.048,65	OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	13.787,98	26.413,98
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS	2.910,65	1.048,65	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	13.787,98	26.413,98
JUROS E ENCARGOS DE MORA	573.160,70	496.014,53	OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	1.656.754,94	784.052,40
JUROS E ENCARGOS DE MORA	302.824,94	156.252,59	USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	6.087.186,00	5.203.120,24
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	544.641,44	440.869,98	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	1.637.409,16	758.838,09
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	28.519,26	55.144,55	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	19.345,78	25.214,31

JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	290.945,44	146.873,30	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	355.617,99	380.054,79
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	11.879,50	9.379,29	SERVIÇOS	282.387,75	232.864,61
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	128,51	143,55	CONSUMO DE MATERIAL	206.866,85	190.781,33
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	128,51	143,55	SERVIÇOS	3.037.626,78	2.619.459,95
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	1.474.738,09	1.621.798,53	OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	161.268,95	475,22
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	933.782,42	615.916,46	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	195.813,66	205.083,27
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	1.345.343,86	958.547,14	USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	11.156.151,28	10.775.018,82
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	137.584,92	76.123,17	CONSUMO DE MATERIAL	148.751,14	189.273,46
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	537.281,08	396.550,07	DIÁRIAS CIVIL	124.604,60	132.344,68
MULTAS SOBRE ANUIDADES	1.474.738,09	1.621.798,53	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	161.268,95	475,22
MULTAS SOBRE ANUIDADES	933.782,42	615.916,46	BENEFÍCIOS EVENTUAIS	195.813,66	205.083,27
MULTAS SOBRE ANUIDADES	1.345.343,86	958.547,14	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	805.938,43	832.524,93
MULTAS SOBRE ANUIDADES	137.584,92	76.123,17	SERVIÇOS	2.304.348,13	1.970.740,89
MULTAS SOBRE ANUIDADES	537.281,08	396.550,07	SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	181.004,70	179.554,99
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	1.559.975,47	353.860,75	OUTROS BENEFÍCIOS EVENTUAIS	39.208,81	46.731,83
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	558.255,66	617.597,77	CONSUMO DE MATERIAL	641.715,17	676.330,62
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	1.231.490,56	1.320.826,51	DIÁRIAS CIVIL	332.743,43	289.103,85
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	314.696,17	314.826,52	SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	238.973,51	178.444,72

TRANSFERÊNCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS	1.559.975,47	353.860,75	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	2.318.090,27	1.945.719,77
TRANSFERÊNCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS	558.255,66	617.597,77	SERVIÇOS	6.949.331,10	7.320.388,99
TRANSFERÊNCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS	1.231.490,56	1.320.826,51	SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	266.373,15	169.255,56
TRANSFERÊNCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS	314.696,17	314.826,52	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	4.551,71	15.590,10
TRANSFERÊNCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS	1.559.116,00	353.860,75	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	119.498,63	159.614,61
TRANSFERÊNCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS	558.255,66	617.597,77	DIÁRIAS CIVIL	1.211.204,82	1.141.958,73
TRANSFERÊNCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS	1.231.490,56	1.320.826,51	SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	844.479,86	892.221,12
TRANSFERÊNCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS	311.246,17	308.350,62	JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	4.551,71	15.590,10
TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	859,47	0,00	CONSUMO DE MATERIAL	47.718,31	35.243,30
TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	3.450,00	6.475,90	OUTROS JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	4.551,71	15.590,10
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS	12.806,80	405.276,99	OUTROS BENEFÍCIOS EVENTUAIS	155.357,35	158.351,44
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS	224.390,65	221.709,42	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	21.160.263,62	14.155.586,69
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS	868.000,00	117.411,54	SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	137.211,93	131.647,24
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	4.140,00	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	630,44	659,40
GANHOS COM ALIENACAO	0,00	80.000,00	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	792.081,23	430.317,35
GANHOS COM ALIENACAO	868.000,00	40.350,00	SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	844.793,75	1.002.245,89

GANHOS COM ALIENACAO DE IMOBILIZADO	0,00	80.000,00	CONSUMO DE MATERIAL	792.081,23	430.317,35
GANHOS COM ALIENACAO DE IMOBILIZADO	0,00	40.350,00	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	2.902,23	24.423,02
GANHOS COM ALIENACAO DE IMOBILIZADO	868.000,00	0,00	TRIBUTARIAS	477.355,14	416.817,09
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS POR DESCOBERTAS E NASCIMENTOS	12.806,80	405.276,99	USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	9.552.370,25	10.119.760,70
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS POR DESCOBERTAS E NASCIMENTOS	224.390,65	141.709,42	SERVIÇOS	20.368.182,39	13.725.269,34
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS POR DESCOBERTAS E NASCIMENTOS	0,00	77.061,54	SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	176.249,61	153.885,86
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS POR DESCOBERTAS E NASCIMENTOS	0,00	4.140,00	JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	630,44	659,40
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS POR DESCOBERTAS	12.806,80	405.276,99	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	1.187.654,22	691.764,61
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS POR DESCOBERTAS	224.390,65	141.709,42	DIÁRIAS CIVIL	3.333.324,97	3.517.716,30
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS POR DESCOBERTAS	0,00	77.061,54	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	2.116,30	5.859,87
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS POR DESCOBERTAS	0,00	4.140,00	OUTROS JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	630,44	659,40
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	6.305.755,33	3.176.133,82	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	1.041.977,40	999.430,79
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	376.112,68	364.635,57	OUTROS BENEFÍCIOS EVENTUAIS	1.247,50	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	268.468,93	365.873,09	USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	494.233,58	546.356,71
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS	15.786.790,98	18.218.763,52	CONSUMO DE MATERIAL	1.423.657,80	972.330,23

AUMENTATIVAS

OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	256.453,44	268.909,97	SERVIÇOS	497.151,54	319.106,89
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	264.211,04	267.023,47	DIÁRIAS CIVIL	129.100,00	41.662,50
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	3.955.945,41	3.681.753,67	SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	4.245.340,69	3.876.192,65
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	697.591,14	167.976,85	SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	2.775.431,72	2.361.980,17
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	562.224,81	357.559,01	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	12.248,14	13.470,56
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	488.538,19	536.017,54	JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	5.018,53	30.282,89
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	484.182,35	406.900,76	TRIBUTARIAS	613.742,60	537.096,22
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	268.913,29	200.215,60	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	6.663,21	4.955,56
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	4.604,45	635,74	USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	455.844,88	392.880,42
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	7.837,19	4.876,45	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	22.479,08	12.060,32
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	23.274,17	21.394,13	SERVIÇOS	4.799.266,03	4.089.103,17
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	2.154,19	2.056,23	DIÁRIAS CIVIL	106.030,72	74.913,20
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	6.497,70	2.119,55	SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	137.554,44	80.920,71
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	39.418,64	64.991,89	SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	17.369.387,72	11.222.011,66
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	28.356,39	31.502,08	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	107.205,35	0,00

VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	5.984,19	3.965,13	JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	10.136,44	10.263,78
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	5.114,68	4.069,74	OUTROS JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	5.018,53	30.282,89
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	2.611,42	3.698,99	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	3.986,11	3.410,99
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	4.604,45	635,74	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	30.080,84	33.664,61
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	7.837,19	4.876,45	CONSUMO DE MATERIAL	22.479,08	12.060,32
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	23.274,17	21.394,13	DIÁRIAS CIVIL	500.210,22	401.172,11
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	2.154,19	2.056,23	SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	25.395,79	21.427,94
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	6.497,70	2.119,55	SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	594.097,25	497.577,15
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	12.606,79	12.233,24	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	302.456,19	0,00
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	28.356,39	31.502,08	DEPRECIACAO	107.205,35	0,00
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	18.137,23	46.250,55	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	4.305.292,98	955.570,77
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	5.984,19	3.965,13	OUTROS JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	10.136,44	10.263,78
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	5.114,68	4.069,74	DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS	4.337,00	70.294,08
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	8.674,62	6.508,10	TRIBUTARIAS	1.565.582,26	1.348.043,14
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	2.611,42	3.698,99	IMPOSTOS	3.986,11	3.410,99
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	6.287.935,53	3.058.971,23	USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	4.008.651,86	3.274.648,79
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	258.967,91	264.646,75	CONSUMO DE MATERIAL	30.080,84	33.664,61
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	13.255.921,98	15.810.347,72	SERVIÇOS	8.836.470,53	9.962.292,48
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.759.601,90	1.561.244,70	SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS	502.091,92	405.882,47

		FÍSICAS			
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	75.635,10	67.286,48	SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	365.725,03	222.765,75
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.012.074,48	603.265,36	DEPRECIACAO	302.456,19	0,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	301.413,14	239.249,04	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	16.540,64	37.319,60
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	853.614,67	1.099.400,20	JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	27.842,52	29.133,99
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	190.190,18	148.189,71	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	2.186,03
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	276.030,77	196.640,33	PERDAS COM ALIENACAO	0,00	40.350,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	69.388,64	71.270,70	PERDAS INVOLUNTARIAS	0,00	29.944,08
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	184.870,20	88.436,34	TRIBUTARIAS	159.780,70	144.942,42
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	514.289,95	393.554,89	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	7.274,23	7.635,30
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	210.351,54	135.109,43	IMPOSTOS	6.663,21	4.955,56
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	373.656,52	313.939,53	CONTRIBUICOES	609.756,49	533.685,23
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	6.287.935,53	3.058.971,23	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	254.786,21	23.618,11
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	258.967,91	264.646,75	SERVIÇOS	425.764,04	359.215,81
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	13.255.921,98	15.810.347,72	DIÁRIAS CIVIL	666.862,83	614.768,07
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.759.601,90	1.561.244,70	SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	3.796.963,89	3.282.048,59
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	579.510,62	460.108,93	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	13.689,06	16.901,23
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	301.413,14	239.249,04	JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	16.540,64	37.319,60
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	853.614,67	1.099.400,20	OUTROS JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	27.842,52	29.133,99

RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	190.190,18	148.189,71	JUROS E ENCARGOS EM SENTENCAS JUDICIAIS	0,00	2.186,03
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	508.198,96	210.442,91	DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS	19.568,55	0,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	276.030,77	196.640,33	PERDAS COM ALIENACAO DE IMOBILIZADO	0,00	40.350,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	69.388,64	71.270,70	PERDAS INVOLUNTARIAS COM IMOBILIZADO	0,00	29.944,08
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	156.068,93	59.508,75	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.952,20	105,65
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	514.289,95	393.554,89	IMPOSTOS	7.274,23	7.635,30
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	239.152,81	164.037,02	CONTRIBUICOES	539.009,51	477.279,80
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	373.656,52	313.939,53	CONTRIBUICOES	609.756,49	533.685,23
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	17.819,80	117.162,59	CONSUMO DE MATERIAL	254.786,21	23.618,11
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	112.540,32	99.353,08	DIÁRIAS CIVIL	106.238,70	100.264,58
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	328.069,53	537.061,21	SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	908.845,55	600.438,12
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	125.791,61	72.456,79	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	599,63	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	554.763,53	577.255,61	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	117.189,74	82.755,49
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	632.320,09	582.828,98	JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	4.293.251,22	944.152,89
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	625.534,95	162.129,65	OUTROS JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	16.540,64	37.319,60
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.080.225,46	1.068.080,67	DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS	2.549,53	162.770,73
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	54.282,95	33.258,11	REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL E PROVISAO PARA PERDAS	19.568,55	0,00

DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	118.055,06	241.423,64	PERDAS INVOLUNTARIAS	4.337,00	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	56.682,39	56.526,45	TRIBUTARIAS	583.092,58	551.868,86
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	14.986,98	1.626,77	IMPOSTOS	1.952,20	105,65
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	63.834,37	106.619,05	CONTRIBUICOES	1.558.308,03	1.340.407,84
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	72.570,61	75.855,69	CONTRIBUICOES	539.009,51	477.279,80
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	107.914,41	89.262,24	OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	9.651,31	9.368,40
INDENIZAÇÕES	9.399,02	108.657,69	SERVIÇOS	3.753.865,65	3.251.030,68
INDENIZAÇÕES	160,65	6.576,61	SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	83.138,20	78.264,75
INDENIZAÇÕES	27.276,60	37.464,80	SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	6.887.524,75	8.401.169,28
INDENIZAÇÕES	852,62	5,32	JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	56.831,29	70.255,61
INDENIZAÇÕES	47.344,26	129.106,61	OUTROS JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	4.281.967,54	928.325,57
INDENIZAÇÕES	5.123,68	0,95	DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS	1.116,73	-20.952,56
INDENIZAÇÕES	7.299,70	25.059,11	REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL DE IMOBILIZADO	19.568,55	0,00
INDENIZAÇÕES	9.984,15	11.775,31	PERDAS INVOLUNTARIAS	2.549,53	7.230,52
INDENIZAÇÕES	4.377,00	0,00	PERDAS INVOLUNTARIAS COM IMOBILIZADO	4.337,00	0,00
INDENIZAÇÕES	1.539,22	27,15	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	606,39
INDENIZAÇÕES	3.092,74	3.024,26	OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS	644,51	0,00

				DIMINUTIVAS	
INDENIZAÇÕES	300,00	3.048,71	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	9.651,31	9.368,40
DÍVIDA ATIVA	410.678,69	322.549,40	PERDAS COM ALIENACAO	0,00	40.040,21
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	8.420,78	8.504,90	DIÁRIAS CIVIL	484.446,04	522.563,36
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	226.229,08	389.497,58	SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	609.624,54	526.603,49
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	125.791,61	72.456,79	DEPRECIACAO	599,63	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	186.943,52	202.875,30	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	289.388,74	301.489,03
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	271.072,48	219.009,28	JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	60.358,45	12.499,88
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	461.502,58	557.808,27	OUTROS JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	68.114,97	86.082,93
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	406.311,68	254.155,11	DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS	1.655.487,95	203.589,54
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	563.436,66	759.105,90	PERDAS COM ALIENACAO	0,00	119.026,15
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	8.023,20	18.690,97	PERDAS COM ALIENACAO DE IMOBILIZADO	0,00	40.040,21
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	115.380,02	41.483,25	PERDAS INVOLUNTARIAS COM IMOBILIZADO	2.368,40	7.230,52

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	753.795,32	326.227,18	TRIBUTARIAS	4.587.187,83	4.019.567,08
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	36.733,35	33.913,32	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.860,70	2.172,14
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	18.409,82	22.585,98	IMPOSTOS	0,00	606,39
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	14.986,98	1.626,77	CONTRIBUICOES	89.510,92	79.418,50
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	63.834,37	106.619,05	CONTRIBUICOES	1.558.308,03	1.340.407,84
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	58.561,75	65.106,17	OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	837,60	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	10.916,12	7.725,26	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	644,51	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	107.614,41	86.213,53	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	9.651,31	9.368,40
	0,00	0,00	SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	323.073,18	395.548,94
	0,00	0,00	SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	2.946.346,43	2.332.918,38
	0,00	0,00	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	89.572,03	149.935,83
	0,00	0,00	JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	378.960,77	451.424,86
	0,00	0,00	OUTROS JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	439.319,22	463.924,74

0,00	0,00	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	205,87
0,00	0,00	JUROS E ENCARGOS EM SENTENCAS JUDICIAIS	0,00	205,87
0,00	0,00	DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS	3.486.405,83	669.111,33
0,00	0,00	REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL E PROVISAO PARA PERDAS	3.300.185,83	0,00
0,00	0,00	VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM PROVISÃO PARA PERDAS DE CREDITOS	3.300.185,83	0,00
0,00	0,00	PERDAS COM ALIENACAO	186.220,00	181.987,01
0,00	0,00	PERDAS COM ALIENACAO DE INVESTIMENTOS	0,00	115.500,00
0,00	0,00	PERDAS COM ALIENACAO DE IMOBILIZADO	186.220,00	185.513,16
0,00	0,00	PERDAS INVOLUNTARIAS	1.656.604,68	666.235,15
0,00	0,00	PERDAS INVOLUNTARIAS COM IMOBILIZADO	1.632.890,49	240.160,36
0,00	0,00	PERDAS INVOLUNTARIAS COM ESTOQUES	23.714,19	426.074,79
0,00	0,00	OUTRAS PERDAS INVOLUNTARIAS	181,13	0,00
0,00	0,00	TRIBUTARIAS	32.709.583,31	29.229.599,94
0,00	0,00	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	188.697,34	134.996,36
0,00	0,00	IMPOSTOS	191.558,04	137.168,50
0,00	0,00	CONTRIBUICOES	37.688.305,68	33.663.260,99
0,00	0,00	CONTRIBUICOES	37.777.816,60	33.742.679,49
0,00	0,00	OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	5.457.583,23	690.312,25

	0,00	0,00	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	5.458.420,83	690.312,25
	0,00	0,00	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	5.459.065,34	690.312,25
TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS:	184.955.497,67	164.819.463,26	TOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS:	181.697.199,84	146.586.487,08
DÉFICIT DO EXERCÍCIO:	-11.133.174,99	-1.880.452,57	SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO:	14.391.472,82	20.113.428,75
TOTAL:	196.088.672,66	166.699.915,83	TOTAL:	196.088.672,66	166.699.915,83

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS (Decorrentes da execução orçamentária)

VARIAÇÕES ATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior	VARIAÇÕES PASSIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
Incorporações	7.082.429,54	0,00	Desincorporações	854.400,00	0,00

Conclusões

Resultados da atuação frente aos objetivos traçados para o exercício

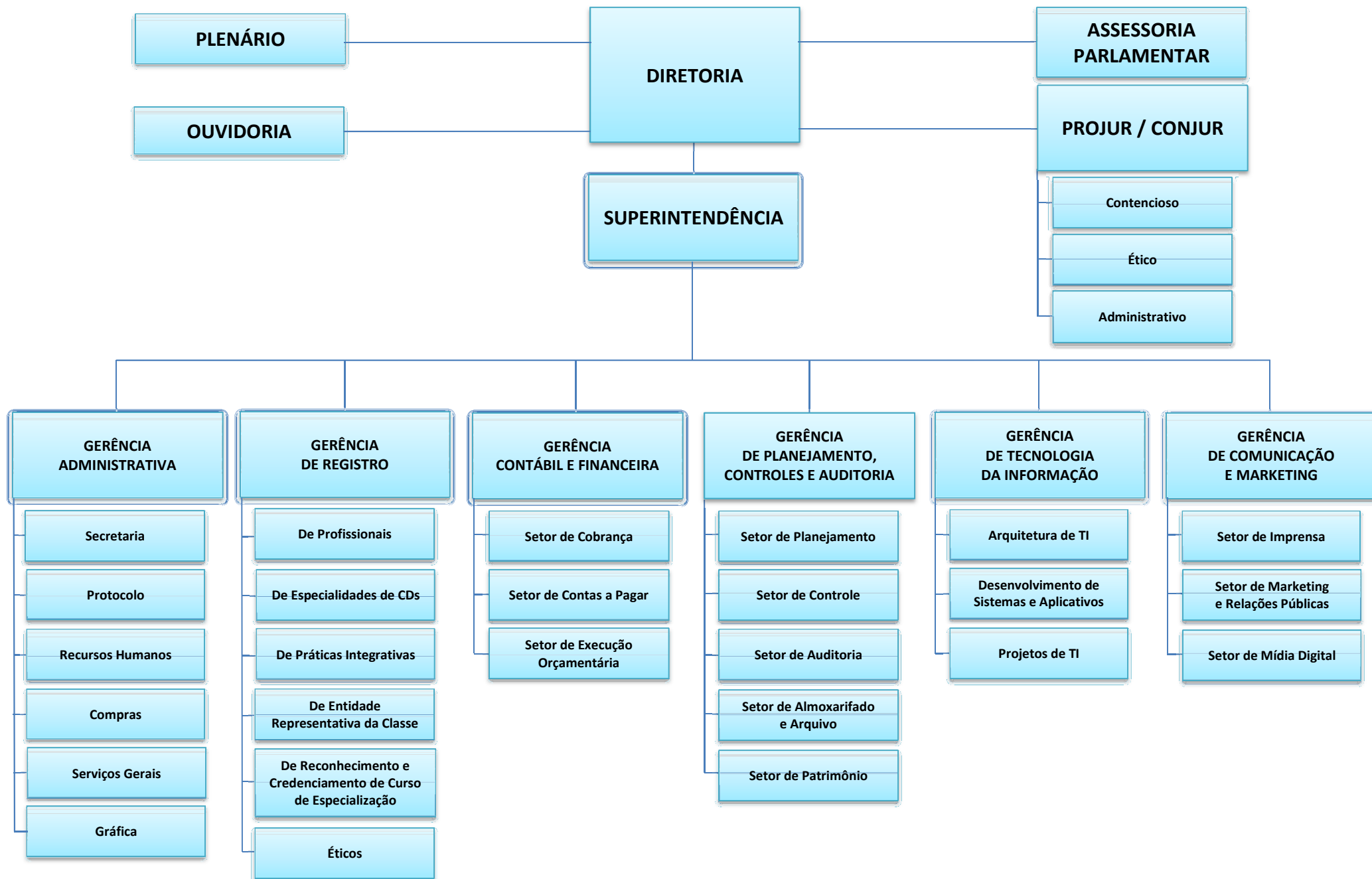
Foram alcançados todos os objetivos propostos

Principais ações a serem desenvolvidas no exercício seguinte

Manual de Rotinas Administrativas, Fluxograma com Mapeamento dos processos, Consolidação e Estruturação da Gerencia de Planejamento Auditoria e Controle.

Anexos

- Anexo I - Organograma
- Anexo II - Auxilio Financeiro CROs
- Anexo III - Balanço Financeiro.pdf
- Anexo IV - Balanço Orçamentário.pdf
- Anexo V - Balanço Patrimonial.pdf
- Anexo VI - Demonstrativo do Fluxo de Caixa.pdf
- Anexo VII - Demonstrativo das Variações Patrimoniais.pdf
- Anexo VIII - Certificado de Pericia Contabil



CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

AUXÍLIO FINANCEIRO - 2014

CRO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
AC			20.000,00		-	-	48.000,00	48.000,00	48.000,00	48.000,00	48.000,00		260.000,00
AL								12.200,00	59.787,00	59.787,71	89.787,71	89.637,71	311.200,13
AP	40.000,00	40.000,00		80.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00		40.000,00	40.000,00	440.000,00
AM		-						20.000,00		40.000,00	30.000,00		90.000,00
BA					-								-
CE													-
DF				-	-								-
ES			-		44.500,00	30.000,00	25.500,00						100.000,00
GO													-
MA		-	-	-	-								-
MT							108.003,19						108.003,19
MS			200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	100.000,00			1.500.000,00
MG											10.000,00		10.000,00
PA						-							-
PB													-
PR					-								-
PE					-							20.000,00	20.000,00
PI			-		-	107.990,00			20.000,00	29.558,00	29.558,00	29.558,00	216.664,00
RN			-	-			35.000,00					148.000,00	183.000,00
RS													-
RJ													-
RO	8.714,84		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00			20.000,00	20.000,00		8.000,00	136.714,84
RR												56.000,00	56.000,00
SC			5.200,00										5.200,00
SE		6.120,00	6.120,00	6.120,00	6.120,00	6.120,00	6.120,00	6.120,00	6.120,00	11.470,00	6.120,00	6.120,00	72.670,00
SP													-
TO				27.675,00				-		79.635,00	61.290,00	61.290,00	229.890,00
SOMA	48.714,84	46.120,00	251.320,00	333.795,00	310.620,00	404.110,00	462.623,19	326.320,00	393.907,00	388.450,71	314.755,71	458.605,71	3.739.342,16

Dados extraídos da contabilidade - livro razão

LAR CONTABILIDADE E PERICIA LTDA.
CNPJ 08.297.777.0001/71 – CRC-RJ 004242/O

CERTIFICADO DE PERÍCIA CONTÁBIL

Ao
Conselho Federal de Odontologia
Av. Nilo Peçanha 50 Sala 2316
Rio de Janeiro – RJ

NESTA

1. Examinamos o Balanço Patrimonial e o Balanço Financeiro do Conselho Federal de Odontologia em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, do Comparativo da Receita e do Comparativo da Despesa Empenhada, Liquidada e Paga para o período de doze meses, findos nessas datas.

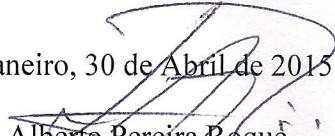
2. Dentre as várias normas de elaboração e o padrão peculiar a serem observados a cada entidade, nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, Os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, conforme Resoluções do CFC e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional Decreto 6976/2009, atendendo as exigências da Lei 4320/64 e 8.666/93, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

3. Esclarecemos que nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis e (c) a avaliação das práticas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como a apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto do Conselho Federal de Odontologia.

4. O Conselho Federal de Odontologia registrou suas operações e elaborou suas demonstrações orçamentárias e contábeis em observância às novas diretrizes orçamentárias e contábeis estabelecidas nas Resoluções do CFC e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional, que foi resultante do decreto 6976/2009 e parte pela Lei 4.320/64, obedecendo aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

5. Somos de parecer que as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1º, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do Conselho Federal de Odontologia, concernentes aos exercícios encerrados em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, bem como, não temos conhecimento de nenhuma outra modificação relevante que deva ser feita nas demonstrações contábeis para que as mesmas estejam de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Rio de Janeiro, 30 de Abril de 2015.


Luiz Alberto Pereira Roque
CRC-RJ 056.933-O/8
CPF 770.284.737-91

Rua Senador Dantas n.º 117 – Grupo 1818 – Centro – CEP 20.031-911 – RJ - RJ
Tel.: (021) 3885-4083 / 2560-0755 – Cel.: (021) 9952-2521
E-mail: luizroque@hotmail.com

Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	37.383.778,98	35.174.038,84	Despesa Orçamentária	50.306.723,25	32.965.564,96
RECEITA REALIZADA	37.383.778,98	35.174.038,84	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	50.232.236,42	32.771.802,39
RECEITA CORRENTE	37.383.778,98	35.094.038,84	DESPEZA CORRENTE	43.980.469,88	32.189.826,03
COTA PARTE	35.696.801,18	33.131.281,79	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.275.664,99	11.748.301,47
RECEITA DE SERVICOS		138.000,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	31.704.804,89	20.441.524,56
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS		138.000,00	DESPEZA DE CAPITAL	6.251.766,54	581.976,36
FINANCEIRAS	1.474.738,09	1.621.798,53	INVESTIMENTOS	6.251.766,54	581.976,36
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	1.474.738,09	1.621.798,53	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	74.486,83	193.762,57
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.474.738,09	1.621.798,53			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		30.142,42			
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS		30.142,42			
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS		30.142,42			
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	212.239,71	172.816,10			
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	38.242,14	121.594,93			
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	38.242,14	121.594,93			
RECEITAS DIVERSAS	173.997,57	51.221,17			
RECEITA DE CAPITAL		80.000,00			
ALIENACAO DE BENS		80.000,00			

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS		80.000,00			
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	72.776.791,39	52.685.060,44	Pagamentos Extraorçamentários	72.254.017,67	55.208.702,61
Saldo em espécie do Exercício Anterior	12.983.669,05	13.298.837,34	Saldo em espécie do Exercício Seguinte	583.498,50	12.983.669,05
Total:	123.144.239,42	101.157.936,62		123.144.239,42	101.157.936,62

Balço Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	49.354.400,00	49.354.400,00	37.383.778,98	11.970.621,02
COTA PARTE	45.982.368,88	45.982.368,88	35.696.801,18	10.285.567,70
RECEITA PATRIMONIAL	1.012.031,12	1.012.031,12	0,00	1.012.031,12
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.012.031,12	1.012.031,12	0,00	1.012.031,12
FINANCEIRAS	1.000.000,00	1.000.000,00	1.474.738,09	-474.738,09
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	1.000.000,00	1.000.000,00	1.474.738,09	-474.738,09
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.000.000,00	1.000.000,00	1.474.738,09	-474.738,09
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.360.000,00	1.360.000,00	212.239,71	1.147.760,29
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.360.000,00	1.360.000,00	38.242,14	1.321.757,86
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.360.000,00	1.360.000,00	38.242,14	1.321.757,86
RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	173.997,57	-173.997,57
RECEITA DE CAPITAL	19.640.000,00	19.640.000,00	0,00	19.640.000,00
OPERAÇÕES DE CREDITO	14.560.000,00	14.560.000,00	0,00	14.560.000,00
EMPRESTIMOS TOMADOS	14.560.000,00	14.560.000,00	0,00	14.560.000,00
ALIENACAO DE BENS	5.080.000,00	5.080.000,00	0,00	5.080.000,00
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	80.000,00	80.000,00	0,00	80.000,00
ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	68.994.400,00	68.994.400,00	37.383.778,98	31.610.621,02
DÉFICIT	0,00	0,00	31.178.576,63	0,00
TOTAL	68.994.400,00	68.994.400,00	68.562.355,61	432.044,39

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	45.904.400,00	47.624.400,00	47.310.589,07	43.980.469,88	43.688.039,91	313.810,93
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.471.805,56	12.401.805,56	12.283.729,11	12.275.664,99	12.027.037,01	118.076,45
REMUNERAÇÃO PESSOAL	11.901.388,89	9.571.388,89	9.530.256,36	9.530.256,36	9.530.256,36	41.132,53
ENCARGOS PATRONAIS	3.570.416,67	2.830.416,67	2.753.472,75	2.745.408,63	2.496.780,65	76.943,92
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.077.581,10	27.099.581,10	26.906.783,37	23.590.848,30	23.547.046,31	192.797,73
BENEFÍCIOS A PESSOAL	2.039.000,00	2.359.000,00	2.343.123,66	2.342.878,56	2.342.878,56	15.876,34
OUTRAS VR PATRIM. DIMINUT. PESSOAL ENCARGOS	130.000,00	170.000,00	161.268,95	161.268,95	161.268,95	8.731,05
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	16.747.233,01	21.004.233,01	20.838.169,99	17.533.064,95	17.489.262,96	166.063,02
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	3.161.348,09	3.566.348,09	3.564.220,77	3.553.635,84	3.553.635,84	2.127,32
CONTRIBUIÇÕES	3.773.613,34	3.795.613,34	3.795.462,16	3.789.342,16	3.789.342,16	151,18
SERVIÇOS BANCÁRIOS	4.455.000,00	4.280.000,00	4.279.562,16	4.279.562,16	4.279.562,16	437,84
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CONTRIBUTIVAS	63.900,00	46.900,00	45.052,27	45.052,27	45.052,27	1.847,73
SENTENÇAS JUDICIAIS	46.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	16.500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	23.090.000,00	21.370.000,00	21.251.766,54	6.251.766,54	6.251.766,54	118.233,46
INVESTIMENTOS	23.090.000,00	21.370.000,00	21.251.766,54	6.251.766,54	6.251.766,54	118.233,46
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	5.090.000,00	450.000,00	440.136,18	440.136,18	440.136,18	9.863,82
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	18.000.000,00	20.920.000,00	20.811.630,36	5.811.630,36	5.811.630,36	108.369,64
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	68.994.400,00	68.994.400,00	68.562.355,61	50.232.236,42	49.939.806,45	432.044,39
SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	68.994.400,00	68.994.400,00	68.562.355,61	50.232.236,42	49.939.806,45	432.044,39
TOTAL	68.994.400,00	68.994.400,00	68.562.355,61	50.232.236,42	49.939.806,45	432.044,39

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	0,00	75.618,58	73.562,83	73.562,83	2.055,75	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	75.618,58	73.562,83	73.562,83	2.055,75	0,00
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	0,00	924,00	924,00	924,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	924,00	924,00	924,00	0,00	0,00
TOTAL:	0,00	76.542,58	74.486,83	74.486,83	2.055,75	0,00

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	0,00	793.151,19	788.956,42	4.194,77	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	256.345,36	256.345,36	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	536.805,83	532.611,06	4.194,77	0,00
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	0,00	77.356,00	77.356,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	77.356,00	77.356,00	0,00	0,00
TOTAL:	0,00	870.507,19	866.312,42	4.194,77	0,00

Balanco Patrimonial

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	4.327.051,72	17.567.956,43	PASSIVO CIRCULANTE	515.356,28	1.027.103,07
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	583.498,50	12.983.669,05	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	173.479,53	136.078,04
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	3.171.260,41	4.198.235,77	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	292.429,97	870.507,19
INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ESTOQUES	491.457,23	301.865,65	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	80.835,58	84.185,96	PROVISÕES A CURTO PRAZO	10.347,70	0,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	10.052.929,53	5.370.495,39	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	39.099,08	20.517,84
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00	0,00	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	10.052.929,53	5.370.495,39	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	1.898.333,61	3.027.529,83	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS IMÓVEIS	8.106.783,45	2.295.153,09	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
TÍTULOS E AÇÕES	47.812,47	47.812,47	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INTANGÍVEL	0,00	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
	0,00	0,00	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
			TOTAL DO PASSIVO	515.356,28	1.027.103,07

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	19.047.799,57	19.047.799,57
			Resultados Acumulados	5.183.174,60D	2.863.549,18
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13.864.624,97	21.911.348,75
TOTAL	14.379.981,25	22.938.451,82	TOTAL	14.379.981,25	22.938.451,82

ATIVO FINANCEIRO	3.831.594,49	17.266.090,78	PASSIVO FINANCEIRO	18.845.475,47	1.103.645,65
ATIVO PERMANENTE	10.548.386,76	5.672.361,04	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL				4.465.494,22C	21.834.806,17

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo do Atos Potenciais Ativos			Saldo do Atos Potenciais Passivos		
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	37.383.778,98	35.094.038,84
COTA PARTE	35.696.801,18	33.131.281,79
RECEITA DE SERVICOS	0,00	138.000,00
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	0,00	138.000,00
FINANCEIRAS	1.474.738,09	1.621.798,53
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	1.474.738,09	1.621.798,53
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.474.738,09	1.621.798,53
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	30.142,42
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	0,00	30.142,42
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	0,00	30.142,42
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	212.239,71	172.816,10
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	38.242,14	121.594,93
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	38.242,14	121.594,93
RECEITAS DIVERSAS	173.997,57	51.221,17
INGRESSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	72.776.791,39	52.685.060,44
DESEMBOLSOS		
DESPESA CORRENTE	43.980.469,88	32.189.826,03
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.275.664,99	11.748.301,47
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	31.704.804,89	20.441.524,56
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	74.486,83	193.762,57
DESEMBOLSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	72.254.017,67	55.208.702,61
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-6.148.404,01	186.808,07
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
RECEITA DE CAPITAL	0,00	80.000,00
ALIENACAO DE BENS	0,00	80.000,00
ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	0,00	80.000,00
DESEMBOLSOS		
DESPESA DE CAPITAL	6.251.766,54	581.976,36
INVESTIMENTOS	6.251.766,54	581.976,36
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-6.251.766,54	-501.976,36
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		

GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-12.400.170,55	-315.168,29
--	----------------	-------------

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	12.983.669,05	13.298.837,34
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	583.498,50	12.983.669,05

Variações Patrimoniais

VARIACIONES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	37.612.364,40	35.315.748,26	VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	45.659.088,18	32.550.242,14
CONTRIBUIÇÕES	35.696.801,18	33.131.281,79	PESSOAL E ENCARGOS	14.779.812,50	14.238.426,07
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	35.696.801,18	33.131.281,79	REMUNERACAO DE PESSOAL	9.530.256,36	8.883.871,46
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	35.696.801,18	33.131.281,79	REMUNERACAO A PESSOAL - RPPS	9.530.256,36	8.883.871,46
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	138.000,00	ENCARGOS PATRONAIS	2.745.408,63	3.009.625,44
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	0,00	138.000,00	ENCARGOS PATRONAIS - RPPS	2.745.408,63	3.009.625,44
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	0,00	138.000,00	BENEFÍCIOS A PESSOAL	2.342.878,56	2.344.453,95
VARIACIONES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	1.474.738,09	1.621.798,53	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	2.342.878,56	2.344.453,95
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	1.474.738,09	1.621.798,53	OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	161.268,95	475,22
MULTAS SOBRE ANUIDADES	1.474.738,09	1.621.798,53	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	161.268,95	475,22
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS	224.390,65	221.709,42	USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	21.160.263,62	14.155.586,69
GANHOS COM ALIENACAO	0,00	80.000,00	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	792.081,23	430.317,35
GANHOS COM ALIENACAO DE IMOBILIZADO	0,00	80.000,00	CONSUMO DE MATERIAL	792.081,23	430.317,35
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS POR DESCOBERTAS E NASCIMENTOS	224.390,65	141.709,42	SERVIÇOS	20.368.182,39	13.725.269,34
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS POR DESCOBERTAS	224.390,65	141.709,42	DIÁRIAS CIVIL	3.333.324,97	3.517.716,30
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	216.434,48	202.958,52	SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	3.590.511,13	3.142.840,93
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00	30.142,42	SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	13.444.346,29	7.064.712,11
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	0,00	30.142,42	VARIACIONES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	4.279.562,16	927.457,53
DIVERSAS VARIACIONES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	216.434,48	172.816,10	JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	4.279.562,16	927.457,53
INDENIZACIONES	38.242,14	121.594,93	OUTROS JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	4.279.562,16	927.457,53
VARIACIONES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	178.192,34	51.221,17	DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS	1.605.055,47	166.653,54
			PERDAS COM ALIENACAO	0,00	0,01
			PERDAS COM ALIENACAO DE IMOBILIZADO	0,00	0,01
			PERDAS INVOLUNTARIAS	1.605.055,47	166.653,53
			PERDAS INVOLUNTARIAS COM IMOBILIZADO	1.570.256,40	3.393,00
			PERDAS INVOLUNTARIAS COM ESTOQUES	34.799,07	163.260,53

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
			TRIBUTARIAS	3.834.394,43	3.036.914,61
			IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	45.052,27	42.079,62
			IMPOSTOS	45.052,27	42.079,62
			CONTRIBUICOES	3.789.342,16	2.994.834,99
			CONTRIBUICOES	3.789.342,16	2.994.834,99
			OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	25.203,70
			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	25.203,70
			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	0,00	25.203,70
Total das Variações Ativas :	37.612.364,40	35.315.748,26	Total das Variações Passivas :	45.659.088,18	32.550.242,14
RESULTADO PATRIMONIAL					
Déficit do Exercício	8.046.723,78		Superávit do Exercício		2.765.506,12
Total	45.659.088,18	35.315.748,26	Total	45.659.088,18	35.315.748,26

**Variações Patrimoniais Qualitativas
(decorrentes da execução orçamentária)**

VARIAÇÕES ATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior	VARIAÇÕES PASSIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	6.252.690,54	0,00	INCORPORAÇÃO DE PASSIVO	0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO	0,00	0,00	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO	0,00	0,00